

**LARISSA BARBOSA CARDOSO**

**CONTRIBUIÇÕES DE CAMPANHA E REDE DE INFLUÊNCIA ENTRE GRUPOS  
DE INTERESSES E AGENTES DO CONGRESSO NACIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS-BRASIL  
2009

**LARISSA BARBOSA CARDOSO**

**CONTRIBUIÇÕES DE CAMPANHA E REDE DE INFLUÊNCIA ENTRE GRUPOS  
DE INTERESSES E AGENTES DO CONGRESSO NACIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 20 de novembro de 2009.

---

Prof. Evaldo Henrique da Silva

---

Prof. Jader Fernandes Cirino

---

Prof. Luciano Dias de Carvalho

---

Prof. Sidney Martins Caetano

---

Prof. Mercio Botelho Faria  
(Presidente da Banca)

*Dedico com imenso carinho aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado oferecendo a ajuda e os suportes necessários para a conclusão deste trabalho...*

*One day Deng Xiaoping decided to take his grandson to visit Mao. "Call me granduncle," Mao offered warmly. "Oh, I certainly couldn't do that. Chairman Mao," the awe-struck child replied. "Why don't you give him an apple?" suggested Deng. No sooner had Mao done so than the boy happily chirped, "Oh thank you. Granduncle." "You see," said Deng, "what incentives can achieve." ("Capitalism", 1984, p. 62 apud Eisenhardt, 1989)*

## AGRADECIMENTOS

Assim, como um modelo no qual se considera as variáveis mais importantes para explicar o fenômeno estudado, a elaboração deste trabalho contou com a influência de elementos (variáveis) chaves, cujo grau de significância nenhum pacote estatístico é capaz de mensurar. E é por isso, que expresso aqui o meu agradecimento.

A Deus, por ter me permitido viver momentos maravilhosos e obter mais essa conquista!

A mamãe e papai, pelo esforço e apoio a mim dedicado incansavelmente. Aos meus irmãos, Lauri e Jason pelo carinho e força dados nos momentos difíceis. A minha sobrinha Lauren pela alegria e descontração fundamentais para seguir em frente e chegar até aqui.

A todos os professores do curso de mestrado, pelo esforço de transmitir seus melhores conhecimentos. Destaco gratidão especial ao meu orientador Prof. Dr. Geraldo Edmundo Silva Júnior, pelos momentos e desafios propostos, pela segura orientação, apontando com naturalidade o caminho que deveria ser trilhado, pela inestimável colaboração e por compartilhar os seus conhecimentos, que em muito contribuíram para a elaboração deste trabalho. Aos meus coorientadores Nelson da Silva e Mércio Botelho pelo apoio concedido. E aos professores Evaldo H. da Silva, Jader F. Cirino, Luciano D. Carvalho e Sidney Caetano, por aceitarem fazer parte da banca de defesa deste trabalho e pelas seguras sugestões concedidas.

Ao Tribunal Superior Eleitoral, na figura do Sr. Ministro Arnaldo Versiani, que atendeu a minha solicitação de repasse de informações e documentos que foram importantes para a concretização deste trabalho. Agradeço ainda a Jardel e Márcio, funcionários desta mesma instituição pelo atendimento sempre educado e paciente nas várias ligações realizadas para obtenção dos dados.

A todos os colegas de mestrado, especialmente Breno, Jamil, Marcelo, Fred, Gilnei, Patrícia, Venâncio e Fabrício, com quem dividi angústias e alegrias e superamos, conjuntamente, os desafios que foram surgindo. Um agradecimento especial a Fran e Nay por compartilharem comigo momentos únicos e inesquecíveis, mas acima de tudo pela confiança e pela amizade; a Gija pela cumplicidade e, não menos, pelas palavras de encorajamento nos

momentos de incerteza; a Chrys pela amizade de sempre e por estar pronto a ajudar quando necessário; e a Cris pela disposição para a troca de idéias e experiências. A Ana e Flá pelo companheirismo e atenção, que não foram menores apesar da distância.

Aos funcionários do Depto de Economia da UFV pelo profissionalismo. A Seu Gabriel, em particular, pelo imenso carinho. Às colegas de república Thaysa, Marcela e Jaque pelos momentos de descontração. Gostaria de agradecer, ainda, a Guai, aos meus familiares e amigos, que durante todo esse trajeto, me impeliram à conclusão do mestrado de forma incondicional.

Obrigada a todos!!!

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	viii
LISTA DE TABELAS .....	ix
LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS .....	xi
RESUMO .....	xiii
ABSTRACT .....	xiv
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Considerações Iniciais .....	1
1.2. Problema e sua Importância .....	3
1.2.1. Partidos Políticos: origens e suas relações com grupos de interesse .....	6
1.3. Objetivos .....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	15
2.1. Teoria dos Grupos de interesse .....	15
2.1.1. A Ótica da Demanda: o problema da ação coletiva de Olson .....	16
2.1.2. A Ótica da Oferta: Escola de Virgínia e de Chicago .....	19
2.1.3. O Equilíbrio de Interesses Políticos .....	26
2.2. Teoria da Agência e o Problema do Incentivo .....	29
3. METODOLOGIA .....	33
3.1. Uma modelagem Principal-Agente e Incentivos em Grupos .....	33
3.2. Uma modelagem Principal-Agente e Incentivos em Grupos com Coalizões .....	36
3.3. Modelo Empírico .....	40
3.4. Fonte e Tratamento de Dados .....	46
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	48
4.1. Análise Descritiva .....	48
4.2. Modelo Empírico: <i>Social Network</i> e Modelo de Blocos .....	53
4.2.1. Modelo Empírico para o ano de 2002 .....	53

4.2.2. Modelo Empírico para o ano de 2006 .....	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	78
ANEXO 1 – Categorias de Classificação das Pessoas Jurídicas Fontes de Contribuições de Campanha Eleitoral .....	85
ANEXO 2 – Relação dos Candidatos a Senador e Deputados Eleitos .....	87
ANEXO 3 – Composição das Classes Obtidas com a Estimação do Modelo de Blocos.....	109

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grupos de interesse e Suas Relações .....	9
Figura 2 – Interfaces entre Partidos Políticos, Frente Parlamentares, Grupos de interesse e Governo .....	11
Figura 3 – Modelo de Olson (1965) .....	18
Figura 4 – Modelos de perda de bem estar provocada pelo monopólio .....	20
Figura 5 – Modelo de Maximização de Votos e Escolha Governamental .....	24
Figura 6 – <i>Lobby</i> : Curvas de Reação e Equilíbrio .....	27
Figura 7 – Distribuições das Receitas por Situação do Candidato nas Eleições de 2002 e 2006 .....	49
Figura 8 - Distribuição das Doações por Tipo de Doador nas Eleições de 2002 e 2006 .....	50
Figura 9 - Distribuição das Doações por Setor de Atividade nas Eleições de 2002 e 2006 .....	51
Figura 10 - Distribuição das Receitas por Partido nas Eleições de 2002 .....	52
Figura 11 - Distribuição das Receitas por Partido nas Eleições de 2006 .....	52

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Participação dos Partidos nas Eleições, 1982-2002.....	4
Tabela 2. Fontes de Contribuições para Campanha por Cargo Pleiteado (%) .....	5
Tabela 3. Contribuições de Campanha por Cargo .....	49
Tabela 4. Frequência das Relações Diáticas dos Setores Financiadores nas Eleições de 2002. ....	53
Tabela 5. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Setores Financiadores nas Eleições de 2002. ....	54
Tabela 6. Probabilidades Estimadas das Relações dos Setores Doadores nas Eleições de 2002. ....	55
Tabela 7. Frequência das Relações Diáticas dos Senadores nas Eleições de 2002. ....	55
Tabela 8. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Senadores nas Eleições de 2002. ....	56
Tabela 9. Probabilidades Estimadas das Relações dos Senadores nas Eleições de 2002.....	57
Tabela 10. Frequência das relações Diáticas dos Deputados Federais nas Eleições de 2002. .	58
Tabela 11. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2002. ....	58
Tabela 12. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2002. ....	59
Tabela 13. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2002. ....	59
Tabela 14. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2002. ....	59
Tabela 15. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2002. ....	61
Tabela 16. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2002. ....	62

Tabela 17. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2002. ....	62
Tabela 18. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2002. ....	63
Tabela 19. Frequência das Relações Diáticas dos Setores Financiadores nas Eleições de 2006. ....	65
Tabela 20. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Setores nas Eleições de 2006. ....	65
Tabela 21. Probabilidades Estimadas das Relações dos Setores nas Eleições de 2006. ....	66
Tabela 22. Frequência das Relações Diáticas dos Senadores nas Eleições de 2006. ....	66
Tabela 23. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Senadores nas Eleições de 2006. ....	67
Tabela 24. Probabilidades Estimadas das Relações dos Senadores nas Eleições de 2006. ....	68
Tabela 25. Frequência das Relações Diáticas dos Deputados nas Eleições de 2006. ....	68
Tabela 26. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2006. ....	69
Tabela 27. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2006. ....	69
Tabela 28. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2006. ....	69
Tabela 29. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2006. ....	70
Tabela 30. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2006. ....	71
Tabela 31. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2006. ....	71
Tabela 32. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2006. ....	72
Tabela 33. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2006. ....	72

## LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
PAC	Political Action Committee
PIB	Produto Interno Bruto
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
$\theta$	Teta
$\eta$	Eta
$\lambda$	Lambda
$\pi$	Pi
$\rho$	Rô
$\phi$	Fi
$\Delta$	Delta Maiúsculo
$\Theta$	Teta Maiúsculo
$\Phi$	Fi Maiúsculo
$\Psi$	Psi Maiúsculo

## RESUMO

CARDOSO, Larissa Barbosa, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Novembro de 2009, **Contribuições de Campanha e Rede de Influência entre Grupos de Interesses e Agentes do Congresso Nacional**. Orientador: Geraldo Edmundo Silva Júnior. Co-orientadores: Nelson Silva e Mércio Botelho Faria.

A influência política e a formação de grupos de interesse estão entre os principais temas na agenda científica em macroeconomia política. O conhecimento do processo de formação, identificação dos grupos de interesse e a sua influência sobre agentes são cruciais para uma análise criteriosa da interação entre as relações econômicas e políticas. Buscando contribuir para essa linha de estudos, o presente trabalho verifica como as relações entre agentes, considerados aqui como os deputados e senadores, nas eleições de 2002 e 2006, interagem com os principais, definidos como os setores de atividade econômica. Para tanto, utilizou-se o modelo agente-principal proposto por Laffont e Martimort (2002) para o caso de muitos agentes e muitos principais, associado ao método de análise de redes sociais, mais especificamente a técnica de *blockmodels*. Os resultados mostram que nos anos de 2002 e 2006, respectivamente, um padrão de similitude foi identificado, com alterações basicamente no número de principais. Evidenciou-se um aumento significativo da quantidade de principais entre os anos eleitorais em análise, o que contribuiu para a ampliação do valor das contribuições recebidas no ano de 2006. Observou-se que tal aumento tem implicações sobre a conectividade dos atores considerados de maneira que, a baixa conectividade verificada entre os setores no ano de 2006, por exemplo, respalda um maior gasto e um maior controle dos congressistas com vistas ao desenho de um mecanismo ótimo. Mas, pautando-se no resultado que foi significativo, verificou-se que existe algum mecanismo de seleção privilegiado por setores, seja pelo acesso a recursos e informações, seja pela existência de programas mais tradicionais. Adicionalmente, o estudo aponta para implicações teóricas e práticas, destacando possibilidades de estudos futuros.

## ABSTRACT

CARDOSO, Larissa Barbosa, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, November de 2009.  
**Campaign Contributions and Influence Network between Interest groups and Agents of the National Congress.** Adviser: Geraldo Edmundo Silva Júnior. Co-Advisers: Nelson Silva and Mércio Botelho Faria.

The political influence and the interest groups formation are among the leading themes in the macroeconomics' scientific agenda. The knowledge of the formation, identification of the interest groups and their influence over agents is crucial for a substantial analysis of the interaction between the economic and political relationships. Seeking to contribute for this study path, the present work verifies how the relationships between agents, here considering how the senators and representatives of 2002 and 2006's elections interact with the main economic sectors. For so, based on the principal-agent model, case of many agents and many principals, proposed by Laffont and Martimort (2002), associated with the social networks' analysis method, more precisely, the *blockmodels* technique, it was verified that, in the years of 2002 and 2006, respectively, a pattern of similarity was identified, with alterations, basically, in the number of principals. Significant increase in the amount of principal between the election years in question, which contributes to increase the value of contributions received in 2006. It was observed that this increase has implications for the connectivity of the actors considered, so that at low connectivity observed between the industries in 2006, for example, supports more spending and greater control of Congress with a view to drawing a optimal mechanism. But, regarding the significant result, it was verified that there is a mechanism of selection privileged by sectors, being it by the access to resources and information, or by the existence of more traditional programs. Additionally, the study points theoretical and practical implications, stressing possibilities of further studies.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Considerações Iniciais

O ambiente político das sociedades modernas é marcado pela integração complexa de vários grupos na luta pela predominância de seus interesses nas decisões governamentais. Tal fato tem despertado o interesse de estudiosos em diversas áreas do conhecimento, no sentido de buscar o entendimento da dinâmica desses grupos, o seu processo de formação, a sua atuação e a evidência de seus principais interesses.

Do ponto de vista metodológico, duas abordagens teóricas distintas coexistem na literatura econômica. Como enfatizado por Mitchell e Munger (1991), a primeira delas se refere às análises desenvolvidas pelos cientistas políticos acerca dos grupos de interesse. Baseada numa teoria dedutiva, essa abordagem examina apenas questões normativas, tais como características qualitativas dos grupos, contudo, sem o fornecimento de hipóteses e resultados sobre questões como a origem e mecanismos de influência desses grupos.

A outra abordagem é aquela desenvolvida por economistas, que possui como característica uma maior abstração que a anterior. A sua estrutura analítica baseia-se no individualismo metodológico e na maximização da utilidade, o que, juntamente com seus modelos dedutivos, permite-lhes deduzir teoremas ou implicações sobre escolhas estratégicas, resultados políticos e conseqüências econômicas (MITCHELL e MUNGER, 1991).

À luz das contribuições teóricas destes últimos, foram estabelecidas três perspectivas analíticas distintas: a da demanda, da oferta e o equilíbrio geral para interesses políticos. A ótica da demanda baseia-se nos estudos de Olson (1965), que destacou os principais fatores que influenciam a formação de grupos. Isto é, o autor identificou as circunstâncias nas quais a interação entre indivíduos com interesses comuns não gera resultados coletivamente

eficientes. Tais grupos, uma vez formados, tendem a empenhar-se na busca por benefícios governamentais (*rent seeking*<sup>1</sup>).

O lado da oferta, por outro lado, considera que o Estado, como principal ofertante de serviços regulatórios, torna possível a realização das demandas dos grupos de interesse. Destacam-se as contribuições de Stigler (1971), Barro (1973), Posner (1974) e Peltzman (1976) que firmaram o que se conhece na literatura econômica como o modelo de Chicago para a teoria da regulação. Estes autores tentam verificar o poder desses grupos em obter tratamento favorável, quando o governo oferece serviços através da fixação de preços, restrição a entrada de firma a mercados, concessão de subsídios, estabelecimento de quotas de importação, etc.

Outra vertente teórica que compartilha dessa idéia é conhecida como Virginianos, e acredita que a configuração do sistema político permite a existência de transferências de riqueza de grupos menos organizados em favor de grupos mais organizados, gerando uma perda de bem estar social (Krueger, 1974; Posner, 1975; Buchanan, 1980; Tullock, 1993 e Tollison, 1997). Como argumentado por Tullock (1993), o processo de competição por renda levaria a uma dissipação das mesmas, não tendo como contrapartida um aumento de bem-estar. Ou seja, as políticas adotadas pelo Estado para determinados setores industriais promovem o desperdício de recursos escassos e gera um custo social superior aos ganhos obtidos pelos *rent seekers*.

A perspectiva do equilíbrio de interesses, proposta por Becker (1983, 1988), enfatiza a competição entre grupos de interesse por influência política. Como resultado dessa competição, o governo adotaria políticas de redistribuição mais eficientes, via tributação e subsídios, de forma que minimizem o peso morto<sup>2</sup>.

Em síntese, esses trabalhos demonstram a existência de relações entre grupos de interesse e o Estado, que podem afetar de várias maneiras o sistema e os agentes econômicos. A interferência nas decisões de formação de políticas públicas que podem, de certo modo, favorecer esses grupos, seria uma delas. Frequentemente é estabelecida na literatura uma ligação direta entre os resultados políticos e contribuições de campanha, na tentativa de tornar notória a influência dos grupos de interesse sobre os congressistas. As contribuições de

---

<sup>1</sup> Conforme Rowley, Tollison e Tullock (1988), as ações *rent-seeking* podem ser definidas como aquelas implementadas por indivíduos ou grupos de interesse e pressão no sentido de obter, direta ou indiretamente, alguma transferência de renda de uma política pública. Esse mesmo conceito é definido por Mitchell e Munger (1991) como “as atividades políticas de indivíduos e grupos que empregam recursos escassos em busca de direitos de monopólio garantidos pelo governo”.

<sup>2</sup> Mesmo sendo considerado como o equilíbrio geral para o interesse político, segundo Mitchell e Munger (1991), o trabalho de Becker é incompleto por não incluir um ofertante ou governo, isto é, oficiais e burocratas.

campanha seriam vistas, então, como um investimento explícito para se obter políticas favoráveis, uma vez que para os políticos o dinheiro é importante para atrair mais votos.

Grossman e Helpman (2001) apontam que os grupos de interesse tentam influenciar os formuladores de políticas oferecendo vários tipos de incentivos, dentre eles contribuições de campanha. Chappell Júnior (1982), Stratmann (2002) e Hoffman (2007) afirmam que as doações eleitorais influenciam as votações dos parlamentares. Para Langbein (1986) e Clawson (1990) as doações são garantia de acesso aos parlamentares, e provêm uma chance de moldar detalhes da legislação. Eles argumentam que o acesso é pré-condição para ter influência sobre as decisões de políticas públicas.

Nesse contexto, as contribuições são uma *proxy* da mobilização para a ação dos grupos, de forma que, quanto maiores as contribuições advindas de um setor econômico, maiores as chances do setor ser beneficiado em suas demandas. Os trabalhos desenvolvidos, nesse sentido, são em sua grande maioria para o caso dos Estados Unidos<sup>3</sup>.

No Brasil, contudo, a literatura acerca do tema é escassa, bem como os resultados empíricos. A maioria dos trabalhos existentes utiliza os dados de contribuições de campanha, contudo, sem relacioná-los com a atuação de grupos de interesse. Dentre estes trabalhos, ressaltam-se os estudos de Samuels (2001a, 2001b, 2006). Alguns autores como Santos (2008) e Figueiredo (2009) preocupam-se com a existência de tais grupos, considerando o impacto da regulação sobre o seu comportamento. No entanto, não se verifica na literatura nacional trabalhos que tratem da relação grupos de interesse, doações de campanha e candidatos financiados. Sendo assim, o desenvolvimento de trabalhos que busquem tratar dessa relação, que tem impactos sobre a determinação de políticas, são relevantes e contribuem para a compreensão do modo de atuação desses grupos na esfera política.

## **1.2. Problema e sua Importância**

O Estado é considerado por muitos autores como a instituição capaz de representar os interesses sociais, através da implementação de políticas que satisfaçam as necessidades dos indivíduos. Nos últimos tempos, verifica-se um aumento da competência dos poderes públicos e, conseqüentemente, de seus interesses no processo decisório político.

A representação política dos interesses sociais, segundo Friedrich (1950, p. 266) é definida como:

---

<sup>3</sup> Tenha-se como exemplo os referidos trabalhos de Langbein (1986), Clawson (1990), Stratman (2002), Hoffman (2007) que partem desse pressuposto para analisar a existência ou não de interferência das contribuições de campanha no processo decisório político.

*“... o processo por meio do qual a influência de toda a cidadania, ou parte dela, sobre a ação governamental, se exerce, com sua aprovação expressa e em seu nome, por um pequeno número de pessoas, com efeitos obrigatórios para os representados.”*

Logo, apresenta significativa importância nesse processo e tem como ponto central o processo eleitoral, através do qual os cidadãos delegam aos candidatos autoridade para decidirem em seu nome. Surge, assim, a figura dos políticos e dos partidos políticos justificada pela necessidade de se obter informação para tomada de decisão sobre bens públicos (LAFFONT, 2000).

No Brasil, especificamente, a existência dos partidos políticos sempre esteve condicionada ao Estado, e sujeita aos arranjos do poder quando esse se modificava, e quando se alteravam as facções de classe predominantes (FERREIRA NETO, 1995). De acordo com Lamounier e Meneguello (1986), isso contribuiu para que, entre 1822 e 1989, o Brasil conhecesse sete formações partidárias, alternando entre bipartidarismo e pluripartidarismo. O último deles, o multipartidarismo instituído em 1979.

A partir de então, o número de partidos no país cresceu de forma significativa, como pode ser verificado na Tabela 1. Segundo Sadek (1993), tornou menos nítido para o eleitorado a imagem de cada um desses partidos, dificultando, inclusive, a intelegibilidade do sistema.

**Tabela 1. Participação dos Partidos nas Eleições, 1982-2002**

Anos	1982	1986	1990	1994	1998	2002
Nº de Partidos	5	29	33	23	33	30

Fonte: IUPERJ (2008)

Embora os partidos sejam sinônimos de maiores possibilidades dos cidadãos manterem contato mais próximo com o governo, a complexidade e multiplicidade de interesses tornam a representação política, assim como idealizada, improvável de ser verificada na realidade. Os políticos nem sempre usam o poder outorgado para legislar e produzir as condições para a alocação política dos recursos econômicos de modo que atendam unicamente os interesses da sociedade como um todo. Algumas vezes, as suas ações estão correlacionadas com interesses próprios e de grupos privados.

Os grupos de interesse contribuem fortemente para que essa acepção seja verdadeira, uma vez que os mesmos agem no sentido de obter benefícios com algum tipo de política

pública. Visando a satisfação de seus interesses, esses grupos utilizam as contribuições de campanha como meio de influência sobre o comportamento dos políticos, tornando-se uma importante fonte de recursos para financiamento de campanhas eleitorais<sup>4</sup>. A Tabela 2 mostra os principais financiadores das campanhas eleitorais no Brasil em diferentes anos, com destaque para a predominância de doações de empresas para todos os cargos.

**Tabela 2. Fontes de Contribuições para Campanha por Cargo Pleiteado (%)**

<b>Ano</b>	<b>Tipo de doador</b>	<b>Presidente</b>	<b>Governador</b>	<b>Senador</b>	<b>Deputado</b>
<b>1994</b>	Empresa	96,9	85,3	51,7	61,5
	Indivíduo	3,1	13,4	16,5	37,5
	Partido	0,0	0,7	0,2	0,2
	Desconhecido	0,0	0,6	1,7	0,5
<b>1998</b>	Empresa	93,7	68,7	42,6	56,8
	Indivíduo	3,0	14,5	26,5	40,9
	Partido	3,1	0,3	19,2	0,5
	Desconhecido	0,2	16,5	11,7	1,5
<b>2002</b>	Empresa	78,6	45,9	64,0	57,2
	Indivíduo	4,6	35,6	20,4	38,7
	Partido	16,7	16,7	12,4	2,5
	Outros	0,1	1,5	3,2	1,5
	Desconhecido	0,0	0,3	0,0	0,1
<b>2006</b>	Empresa	3,4	45,4	51,0	45,9
	Indivíduo	0,6	25,1	7,5	40,2
	Partido	95,3	28,6	40,3	12,4
	Outros	0,7	0,5	1,2	1,4
	Desconhecido	0,0	0,4	0,0	0,0

Fonte: SAMUELS (2006).

Observa-se que as empresas são responsáveis por grande parte das doações recebidas pelos candidatos em todos os cargos, com exceção para presidência no ano de 2006, no qual as doações dos partidos representaram mais de 95% das doações. Este aumento significativo das contribuições dos partidos nas eleições de 2006, em parte, justifica-se pelo fato de o partido de situação ter candidato à presidência com elevada probabilidade de reeleição e tendência de manutenção da política econômica implementada nos anos de 1994-1998. Como havia a manutenção de alguns interesses já contratados entre agentes e principais a saída foi buscar recursos junto aos próprios partidos.

<sup>4</sup> A Lei n. 9.504 de 30/09/1997, Lei Geral das Eleições, define as normas gerais da arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, tornando imprescindível a apresentação de uma prestação de contas detalhada sobre as contribuições de campanha por cada candidato. No caso específico do financiamento de campanhas eleitorais é importante ressaltar as resoluções do TSE nº 22.205/2006, que regulamenta a Lei da Minireforma, e nº 22.250/2006, que dispõe sobre a arrecadação e a aplicação de recursos.

Para Samuels (2006), essas contribuições com políticos e seus partidos tem duas motivações. A primeira é eleitoral, com os grupos de interesse tentando influenciar o resultado das eleições, e, assim, aumentar a chance de eleger o candidato cuja posição em questões ideológicas é similar às suas. A segunda é a possibilidade de influência sobre a plataforma política do partido e dos candidatos, de maneira a induzir os candidatos a apoiarem políticas que sirvam aos interesses dos grupos.

De acordo com alguns estudos<sup>5</sup>, as contribuições de campanha oferecidas por grupos de interesse podem gerar conseqüências sobre a formulação, tramitação e preferência por leis e determinadas políticas públicas, podendo estas não representar o desejo e a necessidade da sociedade. Ou seja, essas contribuições são transformadas em influência sobre os possíveis resultados políticos, de tal maneira que estes estejam direcionados para os interesses privados.

Apesar do crescente papel destes grupos no processo político, são poucas as evidências empíricas que comprovem a sua influência, principalmente, no que se refere à sua interação com os partidos políticos e aos incentivos concedidos a estes últimos.

### **1.2.1. Partidos Políticos: origens e suas relações com grupos de interesse**

Segundo a clássica definição de Weber (WEBER, 1992 apud BOBBIO, MATEUCCI, e PASQUINO, 1998), o partido político é uma “associação que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ – como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais -, seja ele ‘pessoal’ – destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes; ou, então, voltado para todos esses objetivos conjuntamente”. Essa definição, como observam BOBBIO, MATEUCCI, e PASQUINO (1998), ressalta o caráter associativo, a natureza da sua ação essencialmente orientada à conquista do poder político dentro de uma comunidade, e a multiplicidade de estímulos e motivações que levam a uma ação política.

Outra importante questão que permeia a definição<sup>6</sup> de partidos políticos é a garantia da participação do povo na gestão pública. É com esse propósito que indivíduos que compartilham um mesmo programa, uma perspectiva comum de ação, uma corrente específica de opinião estão agregados na forma de partidos (FERREIRA NETO, 1995). Dito de outra forma, é por meio dos partidos que a vontade popular se manifesta.

---

<sup>5</sup> Ver Clawson (1990), Langbein (1986) e Sabato (1985).

<sup>6</sup> Outras definições de partidos políticos propostas por diversos estudiosos podem ser vista em Katz (2008)

Nesse sentido, o surgimento e o desenvolvimento dos partidos estiveram relacionados ao aumento gradual da demanda de participação no processo de decisão política, por parte dos diferentes estratos sociais. No final do século XVIII e início do século XIX, com a afirmação da classe burguesa, surgem os primeiros partidos com funções e características semelhantes às de hoje. Antes disso, existiam outras organizações que também eram denominadas partidos, que, contudo, nada tinha a ver com as elaboradas concepções estabelecidas, a partir de então, a respeito do conteúdo e razão das agremiações políticas (FRANCO, 1980).

Os primeiros partidos políticos surgiram na Inglaterra em 1832 com o Reform Act, o qual ampliou o sufrágio e permitiu que a classe burguesa de industriais e comerciais participasse, juntamente com a aristocracia, da gestão dos negócios públicos. Nos Estados Unidos, a origem dos partidos deu-se com a extensão do sufrágio em 1866, quando foi retirada a exigência de que o eleitor fosse proprietário de terras. E na França o surgimento dos partidos esteve associado à revolução de 1848.

Em todos os casos, o surgimento dos partidos seguiu uma mesma tendência, emergindo em meio a transformações sociais e econômicas. A partir daí observa-se a existência de grupos mais ou menos organizados, cuja proposta é agir em favor de um aumento da influência de determinados setores da sociedade sobre as decisões políticas (PASQUINO, 1998). Assim, vários partidos foram criados, cada um representando os interesses de uma determinada classe<sup>7</sup>.

À medida que mais indivíduos foram sendo integrados ao processo político, os partidos foram passando por transformações organizacionais e estruturais. Da estrutura inicialmente simples, baseada no agrupamento organizado em torno de um determinado ideal, foram criados partidos com estrutura complexa e burocratizados, compostos por elementos de base e de articulação geral, com membros dos mais diversos graus de participação e hierarquias (ALDRICH, 1995).

Outro aspecto importante desse processo é a mudança da forma de atuação e objetivos dos partidos. Estes se aparelham com o objetivo de alcançar o exercício do poder, direcionando suas ações partidárias preponderantemente para a disputa eleitoral, deixando suas demais funções em segundo plano. A definição de partido empregada pelo cientista político Leon D. Epstein: “*Any group, however loosely organized, seeking to elect*

---

<sup>7</sup> Ressalta-se o surgimento dos partidos operários no fim do século XIX, em meio ao processo de industrialização. A luta por direitos trabalhistas provocou movimentos de protestos das massas populares, que, posteriormente, evoluíram para a organização dos partidos dos trabalhadores.

*government officeholders under a given label*”, aplica-se perfeitamente a esta nova fase, em que a aparente falta de união ideológica e política nos partidos é característico.

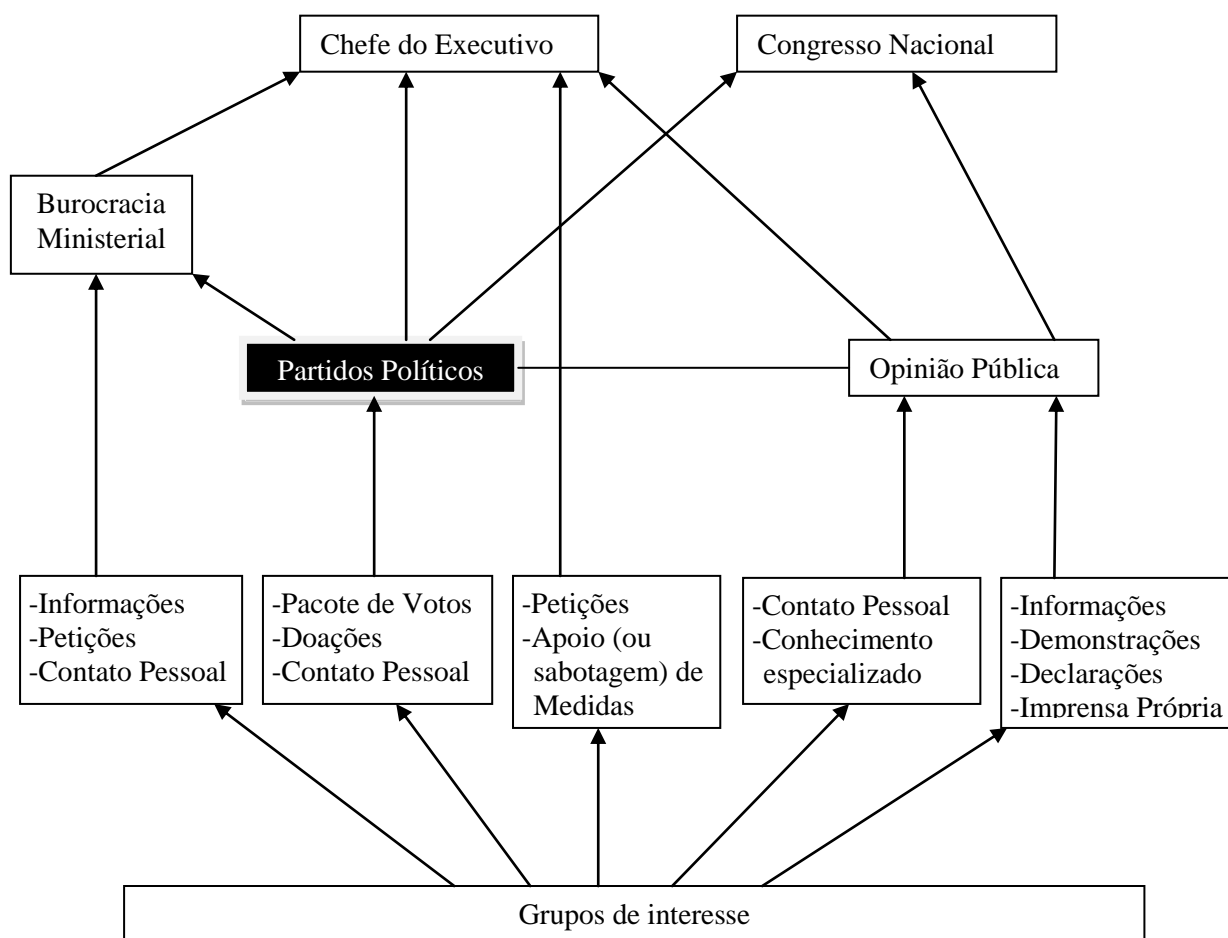
Assim, os partidos foram sofrendo alterações, que em muitos casos põem em questão o sentido da sua real existência, ou seja, promover a representação dos desejos da totalidade da nação. Nesse sentido, Downs (1999) acredita que não há bem comum e que os partidos políticos visam apenas o poder e seus benefícios. Logo, a função do partido não é expressar as demandas da sociedade, mas apenas ser um instrumento para se conquistar o poder. Viana (2003) compartilha desta idéia e afirma que os partidos políticos atuais são organizações burocráticas que se fundamentam na ideologia da representação política, e não no acesso direto do povo às decisões políticas, e possuem como objetivo conquistar o poder.

Essa nova organização, bem como os objetivos, tornou os partidos cada vez mais dependentes de recursos financeiros para manter seu funcionamento. E neste novo contexto, passam a ser alvos constantes de grupos de interesse, que encontram neles uma importante maneira de ter acesso às autoridades públicas. Scholzman e Tierney (1986) apontam a fraqueza dos partidos políticos, do ponto de vista institucional, como causa para o estabelecimento de relações com determinados grupos. Questões como a erosão da lealdade partidária, a fraqueza das lideranças partidárias e outras características do sistema, contribuiriam fortemente para esse processo de enfraquecimento dos partidos e, conseqüentemente, para a absorção dos mesmos por diferentes grupos (SCHOLZMAN E TIERNEY, 1986:201-202).

Os interesses dos grupos em manter relações com partidos podem ser atribuídos, em parte, às funções desenvolvidas por eles. Além das funções de transmissão do questionamento político, de mediação entre sociedade e governo, de recrutamento político, de participação política e de integração social, existem pelo menos três funções que são desenvolvidas apenas pelos partidos: i) a função de competição eleitoral; ii) a função de gestão direta do poder; iii) e talvez a função de expressão democrática. Os grupos de interesse, por sua vez, não participam diretamente no processo eleitoral e por isso mesmo não estariam interessados em gerir *in próprio* o poder político, mas em aproximar-se dele com facilidade e freqüência e influenciar as opções, e, assim, introduzir mudanças em seu favor (PASQUINO, 1998).

Essa estreita relação mantida por grupos e agentes dá-se de modo que seja possível aos partidos obter o poder, por meio do qual seria possível atender as demandas dos grupo e, assim, os interesses de ambos seriam atingidos. Surge daí uma relação de dependência na qual os grupos oferecem apoio aos partidos para eleger-se e manter-se no poder. Como

contrapartida, os partidos possibilitariam a transposição de interesses privados para a esfera pública, conferindo-lhes voz e legitimidade política (BONE, 1958). Assim, os partidos políticos tornam-se um importante instrumento de canalização das demandas desses grupos, e destacam-se como principais interlocutores aos tomadores de decisões políticas, concentrando parte das influências dos grupos, como mostra a Figura 5. É possível observar que estes se utilizam de diferentes meios para estreitar relações com os partidos, dentre eles, pacote de dados, doações de campanha e contato pessoal.



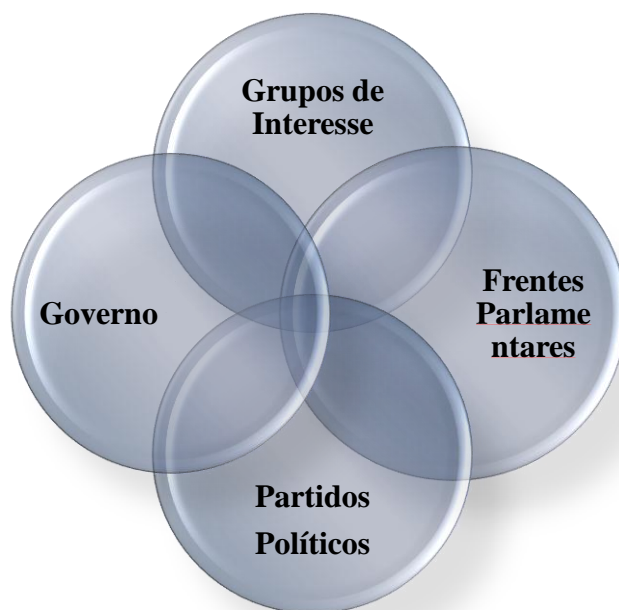
Fonte: SANTOS (2002)

**Figura 1 – Grupos de interesse e Suas Relações**

Para Brunell (2005), a existência dessa relação deve-se em parte ao fato de os grupos de interesse ter, naturalmente, uma preferência por alguns partidos, dada em função da afinidade ideológica. Essa relação é denominada por Pasquino (1998) de relação de parentesco, em que o partido se mostra receptivo aos casos de pressões e sugestões de grupos com matriz ideológico-política semelhante.

Pasquino (1998) ressalta, ainda, as principais formas como grupos de interesse e partidos se relacionam, no que diz respeito ao tipo e o grau de interpenetração entre ambos. Segundo o autor há essencialmente três formas: a) quando os grupos de pressão controlam os partidos, não somente financiando suas atividades, mas até mesmo decidindo quanto ao recrutamento dos dirigentes e o tipo de política a seguir e atuar. Tal situação dificulta a capacidade dos partidos de combinar interesses específicos em programas que busquem a obtenção de um apoio mais amplo; b) quando são “*verdadeiras emanações dos partidos ou pelo menos recebem deles uma sustentação indispensável*”, situação em que o controle dos partidos “*impede os grupos de pressão de articularem autonomamente as questões atuais da sociedade, de representarem interesses específicos e pragmáticos e termina por transmitir um conteúdo ideológico a toda atividade de grupos de pressão, impedindo que as suas questões possam ser colocadas em termos da contratação e compromissos*”; c) quando existe identidade de interesses entre grupos e partidos sobre temas importantes, mas jamais sobre todos os temas politicamente relevantes (PASQUINO,1998:565).

No que se refere às interfaces entre os grupos de interesse, governo e partidos políticos – e no interior destes e dos parlamentos as bancadas suprapartidárias ou frentes parlamentares –, estas podem ser identificadas como propõe Santos (2008) e visualizadas na Figura 6. Nesta é possível verificar as relações de complementaridade e intersecção nas atividades desses agentes, e observar ao mesmo tempo os distintos papéis desenvolvidos por cada um deles. As sobreposições indicam o exercício desses papéis por cada um, ao mesmo tempo, sem, contudo, abandonarem sua natureza específica.



Fonte: SANTOS (2008)

**Figura 2 – Interfaces entre Partidos Políticos, Frente Parlamentares, Grupos de interesse e Governo**

Esse vínculo que passa a existir entre o partido e grupos de interesse surge muitas vezes a partir do financiamento de campanhas, diante dos elevados custos de promover uma campanha política. Woodrow Wilson, ex-presidente dos EUA, define claramente o elo que se estabelece e une doador, receptor e o interesse:

*“If I take a hundred thousand dollars from a group of men representing a particular interest that has a big stake in a certain schedule of the tariff, I take it with the knowledge that those gentlemen will expect me not to forget their interest in that schedule, and that they will take it as a point of implicit honor that I should see to it that they are not damaged by too great a change in that schedule.”*  
(Wilson, 1913)

Tal fato põe em questão a efetividade da representação, de modo que aqueles dotados de mais recursos financeiros, que são capazes de contribuir com a maioria dos fundos de campanha, terão, então, uma quantidade desproporcional de influência sobre o resultado da eleição e representação de seus interesses (HOFFMAN, 2007).

Contudo, não existe na literatura especializada um consenso a esse respeito e, apesar de existir uma ampla gama de trabalhos na literatura preocupados com a influência do dinheiro na decisão de políticas públicas, ainda há muita divergência<sup>8</sup> e contradição nas

<sup>8</sup> Essa divergência nas conclusões apresentadas pode ser atribuída a vários fatores, como, por exemplo, os diferentes tipos de análise de grupos e votos, o procedimento metodológico empregado, etc.

conclusões obtidas, quando a tentativa é descobrir um *link* entre contribuições de campanha e influência política.

De um lado, alguns teóricos afirmam que essa relação entre contribuições de campanha e resultados políticos existe e é significativa. Pressupõe-se, portanto, que um grupo de interesses contribui com a campanha de um candidato em troca de futuros favores políticos, principalmente votos em projetos de lei que são de interesses do doador. Chappell Júnior. (1982), por exemplo, analisa a correlação entre contribuições de campanha e influência política, por meio do posicionamento do congressista em projetos de lei específicos, e verifica uma relação positiva e significativa entre contribuições e votos. Monardi e Glantz (1998) demonstraram que existe uma relação significativa entre as contribuições realizadas pela indústria de tabaco e votos na legislação de controle desse setor. Para Fredreis e Waterman (1985) a influência de grupos sobre o comportamento dos legisladores existe, e é maior quando questões políticas particulares são mais limitadas ou especializadas. Usando equações simultâneas, Stratman (2002) encontrou alguma evidência para a compra de votos pelos grupos de interesse. Denzau e Munger (1986) indicam que a relação entre os dois fatores é verificada principalmente quando o público é indiferente ou ignorante sobre a questão, ou quando a opinião pública se posiciona na mesma direção da demanda do grupo de interesses que efetuou a doação.

De outro, defende-se que maiores cuidados devem ser dedicados a essa análise, pois não se verifica relação significativa entre os fatores citados. Wright (1985), empregando técnicas de equações únicas, não encontrara relação significativa entre doações de campanha e votos dos legisladores. Liu (2004) verificou que para o caso do setor de petróleo e gás as contribuições realizadas pelo PAC<sup>9</sup> desses setores não influenciaram significativamente o voto dos legisladores.

Alguns autores têm enfatizado o efeito simultâneo na relação entre dinheiro e voto do candidato. Em outras palavras, dinheiro contribuído durante um dado ciclo de campanha, pode influenciar como o candidato que se tornou legislador vota durante a sessão legislativa seguinte; no entanto, as contribuições podem ter sido feitas em primeiro lugar devido aos votos passados do legislador. Para captar a reciprocidade dessa relação, os autores têm utilizado a regressão de mínimos quadrados de dois estágios. (ver Grenzke, 1989; Hoffman, 2007).

---

<sup>9</sup> PAC – Political Action Commitee.

Considerando isso, a regulamentação do financiamento de campanhas seria uma possível maneira de controlar a ação dos grupos de interesse nesse processo, pois impõe limites ao valor de contribuição realizado<sup>10</sup>. No Brasil, a regulamentação das doações recebidas pelos partidos é feita pela Lei nº 9.096 de 1995, que trata da organização e criação de novas agremiações partidárias. A referida lei estabelece que as fontes de financiamento da atividade dos partidos políticos compreendem suas receitas próprias e outras provenientes de financiamento privado e de subvenções públicas.

O financiamento com recursos públicos são provenientes do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, mais conhecido como Fundo Partidário. Esses recursos, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.096/95, seriam constituídos da arrecadação de multas e penalidades aplicadas com base no Código Eleitoral e em leis conexas e de dotações orçamentárias da União. Conforme resolução nº 22506/2007 do TSE, 42% do total de recursos arrecadados devem ser divididos igualmente entre os 27 partidos; 29% ficam divididos proporcionalmente entre os partidos que elegeram deputados federais, de acordo com o tamanho de suas bancadas; outros 29% vão para as legendas que conseguiram obter 1% ou mais dos votos válidos das duas últimas eleições e que tenham conseguido eleger representantes em, no mínimo, cinco estados.

No que se refere ao financiamento privado, a Lei nº 9504/97 regulamenta o limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição para as doações de pessoas físicas. As doações e contribuições de pessoas jurídicas são limitadas a dois por cento do faturamento bruto do ano anterior à eleição. E no caso em que o candidato utilize recursos próprios, as contribuições limitam-se ao valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido, conforme previsto nesta Lei.

Diante do exposto, faz-se necessário uma melhor compreensão dessa relação entre políticos, de um lado, e grupos de interesse, de outro. Para tanto, considerou-se as eleições para os cargos de deputado federal e senador, uma vez que os detentores dos mesmos possuem poder regulatório e legislativo, cujas decisões têm impacto a nível nacional. A partir disso, os seguintes questionamentos orientaram o desenvolvimento deste trabalho: como os deputados federais e senadores podem responder às ações de grupos de interesse (setores)? Qual a estruturação de blocos de agentes (deputados federais e senadores) e de principais (setores)?

---

<sup>10</sup> O que não significa dizer que o favorecimento dos interesses daqueles que contribuem deixaria de existir, nem tão pouco que todas as contribuições realizadas atendam os aspectos legais.

Nessa perspectiva, este estudo se propõe a tratar dessa relação considerando-se o modelo agente-principal, no qual os deputados e senadores são os agentes e os doadores os principais, associado à análise de redes sociais, através da qual é possível identificar as relações mantidas pelos mesmos. Desta forma, os resultados deste trabalho identificarão os grupos de interesse e as relações existentes entre grupos de interesse e deputados e senadores no Brasil. A partir disso, espera-se contribuir para o desenvolvimento de mecanismos que minimizem o efeito dessa interação para a sociedade, de tal maneira que se tenha uma estruturação de um sistema político e econômico eficaz.

### **1.3. Objetivos**

O objetivo geral do trabalho é discutir a subordinação das relações políticas às relações econômicas ao se destacar a relação dos deputados e senadores com grupos de interesse identificados a partir das contribuições de campanha. Especificamente, pretende-se, evidenciar a estrutura de uma rede de influência entre os grupos de interesse identificados dentro da estrutura setorial. Da mesma forma, dentre os senadores e deputados eleitos, verificar os possíveis blocos que possam atuar como agentes dos grupos de interesse, identificados a partir dos atributos - partidos políticos e regiões-, cujas conexões iniciais se referem ao recebimento de contribuições de campanha.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Teoria dos Grupos de interesse

O ponto de partida para a descrição e análise dos grupos de interesse é a sua definição, para qual ainda não existe consenso dada a diversidade e ambigüidade dos termos análogos usados na descrição desse fenômeno<sup>11</sup>. Berry (1989) propõe como conceito de grupos de interesse, um corpo organizado de indivíduos que compartilham os mesmos objetivos e que tentam influenciar as políticas públicas, orientados por interesses de natureza econômica. Segundo Browne (1998) a definição deste conceito, abrange três requisitos importantes: i) agregam membros e ofertantes (ou parceiros); ii) agregam indivíduos que possuem características comuns que os diferenciam dos outros; e iii) a proposta do grupos é buscar ações de política econômica que satisfaçam o interesse de seus membros. Ao longo desse trabalho, adotou-se a expressão grupos de interesse como sinônimo de grupos de pressão, como proposto por Key (1964). Sendo assim, entendem-se grupos de interesse como associações de indivíduos ou organizações baseadas em um ou mais interesses compartilhados que, sem objetivar o exercício do poder através do processo eleitoral, busca influenciar as políticas públicas em seu favor.

Para que se possa analisar e compreender os padrões de conduta de diferentes grupos é necessário considerar diferentes abordagens explicativas do comportamento, modo de atuação e recursos empregados pelos grupos de interesse. Na literatura econômica encontram-se importantes contribuições teóricas para esse propósito, que serão apresentadas, a seguir, divididas conforme as diferentes óticas de abordagem feita a respeito desse fenômeno.

---

<sup>11</sup> Dentre os termos comumente empregados estão grupos de interesse, grupos de pressão e *lobbying*, com algumas distinções entre essas denominações. Os grupos de pressão são identificados como grupos de interesse que exercem uma pressão, isto é, que passam da etapa de mera articulação de interesses para a etapa da busca de influência sobre o processo decisório, passando a sua atuação do sistema social para o sistema político (SANTOS, 2008).

### **2.1.1. A Ótica da Demanda: o problema da ação coletiva de Olson**

O lado da demanda da teoria dos grupos de interesse tem como base o trabalho de Olson (1965), que modificou o pensamento sobre teoria dos grupos, contrariando as teses pluralistas dominantes até então. O princípio dominante sobre a formação de grupos até a década de 60 era que os indivíduos com interesses comuns se organizariam naturalmente para promover suas demandas. Isto é, a simples existência de semelhança de interesses era condição suficiente para tornar possível a ação coletiva<sup>12</sup>.

Olson, entretanto, mostra que a interação de indivíduos que possuem objetivos comuns nem sempre gera resultados coletivamente eficientes. Isso acontece porque a lógica da racionalidade individual não se aplica do mesmo modo ao comportamento dos grupos. Olson demonstra esta idéia a partir de uma analogia com o mercado oligopolístico, no qual todas as empresas que pertencem ao oligopólio querem ter o preço dos seus produtos elevados. Para que isso ocorra faz-se necessário um comprometimento por parte das empresas de reduzir a quantidade produzida. Por um lado, as receitas das empresas são aumentadas pela elevação dos preços, mas por outro é reduzida pela diminuição da quantidade produzida. As firmas, visando maiores lucros, passariam a adotar um comportamento individualista, mantendo a quantidade produzida e deixando para outras empresas a restrição à produção. Se todas as empresas se comportarem do mesmo modo, o objetivo inicial de aumento dos preços não seria cumprido e, pelo contrário, com o aumento da quantidade total produzida pelo setor, os preços diminuiriam (OLSON, 1965).

Os indivíduos de um grupo, como salienta Olson (1965), não agirão em prol de um objetivo comum, a menos que haja incentivos e punições que os induzam a contribuir para a produção de bens comuns. Ou seja, para que a ação coletiva tenha êxito é fundamental a adoção de incentivos que beneficiem os membros que dela participam, ou punições para aqueles que não colaboram.

Dado que cada indivíduo tem interesses que são comuns a todos os integrantes do grupo e que considera individualmente a relação benefício-custo de participar da ação coletiva, esta será realizada se os benefícios forem superiores ao custo de participação (OLSON, 1965, p. 24-5). Entretanto, a ação coletiva é um bem público, cujo usufruto não pode ser restrito somente àqueles que colaboraram. Sendo assim, os não contribuintes desfrutarão os benefícios sem arcar com o custo da ação. Para que o grupo não fracasse na produção de bens públicos, uma vez que a ação racional individual seria não colaborar com a

---

<sup>12</sup> As obras de Bentley (1908) e Truman (1971) contribuíram consideravelmente para a difusão dessa idéia.

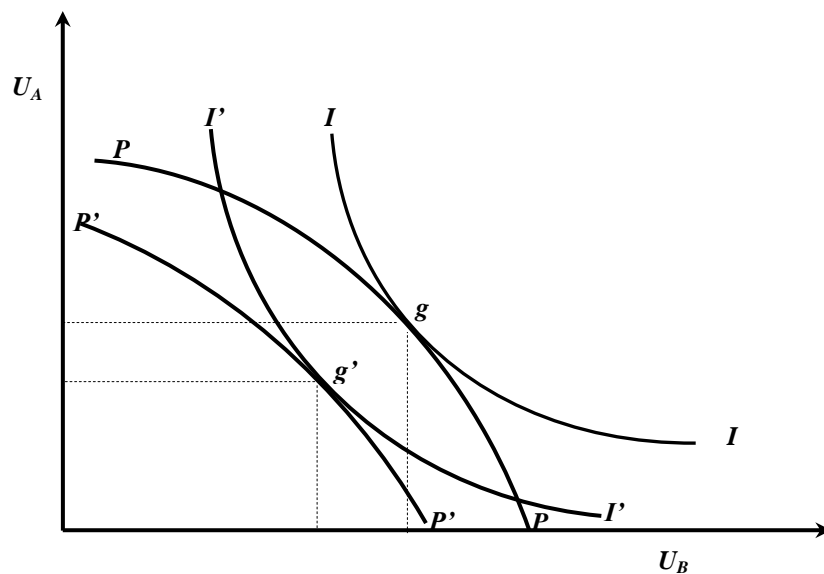
ação coletiva e, ainda assim, usufruir de seus benefícios, torna-se necessário, então, a adoção de incentivos seletivos (OLSON, 1965, p. 63).

Outro importante fator considerado por Olson é o número de participantes de um grupo. Estes possuem custos organizacionais que variam de acordo com o número de membros: quanto maior o número de integrantes, maiores os custos. Utilizando um modelo formal, Olson demonstrou que quanto menor o grupo, maiores as chances de um membro arcar com os custos totais sozinho. Em grupos grandes, porém, além dos custos organizacionais mais elevados, a fração de benefícios individuais tende a ser muito pequena e o controle do *free rider* é mais complicado, levando a uma maior dificuldade no processo de criação desses grupos.

Desta forma, grupos pequenos e coesos apresentam uma tendência a ser mais influentes, pois, normalmente, são mais ativos. Olson (1982, p. 41) afirma que “*pequenos grupos em uma sociedade, geralmente, terão maior poder de lobby e de cartel per capita do que grupos maiores.*” Os grandes grupos, por outro lado, tendem a permanecer com atividades diminutas ou, até mesmo, não exercem nenhuma pressão, o que leva Olson a concluir que não existe um mercado competitivo de grupos de interesse.

Contudo, isso não significa que grupos grandes não podem ser formados. Como Olson evidencia, grupos grandes precisam de coerção ou incentivos adicionais para ser constituídos. Nesse ponto os grupos pequenos se diferenciam dos grandes, pois aqueles “podem obter uma determinada quantidade de um benefício coletivo através da ação voluntária e racional de um ou mais de seus membros” (OLSON, 1965, p. 36).

Nota-se, portanto, que o sucesso da ação coletiva e, concomitantemente, o alcance do objetivo do grupo, estão condicionados à formação e à organização eficiente deste e que a lógica da racionalidade individual não deve ser aplicada veementemente, nestes casos. Pois, como o próprio Olson afirma, as atividades de grupos de interesse, embora sejam individualmente racionais, do ponto de vista de seus participantes, podem levar à ineficiência coletiva. Essa dinâmica do modelo olsoniano é mostrada na Figura 1 e pode ser entendida com a aplicação de curvas de indiferenças, como sugere Mitchell e Munger (1991).



Fonte: MITCHELL E MUNGER (1991)

**Figura 3 – Modelo de Olson (1965)**

Este caso pode ser considerado como um problema de maximização condicionada, em que o bem estar social é a função objetivo que é limitada pela capacidade produtiva de bens e serviços da sociedade. Os eixos representam as utilidades dos grupos A e B. A curva  $PP$  se refere à fronteira de possibilidades de produção. Em outras palavras, na sociedade/economia em questão, busca-se a oferta de utilidade para os grupos considerados. Ainda, as funções de utilidade se referem ao resultado da possível maximização das utilidades dos dois grupos sujeito à produção (dada pela fronteira). O formato da fronteira, distorção em favor de um dos grupos. Da mesma forma, o formato da função de utilidade depende das preferências sociais em favor de um dos grupos.

O argumento de Olson é que os grupos de interesse podem afetar todo o sistema, restringindo o menu de escolhas sociais e, conseqüentemente, deslocando a curva de possibilidade de produção para um nível inferior. A nova curva de possibilidade de produção  $P'P'$  leva ao resultado de escolha social  $g'$  que é inferior ao ponto de equilíbrio anterior  $g$ . Neste caso, todos estão em uma situação pior, uma vez que os ganhos são menores que as perdas sofridas pelos grupos.

Apesar da enorme contribuição da obra de Olson para a teoria dos grupos, este não considerou adequadamente o papel do Estado em relação à atuação dos grupos de interesse. O Estado, que possui um papel relevante nesse processo, é considerado por Olson como um agente benevolente maximizador do bem estar social e sujeito à atuação dos grupos de interesse. Olson, então, subestima o papel do Estado e trata o *rent seeking* como um fenômeno

que depende unicamente dos fatores que influenciam a formação do grupo (MITCHELL e MUNGER, 1991).

### **2.1.2. A Ótica da Oferta: Escola de Virgínia e de Chicago**

O foco de ambas as escolas é preponderantemente que o Estado não é um agente passivo e, devido à sua interferência na economia, os grupos de interesse obtêm benefícios. Neste sentido, o Estado é uma fonte potencial de recursos e ameaças à atividade econômica na sociedade, que tem o poder de proibir ou compelir, de tomar ou dar dinheiro, que pode (e assim o faz) ajudar ou prejudicar seletivamente vários grupos (STIGLER, 1971).

Em síntese, o que se verifica é que os modelos apresentados no lado da oferta da teoria dos grupos de interesse dão maior ênfase ao papel do Estado, mostrando que a interferência deste último com ações regulatórias tende a incentivar a ação dos grupos em obter os benefícios proporcionados por elas.

#### **2.1.2.1. A Escola de Virgínia e o *Rent Seeking***

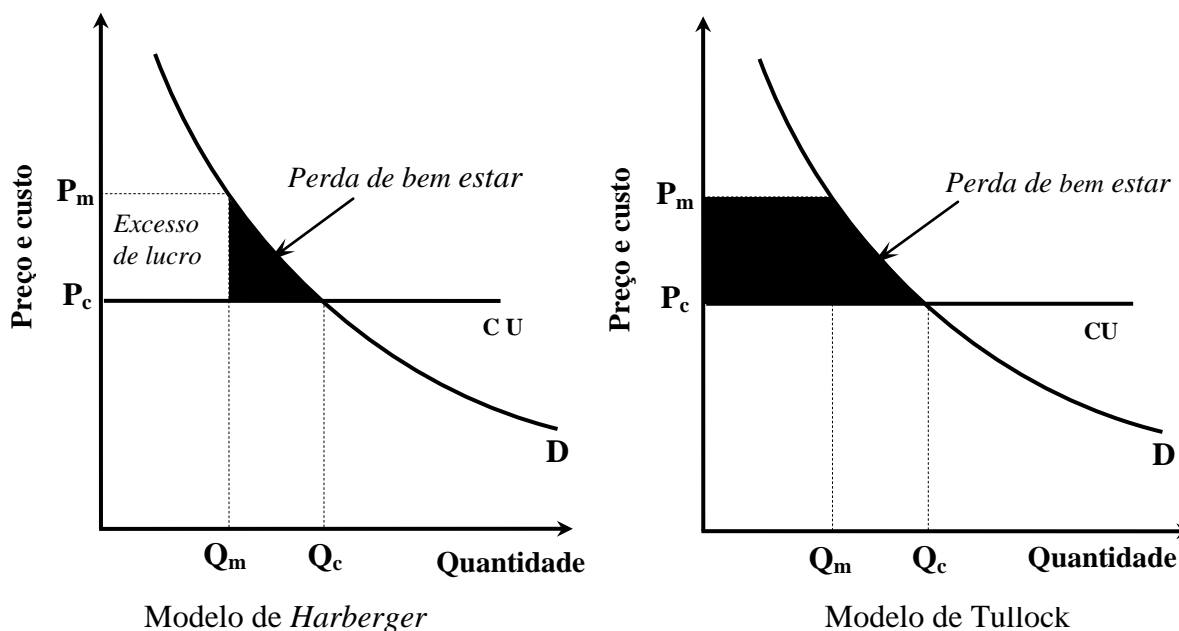
Segundo essa corrente teórica, os grupos de interesse vêem o Estado como o instrumento necessário para o alcance de seus objetivos, que em alguns casos pode ser a busca por renda não econômica – *rent seeking*. O fenômeno de *rent seeking*, como definido por Tollison (1982) *apud* Rowley, Tollison e Tullock, (1988, p. 48), caracteriza-se como “os gastos de recursos escassos para capturar uma transferência criada artificialmente” com o objetivo de obter benefícios públicos sem qualquer atividade produtiva. Tullock (1993) afirma que essa busca por renda gera uma perda de bem estar provocada pela alocação ineficiente dos recursos. Ademais, o custo dessas transferências de monopólio é muito maior que aquele sugerido por Harberger<sup>13</sup>, pois este último ignora os custos de *rent seeking*.

Tais custos, como sugerido por Tullock (1993), surgem da competição pelos direitos de monopólio, em que os empreendedores estariam dispostos a investir recurso na tentativa de formar um monopólio até o ponto em que o custo marginal se iguala ao retorno marginal devidamente descontado. Essa competição por renda pode ser perfeitamente legal, ou assumir, em alguns casos, a forma de suborno, corrupção, contrabando e mercados negros (KRUEGER, 1974). Os consumidores, interessados em evitar as transferências, estariam

---

<sup>13</sup> Harberger busca identificar os custos provocados pelas distorções de preços na economia e criou um método, a princípio, para medir aquelas provocadas pelos monopólios Norte Americanos na economia do país. Em 1964, ele consolida seus estudos em dois trabalhos, apresentando um modelo gráfico onde a área de *peso morti* dos impostos (Figura 2) aparece na forma triangular, método esse que ficou posteriormente conhecido como “*Triângulo de Harberger*”.

dispostos a fazer grandes investimentos para tal fim. Esses ataques provavelmente induziriam o monopolista a investir recursos na defesa de seu poder de monopólio, gerando um ciclo que tende a elevar os custos do *rent seeking*. Tais custos, porém, são ignorados pelo método do ‘*triângulo de Harberger*’, que subestima o cálculo da perda de bem estar do monopólio. A esse triângulo, então, deve ser adicionado o ‘*retângulo de Tullock*’, como mostra a Figura 2 (TULLOCK, 1993, p. 9-10).



Fonte: TULLOCK (1993)

**Figura 4 – Modelos de perda de bem estar provocada pelo monopólio**

Em ambos os modelos a curva D representa a quantidade demandada dada em função do preço, e a reta CU denota o custo unitário de produção, cujo ponto de interseção fornece a quantidade de concorrência perfeita  $Q_c$  e o preço correspondente  $P_c$ . Quando é concedido o poder de monopólio esse preço é alterado e elevado para  $P_m$  reduzindo a quantidade ofertada para  $Q_m$ . A diferença entre os dois modelos é exatamente a magnitude da perda de bem estar provocada pelo monopólio. O modelo de Harberger considera como perda apenas a área equivalente ao triângulo. Contudo, aquilo que é denominado por Harberger como excesso de lucro é considerado por Tullock como parte da perda de bem estar social, o que torna maior a medida deste último.

Algumas estimativas realizadas mostram que tais custos não devem mesmo ser desconsiderados<sup>14</sup>. De acordo com Krueger (1974), cerca de 7% do PIB da Índia foi destinado às atividades de *rent seeking* em 1964, e para a Turquia essa estimativa correspondeu a 15% do PIB em 1968. E no ano de 1974, *rent seeking* representou 3,5% do PIB norte americano, segundo estimativas de Posner (1975).

O conceito de *rent seeking* passou, então, a integrar a análise da atuação dos grupos de interesse e do governo. A idéia básica é que o governo como único agente capaz de atribuir direitos de exploração e licenças, definir tarifas ou quotas de importação e regular mercados, incentivaria a competição de rendas de monopólio ou regulação quando interviesse na economia de tais maneiras. Os efeitos dessa competição foram demonstrados por Krueger (1974) para o caso de licenças de importação, em que o Estado restringe a quantidade de bens importados através da concessão de licenças de importação, o que incentiva a competição por licenças e o gasto de recursos para obtenção das mesmas.

Nessa análise Krueger mostra o efeito da restrição imposta às importações sobre o bem estar da sociedade, que além de ter a quantidade de bem à sua disposição reduzida, vê-se numa situação em que parte da renda a ser investida no processo produtivo, gerando renda e trabalho, é direcionada para a competição pela aquisição das licenças (KRUEGER, 1974).

Assim, para essa vertente teórica, os grupos de interesse são considerados como agentes causadores de danos ao sistema econômico, que diante da possibilidade de obter benefícios políticos geram altos custos sociais.

### **2.1.2.1. A Escola de Chicago e a Teoria da Regulação**

A Escola de Chicago busca analisar a regulação como fator de incentivo para organização e pressão dos grupos de interesse. Nesse sentido, toda teoria desenvolvida por esta Escola rejeita a idéia de que a regulação é usada para beneficiar o interesse público e corrigir falhas de mercado<sup>15</sup>. A crença defendida por esta vertente teórica é que regulação é formulada para atender às demandas de grupos de interesse, que buscam maximizar suas rendas (STIGLER, 1971).

Essa idéia é reforçada por Posner (1974), que destaca o uso do poder coercivo do governo na concessão de vantagens individuais como um dos fundamentos básicos da teoria

---

<sup>14</sup> Balbinotto (2000) relaciona diversos trabalhos desenvolvidos no sentido de computar os custos de licenças de monopólio.

<sup>15</sup> Essa idéia, de que a regulação é formulada como resposta a um pedido do público para corrigir falhas de mercado e, assim, melhorar o bem estar social, é o principal fundamento da teoria do interesse público.

da regulação. Ao analisar esse poder regulatório como um produto ou serviço do mercado, governado pelas leis de oferta e demanda, Stigler (1971) identifica de um lado os grupos de interesse demandando do Estado fornecimento de subsídios diretos; controle sobre a entrada de novos rivais, que às vezes assume a forma de proteção tarifária; dificuldade de entrada de produtos substitutos e complementares; e fixação de preços próximos ao de monopólio. Do outro lado, oferecem apoio político, contribuições de campanha, emprego futuro, subornos, votos e outros.

Desta forma, Stigler (1971) sustenta a idéia de que o agente regulador é capturado pelos interesses de grupos privados, de maneira que os interesses de grupos particulares se antepõem aos objetivos de eficiência e equidade, objetivos estes que deveriam ser perseguidos pela regulação<sup>16</sup>. O autor afirma, ainda, que a realização da regulação é um processo bastante caro, uma vez que é necessário intervir no processo político, e tende a favorecer as indústrias em detrimento dos consumidores. Isto porque, geralmente, as indústrias formam um grupo pequeno, com menores custos de organização e maiores incentivos para se engajarem em ações coletivas, já que os benefícios são concentrados. E os consumidores, por outro lado, caracterizam-se como grupos maiores e menos organizados, que não têm grandes incentivos para participarem de iniciativas de ação coletiva, devido ao fato de os custos de organização ser bastante altos e os benefícios pouco significativos.

Esses postulados apresentados por Stigler (1971) são de fundamental importância para a compreensão da captura da regulação pelos grupos de interesse. Contudo, a existência de informação assimétrica entre esses atores políticos sugere a incorporação de considerações sobre as relações entre agente-principal na elaboração de um modelo mais geral de equilíbrio político.

Considerando tais especificidades, Barro (1973) elabora um modelo agente-principal para analisar a relação entre representantes políticos e grupos de interesse. Neste caso, o principal são os eleitores, que delega aos representantes políticos eleitos a tarefa de agir em seu nome e formularem políticas que atenda seus interesses. O problema que surge aqui é que o principal-eleitor não dispõe de meios para exercer total controle sobre as ações de seus representantes, e estes agem para melhorar seus próprios interesses, que diferem daqueles de seus constituintes. Os constituintes querem maximizar sua utilidade sujeita ao valor dos impostos pagos, determinando a partir disso o gasto ótimo a ser realizado pelo governo e a

---

<sup>16</sup> Posner (1974) faz uma contextualização do argumento geral de Stigler, apresentando diversas teorias que tratam da regulação na ciência política e na economia. Além disso, explica por que o governo não distribui cartéis perfeitos.

tributação a ser paga. O governante, por sua vez, busca maximizar sua utilidade, através da renda política obtida na forma de salários e outras rendas advindas do superfaturamento dos gastos realizados, limitada pela equação orçamentária.

Em termos algébricos, a questão pode ser postulada pela equação (1) que representa a função de utilidade do principal-eleitor e do agente ( $U_i$ ), que são idênticas,

$$U_i = U(X_i, G) \quad (1)$$

e depende do consumo do bem privado,  $X$ , e da quantidade total de bem público,  $G$ . Dado que existe equilíbrio orçamentário, os impostos devem ser suficientes para pagar o custo de produção dos bens públicos  $C(G)$ , no qual também está inserido o salário ( $w_p$ ) de quem administra os gastos.

Assim, a maximização da utilidade do agente está sujeita à equação de impostos a serem pagos,  $T_i = \frac{1}{N} [C(G) + w_p]$ , que representa o valor do imposto *per capita*, em unidades de  $X$ , com  $N$  igual ao número de pagadores dos impostos. Diferentemente, a maximização da utilidade do principal está restrita à quantidade de impostos  $T = C(G) + \Psi(C) + w_p = C(G) + [\Psi(C) - \Phi(C)] + w_p$  na qual a quantidade total de imposto a ser paga pelos eleitores deve custear além de  $C(G)$  e  $w_p$ , a renda política auferida pelo governante  $[\Psi(C) - \Phi(C)]$ . Esta última depende da quantidade de superfaturamento dos fatores,  $\Psi$ , que é uma função positiva do custo de produção total  $C(G)$ , isto é, o superfaturamento é igual a  $\Psi = \Psi(G)$ . Porém, alguns fatores fazem com que a renda política seja uma função positiva, menor que um para um, de  $\Psi$ . Assim, a renda política líquida, denotada por  $\Phi$ , é dada por  $\Phi = \Phi[C(G)]$ , onde  $0 < \Phi'(C) < \Psi'(C)$  e  $\Phi(0) = 0$ .

A solução para este problema determina o nível ótimo de produto governamental  $G^*$  associado ao nível de impostos,  $T^*$ . Para o  $i$ -ésimo indivíduo<sup>17</sup>, a quantidade ótima de produto é representada por  $\frac{\partial U/\partial G}{\partial U/\partial X_i} = \frac{1}{N} C'(G)$ ; por outro lado a quantidade de produto desejado pelo governante é  $\frac{\partial U/\partial G}{\partial U/\partial X_i} = \frac{1}{N} C'(G)[1 + \Psi'(C) - N\Phi'(C)]$ .

Surge, assim, um conflito de interesses entre o agente e o principal, dado que o nível de produção público desejado pelos constituintes difere daquele que maximiza a utilidade do governante. Barro (1973) sugere o processo eleitoral como solução para esse impasse. Se o representante político se comporta conforme os interesses do eleitorado, terá “garantido” o seu voto na eleição seguinte. Ou seja, o representante tem o voto dos eleitores como um

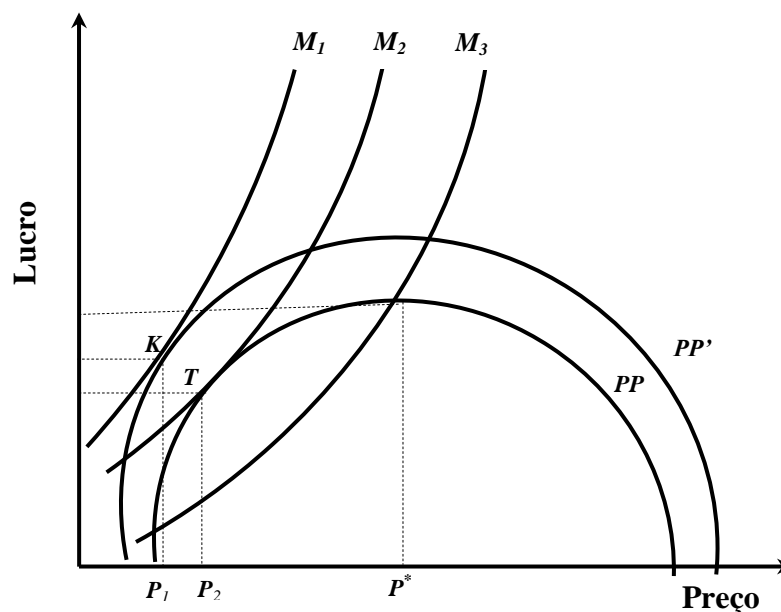
---

<sup>17</sup> Com a hipótese de que os indivíduos que possuem gostos comuns e renda igual,  $T^*$  e  $G^*$  são os mesmos para todos.

incentivo para agir conforme os interesses do eleitorado e, assim, auferir a renda por mais tempo. Utilizando-se desse meio e alguns elementos de estrutura política, os constituintes tentam aproximar os interesses dos políticos dos seus, fazendo com que ele selecione um valor de produto próximo de um nível fixado pelo eleitorado.

Assim, como sugere Peltzman (1976), o governo procura atender tanto para os seus próprios interesses quanto para os dos seus eleitores. A fim de atingir seus próprios interesses, neste caso a sua reeleição, os governantes estariam dispostos a trocar uma redução no bem-estar dos eleitores por doações de campanha. A decisão que deve tomar, então, é o quanto ele deve favorecer um grupo e, conseqüentemente, qual o dano que ele causará ao grupo afetado, de modo a obter o apoio máximo. A Figura 3 mostra o modelo de maximização de votos de Peltzman (1976).

Se o governante propõe uma regulação que aumenta os preços, os produtores terão seus lucros elevados e o apoio dos grupos de interesse será maior ao regulador. Porém, esse aumento de preços impõe uma perda de bem estar aos consumidores que terão que pagar mais caro e, portanto, diminuirão seu apoio (através dos votos) ao regulador, deslocando a curva de isovoto<sup>18</sup>  $M_3$  em direção a  $M_1$ . Estas curvas possuem inclinação positiva, que demonstra o *tradeoff* entre preços e lucros, e quanto maior sua inclinação, menos os eleitores estão dispostos a aceitar aumentos de preços, o que deve ser compensado por aumentos nos lucros (que serão parcialmente convertidos em contribuições de campanha).



Fonte: PELTZMAN (1976)

**Figura 5 – Modelo de Maximização de Votos e Escolha Governamental**

<sup>18</sup> Cada curva de isovoto mostra as combinações de preços e lucros que proporcionam ao regulador o mesmo número de votos.

Desta forma, o regulador, visando à permanência em seu cargo, oferece uma regulação que maximiza o apoio político obtido desses dois grupos, dada a curva de lucro potencial,  $PP$ . Como resultado, o ponto  $T$  é escolhido pelo regulador, com o preço  $P_2$  situado entre os preços de monopólio ( $P^*$ ) e o eficiente ( $P_I$ ).

Algebricamente, o problema do regulador pode ser representado pela equação (2),

$$\max M = M(W_1, W_2) \quad (2)$$

$$\text{s.a. } V = W_1 + W_2 = V(W_1, W_2),$$

que representa sua função de apoio político,  $M$ , como função da riqueza  $W_i$  do grupos  $i$ ; sujeita à restrição de riqueza total  $V$ , em que  $V_i > 0$  e  $V_{12} < 0$ .<sup>19</sup> Isto é, o total de riqueza a ser distribuído é limitado: desconsiderando as falhas de mercado, o aumento da riqueza de um grupo é condicionada à redução da riqueza de outro.

Considerando o caso de dois grupos (consumidores e produtores) tentando obter benefícios ou reduzir as perdas advindas do processo político, que só podem ser concedidos através de uma estruturação de um preço mínimo ou máximo em conjunto com o controle de entrada, a equação (2) é reescrita como

$$M = M(p, \pi)$$

em que:  $p$  é o preço do bem e  $\pi$  a riqueza dos produtores. A principal restrição é dada pelas condições de custo e demanda, resumidas pela função lucro

$$\pi = f(p, c)$$

com  $c = c(Q)$  representando o custo de produção como função da quantidade produzida  $Q$ .

O problema do regulador, então, é maximizar a equação (3) sujeita à (4), cuja solução<sup>20</sup>,  $-\frac{M_p}{f_p} = M_\pi = -\lambda$ , sugere que o produto político marginal de um dólar de lucro ( $M_\pi$ ) deve ser igual ao produto político marginal de uma redução de preço ( $-M_p$ ). Assim, o regulador, maximizando seu apoio político, aumentará os preços até o ponto onde votos ganhos pelos recursos financiados pelos produtores compensem os votos perdidos entre consumidores. Deste modo, o preço será estabelecido num nível intermediário entre o preço de concorrência e o de monopólio.

Além disso, Peltzman conclui que “indústrias naturalmente monopolísticas ou competitivas são politicamente mais atrativas para regulação do que uma indústria

<sup>19</sup> Com  $M_{12} = 0$ , o que significa que não existe dependência entre os grupos.

<sup>20</sup> Esta é a solução do Lagrangeano  $L = M(p, \pi) - \lambda(\pi - f(p, c))$  diferenciado em relação a  $p, \pi$  e  $\lambda$ .

oligopolística”. Isto porque um oligopólio já possui um preço entre o preço competitivo e o de monopólio e os ganhos obtidos com a regulação serão pequenos, tanto em termos de redução da tarifa para os consumidores, quanto em termos de aumento da taxa de retorno para a indústria (PELTZMAN, 1976). Por outro lado, numa situação em que o preço situa-se muito próximo ao de concorrência ou monopólio, os ganhos obtidos com a regulação seriam muito maiores para os consumidores e para a indústria, no primeiro e no segundo caso respectivamente. Conseqüentemente, o político obteria um maior apoio político, o que o estimularia a regular esses tipos de indústria.<sup>21</sup>

### **2.1.3. O Equilíbrio de Interesses Políticos**

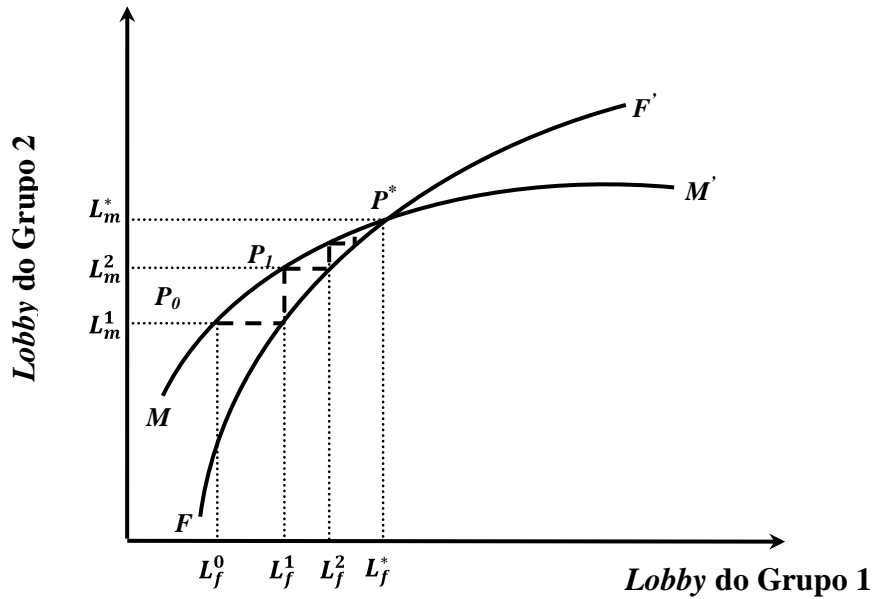
Considerado como o equilíbrio de mercado político, o modelo desenvolvido por Becker (1983) supõe que indivíduos pertencem a grupos de pressão que competem por favores políticos com o apoio aos candidatos políticos através de votos e contribuições de campanha. A abordagem desenvolvida por Becker (1983) integra a visão de que o governo corrige falhas de mercado com a visão de que favorece certos grupos politicamente. Ou seja, considera que a regulação é utilizada para elevar o bem estar de grupos mais influentes.

O foco é a competição entre grupos por influência política, e não necessariamente a sua interação com legisladores. Diante disso, Becker considera dois grupos, os subsidiados e os contribuintes, cujas funções de influência de cada um deles são dependentes uma da outra. Isto é, o aumento da influência de um grupo é compensado por uma diminuição da influência do outro, visto que os subsídios recebidos por grupos são financiados pelo pagamento de tributos pelo outro. Ou seja, a estrutura do modelo se apresenta como um jogo de soma zero, cujo equilíbrio político depende da eficiência de cada grupo em realizar pressão.

Nesse sentido, os grupos competem gastando tempo, energia e dinheiro no exercício de pressão política, que é representada por uma função que relaciona a sua produção de pressão a vários insumos, como demonstra a Figura 4.

---

21 Isso explicaria, segundo Peltzman (1976), o processo de competição por regulação entre monopólios naturais, como ferrovias, serviços de utilidade pública (energia elétrica, gás, água, telefone, etc.), e aquelas indústrias aparentemente competitivas, como transporte rodoviário, linhas aéreas, táxis, barbeiros e agricultura.



Fonte: MITCHELL E MUNGER (1991)

**Figura 6 – Lobby: Curvas de Reação e Equilíbrio**

Becker prevê a disputa por renda como um jogo Cournot-Nash, onde cada grupo considera a pressão política dos demais como dada e, levando isso em consideração, calcula a sua quantidade ótima de recursos. As funções de reação do grupo 1 e 2 são representadas pelas curvas  $FF'$  e  $MM'$ , respectivamente. A fim de aumentar os subsídios recebidos do governo, os membros do grupo 1 empregam recursos e exercem a pressão  $L_f^0$ . Dada essa pressão, os integrantes do grupo 2, também escolhem fazer pressão e determinam o ponto  $P_0$  em sua curva de reação, que corresponde à pressão exercida pelo grupo 1. A escolha deste ponto pelo grupo 2, torna as pressões exercidas por ambos grupos equivalentes, o que induz o grupo 1 a aumentar o lobby realizado para  $L_f^1$ . Em resposta a este aumento, o grupo 2 escolhe o ponto  $P_1$  em sua curva de reação, elevando seu lobby para  $L_m^2$ . O grupo 1, então, passa a exercer uma pressão maior,  $L_f^2$ , o que faz com que o grupo 2 exerça uma pressão proporcional em sua curva de pressão,  $L_m^2$ . Esse movimento continua até que o ponto de equilíbrio estável  $P^*$  seja atingido, tornando os gastos e o nível de tributação de ambos os grupos determinados. A soma das quantidades gastas por cada grupo é igual à quantidade total gasta em *rent seeking*.

A importância do trabalho de Becker verifica-se pelas conclusões obtidas desse modelo. Uma primeira conclusão assinala que o "peso morto" serve como uma restrição às atividades regulatórias ineficientes. Isto porque, o crescimento marginal dessa perda de bem-estar faz com que os grupos perdedores sejam mais resistentes a maiores transferências ao

grupo vitorioso, o que desencoraja o esforço deste último por valores maiores de renda não-econômica. Assim, os próprios grupos impediriam a regulação ineficiente, e o Estado atuaria na maioria dos casos para aumentar a eficiência do sistema, ainda que isso se dê pela ação de grupos de interesse que buscam seus objetivos particulares. Outra importante conclusão diz respeito à indústria a ser regulada: uma indústria que apresenta falhas de mercado apresenta maior probabilidade de regulação que uma indústria que não apresenta estas falhas, já que o benefício agregado dos grupos é maior.

Grossman e Helpman (2001) dá novos *insights* a essa relação entre grupos de interesse e formuladores de políticas ao problema da competição por influência, estruturado como um modelo *common agency*<sup>22</sup>. Os autores analisam a situação em que vários grupos de interesse tentam influenciar um governante, utilizando-se de um modelo no qual os grupos de interesse são os principais e o formulador de política é o agente. Os grupos estão prontos para oferecer contribuições de campanha para influenciar a decisão do governante, esboçando um esquema de contribuição independente. Essa contribuição associa uma doação a um fundo de campanha do político, considerando os incentivos que os outros podem oferecer. Os grupos comunicam seus esquemas ao político privadamente, que após ter ouvido todas as ofertas, seleciona a política que maximiza seu bem-estar político, e recolhe a contribuição de cada grupo.

O responsável político deve escolher um dos conjuntos de vetores de política que lhe fornece o maior nível de bem estar possível. Então, o conjunto de melhor resposta do responsável político a todos os esquemas de contribuições consiste de todos os vetores de política factíveis que maximiza sua função de bem-estar. Diante disso, um determinado grupo de interesses, que tem algumas expectativas sobre os esquemas de contribuição oferecidos por seus rivais, buscará delinear sua proposta tal que proporcione ao governante um nível de bem estar maior do que aquele obtido sem esse grupo.

O equilíbrio encontrado é um equilíbrio de Nash em subjogo perfeito na competição política entre os grupos. Isto é, que o esquema de contribuição de cada grupo deve ser uma resposta ótima ao conjunto de esquemas dos outros, quanto todos os grupos prevêm a melhor resposta do responsável político. A caracterização do equilíbrio obtido considera que os grupos de interesse utilizam esquemas de contribuição localmente compensatórios<sup>23</sup>.

---

22 Bernheim e Whinston (1986) definem *common agency* como uma situação na qual vários principais, simultaneamente e independentemente, tentam influenciar um agente comum.

23 “O termo localmente ‘compensatório’ refere-se ao fato de que a mudança na contribuição compensa o grupo de interesses pela mudança na política, então o bem-estar permanece o mesmo. O termo ‘localmente’ significa

Assim, o equilíbrio do vetor de política e das contribuições associadas obedece às condições necessárias para um resultado ser conjuntamente eficiente para o político e os grupos de interesse. Isto significa que eficiência conjunta – que necessariamente é obtida quando há somente um grupo de interesses – é mantida quando muitos grupos de interesse competem por influência (GROSSMAN e HELPMAN, 2001).

## 2.2. Teoria da Agência e o Problema do Incentivo

A teoria da agência trata de situações nas quais uma parte (o principal) delega responsabilidade a outra (o agente) para realizar alguma tarefa em benefício do principal. Principal e agentes buscam uma relação cooperativa, ainda que eles tenham objetivos e atitudes em relação ao risco diferentes. A teoria da agência esboça fatores que permitem que principal e agente alinhem interesses e estabeleçam uma relação de troca eficiente (EISENHARDT, 1989).

Neste contexto, os incentivos desempenham um importante papel. Como destacado por Olson (1965), faz com que o interesse individual coincida com o interesse coletivo, modificando o cálculo individual dos custos e dos benefícios das diferentes alternativas de escolha do indivíduo. Especificamente nos casos em que existe problema de agência, os incentivos (aqui, as contribuições de campanha) são uma possível solução para a divergência de interesses de agentes e principal<sup>24</sup>. De acordo com Dixit (2000), é por meio deles que o principal pode afetar a ação do agente, com vistas a estimulá-lo a desempenhar suas tarefas conforme os seus interesses.

Desta forma, o incentivo está diretamente ligado ao modo pelo qual um principal define mecanismos para induzir os agentes a agir na direção dos seus interesses [ver Molho (1997) e Sappington (1991)]. Como afirmado por Laffont e Martimort (2000) um grande esforço tem sido realizado por vários estudiosos do assunto para delinear mecanismos de incentivos para induzir a revelação verdadeira do agente. Groves (1973) propôs um mecanismo individualmente compatível, que estabelece que as verdadeiras preferências é uma estratégia dominante para cada indivíduo e que o ótimo de Pareto é selecionado<sup>25</sup>. Contudo,

---

que esta propriedade precisa ser mantida somente para mudanças pequenas (ou locais) na política próxima ao equilíbrio (GROSSMAN e HELPMAN, 2001, p. 253).

<sup>24</sup> Essa idéia remete ao trabalho de Peltzman (1974) conforme citado na subseção anterior.

<sup>25</sup> Um mecanismo de Groves é um mecanismo de revelação direta com uma regra de transferência específica:  $t_1(w(\cdot)) = \sum w_{-i} (K^*(w(\cdot))) + h_i(w_{-i}(\cdot))$  onde  $h_i(w_{-i}(\cdot))$  é uma função determinística de  $w_{-i}(\cdot)$ ,  $i = 1, \dots, N$  (ver Green e Laffont, 1977)

tais mecanismos são somente um dos vários mecanismos que apresentam essas características e qualquer mecanismo satisfatório<sup>26</sup> é semelhante ao mecanismo de Groves (GREEN e LAFFONT, 1977).

Usando uma abordagem bayesiana para informação, d'Aspremont e Gérard-Varet (1979) analisam o problema de incentivos como um jogo com informação incompleta. Desta forma, é possível encontrar mecanismos capazes de resolver eficientemente um problema de decisão coletiva, e que garantem, simultaneamente, compatibilidade de incentivos e equilíbrio orçamentário. Este resultado, entretanto, está sujeito a uma condição de compatibilidade que é imposta às crenças dos agentes.

Quando se considera a questão dos incentivos como solução de problemas que envolvem grupos<sup>27</sup>, os mesmos podem minimizar os custos de transação devido à seleção adversa e instituições ineficientes. Nesse sentido, Laffont e N'Guessan (2001) analisando o caso dos empréstimos<sup>28</sup> em grupos, consideram uma estrutura principal-multiagente com seleção adversa e contrato *ex-ante*, em que o contrato em grupo é utilizado para corrigir as ineficiências provocadas pelas imperfeições da execução do contrato. De acordo com os autores, deve haver garantias suficientemente eficientes para que os contratos em grupo dominem os contratos individuais e facilitem sua execução<sup>29</sup>. Porém, os contratos em grupos são eficientes somente se os emprestadores conhecem um ao outro, e não são robustos quando há conluio. Neste caso, o contrato em grupo ótimo é composto de um único contrato que especifica somente um pagamento, como aquele caracterizado por Laffont e N'Guessan (2000).

Os empréstimos em grupos, porém, são apenas uma das formas pelas quais incentivos em grupos podem melhorar a tecnologia de transação em ambientes com restrições de informação. Laffont (1999) utiliza os incentivos para determinar os custos de transação de

---

<sup>26</sup> De acordo com Green e Laffont (1977, p. 430), “um mecanismo é decisivo se  $\forall i, \forall v_i(\cdot) \in V_i: D(v_i(\cdot)) \neq \emptyset$ , onde a função  $v_i(\cdot)$ , que é considerada como os custos líquidos atribuídos ao projeto, refere-se à função de avaliação do agente  $i$ . Um mecanismo é dito ser satisfatório se, para qualquer  $s = (s_1, \dots, s_N)$  e  $s_i$  é uma estratégia ótima para o jogador  $i$ , cujas verdadeiras preferências são  $v_i$ , então  $d(s)$  maximiza  $\sum v_i(\cdot)$ . Um mecanismo satisfatório é aquele mecanismo que é tanto decisivo quanto bem sucedido, e então a propriedade de êxito mantém todas as combinações de estratégias dominantes. Mecanismos satisfatórios são desejáveis porque eles selecionam os resultados eficientes e ao mesmo tempo elimina qualquer interação estratégica entre os agentes porque estratégias dominantes existem.”

<sup>27</sup> Tal limitação omite um importante e grande corpo da literatura dos incentivos. Para uma revisão teórica sobre incentivos nas demais áreas, ver Gibbons (1998), Prendergast (1999) e Dixit (2000).

<sup>28</sup> Os autores analisam o contrato em grupo para empréstimos bancários, mas tal análise pode se estendida a outras situações.

<sup>29</sup> Esse resultado obtido por Laffont e N'Guessan (2001) assemelha-se ao obtido por Besley e Coate (1995), que consideram que os contratos em grupos têm efeitos positivos e negativos. E esses últimos podem ser minimizados se existir punições sociais.

coalizão induzido pela informação assimétrica e mostra quais extensões destes custos relaxam as restrições impostas pelo governo ao comportamento de conluio. O autor mostra, ainda, como os incentivos podem ser usados pelo governo para evitar a captura de políticos e burocratas por grupos de interesse.

Outro aspecto importante a ser considerado no problema do incentivo é a de formação de coalizões, uma vez que podem reduzir a eficiência do mecanismo de incentivo ótimo esboçado na ausência de suas respectivas restrições de incentivos. Como destacado por Laffont e Martimort (1997), a coalizão é importante para compreender o impacto da captura no processo regulatório, a organização do governo, quando grupos de interesse conluíam-se com partidos políticos e, finalmente, como os mercados geralmente se comportam. Segundo os autores, ela impõe mais restrições ao conjunto de alocações implementável, que devem ser incentivo-compatível, e invalidam os mecanismos individuais (ver Laffont, 1999, 2000 e Laffont e Martimort, 2000).

Green e Laffont (1979) são os primeiros a tratar de incentivos com coalizão e provam que o mecanismo proposto por Groves (1973) não é robusto às suas manipulações. Em sua análise, os autores mostram como uma coalizão distorce a informação sobre suas preferências quando enfrentam um mecanismo pivotal<sup>30</sup> e uma subclasse do mecanismo de Groves. Ainda com mecanismos de estratégia dominante, Laffont e Martimort (1997) consideram o caso em que os agentes comunicam entre si e conluíam sob informação assimétrica. O conjunto de contratos implementável para a coalizão (*collusion-proof*) é caracterizado, e esse mecanismo obtido é robusto para toda extensão de equilíbrio do jogo com formação de coalizão.

Entretanto, nesse trabalho, Laffont e Martimort restringem sua análise ao caso em que os mecanismos são anônimos e a informação não é correlacionada. Diante de tais suposições, ainda existe uma implementação fraca e sem custo do segundo melhor resultado quando o principal oferece mecanismos Bayesianos não-anônimos. Nesse sentido, Laffont e Martimort (2000, p. 312) enfatizam “o papel da informação correlacionada, entre os agentes como um determinante da durabilidade da coalizão<sup>31</sup>” e avaliam as suas conseqüências na eficiência alocativa e na distribuição de rendas na sociedade. Os autores ainda caracterizam completamente todas as transferências fracas no mecanismo ótimo do *collusion-proof*, de tal modo que é possível calcular todas as rendas *a posteriori* e caracterizar o resultado do mecanismo quando as opiniões diferem.

---

<sup>30</sup> Jackson (2003) apresenta um mecanismo pivotal, em que  $x_i(\theta_{-i}) = -\max_{d \in D} \sum_{j \neq i} v_j(d, \theta_j)$ . No caso da transferência de  $i$ ,  $t_i(\theta) = \sum_{j \neq i} v_j(d(\theta), \theta_j) - \max_{d \in D} \sum_{j \neq i} v_j(d, \theta_j)$ .

<sup>31</sup> Laffont e Martimort (2000, p. 312).

Uma nova abordagem de caracterização da restrição de incentivos<sup>32</sup> em grupos é fornecida por Laffont (2000), onde considera o modelo de coalizão com assimetria de informação não verificável. Com essa metodologia, é possível caracterizar a resposta constitucional ótima para atividades de grupos de interesse e estudar o desenho de qualquer instituição na qual comportamento em grupo é importante.

Diante do exposto, a importância dessa teoria para o presente trabalho consiste em identificar os grupos de agente e de principais que estabelecem entre si algum tipo de relação por meio das contribuições de campanha.

---

<sup>32</sup> Essa caracterização será apresentada na seção seguinte.

### 3. METODOLOGIA

O procedimento metodológico deste estudo constitui-se basicamente de uma análise do tipo principal-agente sobre a interação dos grupos de interesse e dos partidos políticos. Complementarmente, são utilizadas técnicas de redes sociais, a partir da qual são obtidas as estimativas necessárias para implementação deste modelo. A seguir serão apresentados alguns aspectos do modelo adotado neste trabalho.

#### 3.1. Uma modelagem Principal-Agente e Incentivos em Grupos

O problema do principal-agente refere-se, genericamente, à questão de quais incentivos o principal deve oferecer para o agente para que este realize uma ação desejada por ele. Para resolver esse problema faz-se necessário analisar a motivação, ou razões do agente para realizar o que o principal deseja. O modelo aqui apresentado considera o problema da seleção adversa baseado em Laffont e Martimort (2002).

Considerando o caso em que o principal (os grupos de interesse) delega a obtenção de  $q$  unidades de votos a um agente (os partidos políticos), as contribuições oferecidas pelo principal são representadas por  $S(q)$ , com  $S'(q) > 0$  e  $S''(q) < 0$ . Isto é, a função utilidade do principal é estritamente côncava.

Em geral, não existe um meio para o principal observar precisamente o custo de produção do agente, mas o custo fixo  $F$  e o custo marginal  $\in \theta = \{\bar{\theta}, \underline{\theta}\}$  são conhecimento comum. O agente pode ser eficiente ( $\underline{\theta}$ ) ou ineficiente ( $\bar{\theta}$ ), com probabilidades  $v$  e  $(1 - v)$ , respectivamente. Assim, tem-se que as funções custo de produção são:

$$C(q, \underline{\theta}) = \underline{\theta}q + F \quad (5)$$

$$C(q, \bar{\theta}) = \bar{\theta}q + F \quad (6)$$

O *spread* de incerteza do custo marginal do agente é denotado por  $\Delta\theta = \bar{\theta} - \underline{\theta} > 0$ .

Para uma delegação da tarefa bem sucedida o principal deve oferecer ao agente um nível de utilidade no mínimo igual ao nível de utilidade que o agente obtém fora da relação<sup>33</sup>. Essa condição que deve ser observada pelo agente, é a restrição de participação, que é escrita como

$$\underline{t} - \underline{\theta}\underline{q} \geq 0 \quad (7)$$

$$\bar{t} - \bar{\theta}\bar{q} \geq 0 \quad (8)$$

A função de utilidade do principal é dada, então, por  $S(q) - t$ , ou seja, o resultado obtido da produção menos o pagamento para a obtenção deste resultado. E o agente, por sua vez, possui uma função de utilidade que depende do pagamento efetuado pelo principal e do seu custo de produção, isto é,  $t - C(q, \theta)$ .

Num cenário em que a informação entre o principal e o agente é simétrica, o nível eficiente de produção é obtido igualando o valor marginal do principal ao custo marginal do agente. Isto é,

$$S'(\underline{q}^*) = \underline{\theta} \quad (9)$$

$$S'(\bar{q}^*) = \bar{\theta} \quad (10)$$

Neste caso, o principal oferece um contrato que associa a remuneração ao custo de produção do agente. Se  $\theta = \underline{\theta}$  o principal oferece  $\underline{t}^*$  para o nível de produção  $\underline{q}^*$  com  $\underline{t}^* = \underline{\theta}\underline{q}^*$ ; se  $\theta = \bar{\theta}$  o principal oferece  $\bar{t}^*$  para o nível de produção  $\bar{q}^*$  com  $\bar{t}^* = \bar{\theta}\bar{q}^*$ . Independente do tipo do agente ele aceita a oferta do principal e realiza lucro zero. Assim, um contrato ótimo entre o agente e o principal é dado por  $(\underline{t}^*, \underline{q}^*)$  se o agente é eficiente e  $(\bar{t}^*, \bar{q}^*)$  se é ineficiente<sup>34</sup>.

O cenário em que a informação é simétrica, freqüentemente chamado de cenário *first best*, caracteriza-se por um ambiente idealizado que não condiz com o contexto em que as transações normalmente são realizadas. Assim sendo, faz-se necessário considerar as alterações provocadas pela assimetria de informação no problema do principal.

<sup>33</sup> Laffont e Martimort (2002) normalizam em zero o nível de utilidade externa do agente (também chamado de nível de *status quo*).

<sup>34</sup> Os níveis de produção  $\underline{q}^*$  e  $\bar{q}^*$  são os níveis de produção ótimos realizados sob informação completa, e os mesmos serão realizados se, e somente se, seus valores sociais,  $\underline{W}^* = S(\underline{q}^*) - \underline{\theta}\underline{q}^* - F$  e  $\bar{W}^* = S(\bar{q}^*) - \bar{\theta}\bar{q}^* - F$ , respectivamente, são não negativos. Além disso, os níveis de produção ótimos definidos em (6) e (7) são tais que  $\underline{q}^* > \bar{q}^*$ , ou seja, a produção ótima de um agente eficiente é maior que a de um agente ineficiente, uma vez que o valor marginal do principal é decrescente.

O conjunto de menus de contratos incentivos factível na presença de informação assimétrica é caracterizado pelas restrições de compatibilidade incentivo,

$$\underline{t} - \underline{\theta} \underline{q} \geq \bar{t} - \underline{\theta} \bar{q} \quad (11)$$

$$\bar{t} - \bar{\theta} \bar{q} \geq \underline{t} - \bar{\theta} \underline{q} \quad (12)$$

e pelas restrições de participação,

$$\underline{t} - \underline{\theta} \underline{q} \geq 0 \quad (13)$$

$$\bar{t} - \bar{\theta} \bar{q} \geq 0 \quad (14)$$

O problema do principal é escrito, então, como

$$(P): \quad \max_{\{(\bar{t}, \bar{\theta}), (\underline{t}, \underline{\theta})\}} v \left( S(\underline{q}) - \underline{t} \right) + (1 - v)(S(\bar{q}) - \bar{t})$$

sujeito a (11), (12), (13) e (14).

Considerando que o nível de utilidade obtido pelo agente no *first best* satisfaz

$$\underline{U}^* = \underline{t}^* - \underline{\theta} \underline{q}^* = 0 \quad (15)$$

$$\bar{U}^* = \bar{t}^* - \bar{\theta} \bar{q}^* = 0, \quad (16)$$

as restrições de incentivo (11) e (12) e a de participação (13) e (14) podem ser reescritas respectivamente como

$$\underline{U} \geq \bar{U} + \Delta\theta \bar{q} \quad (17)$$

$$\bar{U} \geq \underline{U} - \Delta\theta \underline{q} \quad (18)$$

$$\underline{U} \geq 0 \quad (19)$$

$$\bar{U} \geq 0 \quad (20)$$

Sob informação assimétrica, o agente eficiente pode imitar o ineficiente obtendo uma renda de informação igual a

$$\bar{t} - \underline{\theta} \bar{q} = \bar{t} - \bar{\theta} \bar{q} + \Delta\theta \bar{q} = \bar{U} + \Delta\theta \bar{q} \quad (21)$$

Substituindo a transferência no problema (P) pelas equações (15) e (16), e usando as equações de (17) a (21), o problema do principal pode ser reescrito como

$$(P') \quad \max_{\{(q, \bar{q})\}} v \left( S(\underline{q}) - \underline{\theta} \underline{q} \right) + (1 + v)(S(\bar{q}) - \bar{\theta} \bar{q})$$

Sob informação assimétrica, o menu de contratos ótimo garante nenhuma distorção em relação ao primeiro melhor para o tipo eficiente, isto é,

$$S'(\underline{q}^{SB}) = \underline{\theta} \text{ ou } \underline{q}^{SB} = \underline{q}^*; \quad (22)$$

uma distorção da produção do tipo ineficiente com  $\underline{q}^{SB} < \underline{q}^*$  e

$$S'(\bar{q}^*) = \bar{\theta} + \frac{v}{1-v} \Delta\theta; \quad (23)$$

e uma renda de informação positiva para o tipo eficiente dada por

$$\underline{U}^{SB} = \Delta\theta \bar{q}^{SB} \quad (24)$$

As transferências sob informação assimétrica são dadas respectivamente por

$$\underline{t}^{SB} = \underline{\theta} \underline{q}^* + \Delta\theta \bar{q}^{SB} \text{ e } \bar{t} = \bar{\theta} \bar{q}^{SB}. \quad (25)$$

### 3.2. Uma modelagem Principal-Agente e Incentivos em Grupos com Coalizões

Para entender como os grupos de interesse formam coalizões para influenciar o processo de decisão coletiva, Laffont (2000) apresenta um modelo no qual é possível correlacionar as informações privadas de dois grupos de interesse, considerando, posteriormente, a formação de coalizões.

Inicialmente, considera-se o caso em que existe um principal e dois políticos, que ofertam os insumos necessários para a realização do processo produtivo. O principal quer produzir uma quantidade  $q$  do bem final, cujo insumo (bem 1) é produzido pelo agente 1. As  $q_1$  unidades do bem 1 são, então, utilizadas pelo agente 2 para produzir uma quantidade  $q_2$  de um bem final (bem 2)<sup>35</sup>.

Cada agente tem informação privada sobre seu custo marginal  $\theta$ , que pode assumir dois valores  $\{\underline{\theta}, \bar{\theta}\}$ , com as respectivas probabilidades:

$$p_{11} = Pr(\theta_1 = \underline{\theta} \text{ e } \theta_2 = \underline{\theta}) \quad (26)$$

$$p_{12} = Pr(\theta_1 = \underline{\theta} \text{ e } \theta_2 = \bar{\theta}) \quad (27)$$

$$p_{21} = Pr(\theta_1 = \bar{\theta} \text{ e } \theta_2 = \underline{\theta}) \quad (28)$$

$$p_{22} = Pr(\theta_1 = \bar{\theta} \text{ e } \theta_2 = \bar{\theta}), \quad (29)$$

onde  $p$  é a medida de correlação não negativa definida por  $p = p_{11}p_{22} - p_{12}p_{21}$ <sup>36</sup>. A utilidade do agente  $i$  é denotada por  $U_i = t_i - \theta_i q$  com  $i = 1, 2$ , onde com  $t_i$  é a transferência monetária recebida do principal.

Diante disso, bem estar social é dado por

$$W = S(q) - (1 + \lambda)(t_1 + t_2) + U_1 + U_2 = S(q) - (\theta_1 + \theta_2)q - \lambda t_1 - \lambda t_2$$

em que  $(1 + \lambda) > 1$  denota o impacto da tributação indireta, e cuja solução ótima, sob informação completa, é dada por<sup>37</sup>

<sup>35</sup> A produção de tecnologias são Leontieff e um para um, a denotamos  $q = q_1 = q_2$ .

<sup>36</sup> A análise se restringe ao caso em que  $p_{12} = p_{21} \neq 0$ .

$$S'(q_{11}^*) = 2(1 + \lambda)\underline{\theta} \quad (30)$$

$$S'(q_{12}^*) = S'(q_{21}^*) = (1 + \lambda)(\underline{\theta} + \bar{\theta}) \quad (31)$$

$$S'(q_{22}^*) = 2(1 + \lambda)\bar{\theta} \quad (32)$$

com  $t_{11}^* = \underline{\theta}q_{11}^*$ ,  $t_{12}^* = \underline{\theta}q_{12}^*$ ,  $t_{21}^* = \bar{\theta}q_{21}^*$ ,  $t_{22}^* = \bar{\theta}q_{22}^*$ .

Com informação assimétrica sobre as características da produção, o principal pode explorar a correlação de tipos para formalizar um mecanismo que extrai toda renda de informação do agente e alcança o ótimo sob informação completa.

As restrições de incentivo, neste caso, consideram que o agente prefere dizer a verdade em vez de mentir quando ele antecipa que outros agentes estão dizendo a verdade. Desta forma, tais restrições para os agentes  $\underline{\theta}$  e  $\bar{\theta}$  são, respectivamente,

$$\begin{aligned} \frac{p_{11}}{p_{11} + p_{12}}(t_{11} - \underline{\theta}q_{11}) + \frac{p_{12}}{p_{11} + p_{12}}(t_{12} - \underline{\theta}q_{12}) \\ \geq \frac{p_{11}}{p_{11} + p_{12}}(t_{21} - \underline{\theta}q_{21}) + \frac{p_{12}}{p_{11} + p_{12}}(t_{22} - \underline{\theta}q_{22}) \end{aligned} \quad (33)$$

e

$$\begin{aligned} \frac{p_{21}}{p_{11} + p_{12}}(t_{21} - \bar{\theta}q_{21}) + \frac{p_{22}}{p_{11} + p_{12}}(t_{22} - \bar{\theta}q_{22}) \\ \geq \frac{p_{21}}{p_{11} + p_{12}}(t_{11} - \bar{\theta}q_{11}) + \frac{p_{12}}{p_{11} + p_{12}}(t_{12} - \bar{\theta}q_{12}) \end{aligned} \quad (34)$$

que, multiplicando por  $(p_{11} + p_{12})$ , podem ser reescritas como:

$$p_{11}(t_{11} - \underline{\theta}q_{11}) + p_{12}(t_{12} - \underline{\theta}q_{12}) \geq p_{11}(t_{21} - \underline{\theta}q_{21}) + p_{12}(t_{22} - \underline{\theta}q_{22}) \quad (35)$$

$$p_{21}(t_{21} - \bar{\theta}q_{21}) + p_{22}(t_{22} - \bar{\theta}q_{22}) \geq p_{21}(t_{11} - \bar{\theta}q_{11}) + p_{22}(t_{12} - \bar{\theta}q_{12}) \quad (36)$$

As restrições de racionalidade são

$$p_{11}(t_{11} - \underline{\theta}q_{11}) + p_{12}(t_{12} - \underline{\theta}q_{12}) \geq 0 \quad (37)$$

para o tipo  $\underline{\theta}$  e, para  $\bar{\theta}$

$$p_{21}(t_{21} - \bar{\theta}q_{21}) + p_{22}(t_{22} - \bar{\theta}q_{22}) \geq 0. \quad (38)$$

---

<sup>37</sup> Conforme a notação utilizada, o índice 1 refere-se a um tipo eficiente e o índice 2 a um tipo ineficiente. Então  $q_{ij}$  é o nível de produção com um agente tipo  $i$  e um agente tipo  $j$ ;  $t_{ij}$  é a transferência recebida por um agente tipo  $i$  quando o outro agente é do tipo  $j$ .

O problema do principal, neste caso, é maximizar o bem estar social esperado sujeito às restrições de participação e de racionalidade de ambos os tipos. Ou seja,

$$(P): \quad \max_{q_{11}, q_{12}, q_{21}, q_{22}} p_{11}[S(q_{11}) - 2\underline{\theta}q_{11} - 2\lambda t_{11}] + 2p_{12}[S(q_{12}) - \theta + \theta q_{12} - \lambda t_{12} + t_{21} + p_{22}S(q_{22}) - 2\theta q_{22} - 2\lambda t_{22}]$$

s. a. (35), (36), (37) e (38)

Neste caso, o mecanismo ótimo com informação incompleta pode ser caracterizado como:

$$S'(q_{11}^I) = 2(1 + \lambda)\underline{\theta} \quad (39)$$

$$S'(q_{12}^I) = (1 + \lambda)(\underline{\theta} + \bar{\theta}) + \lambda \frac{v}{1-v} \Delta\theta \quad (40)$$

$$S'(q_{22}^I) = 2(1 + \lambda)\bar{\theta} + \frac{2\lambda v}{1-v} \Delta\theta \quad (41)$$

considerando  $p_{11} = v^2, p_{21} = p_{12} = v(1 - v), p_{22} = (1 - v)^2$ , no formato das probabilidades obtidas quando os agentes são independentes. O que significa que os agentes  $\underline{\theta}$  obtêm uma renda de informação, que é diminuída pela redução da produção do tipo  $\bar{\theta}$ , tal que,  $q_{12}^I < q_{12}^*$  e  $q_{22}^I < q_{22}^*$ .

Até então, apenas a existência de correlação das informações dos agentes foi modelada. Além dessa correlação, a coalizão também é considerada pelo principal, que oferecer um mecanismo  $G, (q(\cdot), t_1(\cdot), t_2(\cdot))$ . Esse mecanismo mapeia as mensagens em relação às quantidades e transferências  $q(m), t_1(m), t_2(m)$ . Se um dos agentes rejeita  $G$ , todos obtêm um *payoff* igual a zero. Porém, se ambos aceitam, os agentes podem compartilhar ou não sua informação privada. Entretanto, consideraremos aqui somente o caso em que eles não compartilham. Neste caso, surge um terceiro participante que oferece um contrato de coalizão  $S$  que garante uma manipulação da informação  $\phi(\theta_1, \theta_2)$  e do tipo de transferência  $y_1(\theta_1, \theta_2), y_2(\theta_1, \theta_2)$  que maximiza a soma das utilidades esperadas dos agentes<sup>38</sup>.

As restrições de incentivo dos agentes  $\underline{\theta}$  são escritas como

<sup>38</sup> Para simplificar, foram utilizadas as seguintes notações:  $\phi_{11} = \phi(\underline{\theta}, \underline{\theta})$ ;  $\phi_{12} = \phi(\underline{\theta}, \bar{\theta})$ ;  $\phi_{21} = \phi(\bar{\theta}, \underline{\theta})$ ;  $\phi_{22} = \phi(\bar{\theta}, \bar{\theta})$

$$p_{11}[t_1(\phi_{11}) + y_1(\underline{\theta}, \underline{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{11})] + p_{12}[t_1(\phi_{12}) + y_1(\underline{\theta}, \bar{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{12})] \geq p_{11}[t_1(\phi_{21}) + y_1(\bar{\theta}, \underline{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{21})] + p_{12}[t_1(\phi_{22}) + y_1(\bar{\theta}, \bar{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{22})] \quad (42)$$

$$p_{11}[t_2(\phi_{11}) + y_2(\underline{\theta}, \underline{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{11})] + p_{12}[t_2(\phi_{21}) + y_2(\bar{\theta}, \underline{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{21})] \geq p_{11}[t_2(\phi_{12}) + y_2(\underline{\theta}, \bar{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{12})] + p_{12}[t_2(\phi_{22}) + y_2(\bar{\theta}, \bar{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{22})] \quad (43)$$

As restrições de racionalidade individual dos agentes  $\underline{\theta}$  e  $\bar{\theta}$  são dadas por

$$p_{11}[t_1(\phi_{11}) + y_1(\underline{\theta}, \underline{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{11})] + p_{12}[t_1(\phi_{12}) + y_1(\underline{\theta}, \bar{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{12})] \geq (p_{11} + p_{12})U_1^C(\underline{\theta}) \quad (44)$$

$$p_{11}[t_2(\phi_{11}) + y_2(\underline{\theta}, \underline{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{11})] + p_{12}[t_2(\phi_{21}) + y_2(\bar{\theta}, \underline{\theta}) - \underline{\theta}q(\phi_{21})] \geq (p_{11} + p_{12})U_2^G(\underline{\theta}) \quad (45)$$

$$p_{21}[t_1(\phi_{11}) + y_1(\bar{\theta}, \underline{\theta}) - \bar{\theta}q(\phi_{21})] + p_{22}[t_1(\phi_{22}) + y_1(\bar{\theta}, \bar{\theta}) - \bar{\theta}q(\phi_{22})] \geq (p_{21} + p_{22})U_1^G(\bar{\theta}) \quad (46)$$

$$p_{12}[t_2(\phi_{12}) + y_2(\underline{\theta}, \bar{\theta}) - \bar{\theta}q(\phi_{12})] + p_{22}[t_2(\phi_{22}) + y_2(\bar{\theta}, \bar{\theta}) - \bar{\theta}q(\phi_{22})] \geq (p_{21} + p_{22})U_2^C(\bar{\theta}) \quad (47)$$

Isto é, a utilidade obtida pelo agente com o contrato  $S$  deve ser maior que utilidade esperada  $U_i^C(\theta_i)$  que ele obtém sem cooperar.

Então, para qualquer mecanismo  $G: q(\cdot), t_1(\cdot), t_2(\cdot)$  oferecido pelo principal, o contrato  $S^*$  resolve o seguinte problema de maximização

$$(C): \quad \max_{\phi_{ij}} \sum_{i,j=1,2} p_{ij} [t_1(\phi_{ij}) + t_2(\phi_{ij}) - (\theta_i + \theta_j)q(\phi_{ij})]$$

As soluções desse problema dependem do nível de correlação  $p$  existente entre as informações privadas dos agentes. Para uma correlação baixa, o mecanismo ótimo oferecido pelo principal é caracterizado por

$$S'(q_{11}) = 2(1 + \lambda)\underline{\theta} \quad (48)$$

$$S'(q_{12}) = (1 + \lambda)(\underline{\theta} + \bar{\theta}) + \frac{\lambda\Delta\theta p_{11}}{2p_{12}} \left(1 + \frac{p_{12}}{p+p_{12}}\right) \quad (49)$$

$$S'(q_{22}) = 2(1 + \lambda)\bar{\theta} + \frac{\lambda\Delta\theta}{p_{22}} \left(p_{11} + 2p_{12} - \frac{p_{12}p_{11}}{p_{12}+p}\right) \quad (50)$$

E para correlação alta, tem-se o seguinte mecanismo ótimo

$$S'(q_{11}) = 2(1 + \lambda)\underline{\theta} \quad (54)$$

$$S'(q_{12}) = (1 + \lambda)(\underline{\theta} + \bar{\theta}) + \lambda \frac{p_{11}}{p_{12}} \Delta\theta \quad (55)$$

$$S'(q_{22}) = 2(1 + \lambda)\bar{\theta} + \frac{2\lambda\Delta\theta p_{12}}{p_{22}} \Delta\theta \quad (56)$$

### 3.3. Modelo Empírico

A outra parte da metodologia consiste da aferição das relações entre os atores considerados, os grupos de interesse e os candidatos. Para tal, a literatura tem apresentado um importante instrumento de análise, do qual se podem considerar os seguintes procedimentos:

- modelagem estocástica de blocos de dados relacionados, na qual decisões de partidos podem ser avaliadas e inferidas. O procedimento de estimação dos parâmetros é obtido pela amostragem de Gibbs, cuja idéia consiste em encontrar quantas classes diferentes de atores (deputados, senadores e setores) podem ser distinguidos e quais atores (deputados, senadores e setores) não o podem;

- análise de dados binários das redes de dados é análogo ao proposto na literatura econométrica para os modelos *logit*, *probit* e *tobit*. O procedimento consiste em estimar um modelo de efeitos aleatórios com nós diádicos como variáveis dependentes estruturados no procedimento de Mínimos Quadrados Generalizados Iterativos para modelos de multinível não-linear.

A literatura empírica sobre o tema, em geral, apresenta resultados baseados em modelo *ad hoc* realizados para a explicação de fenômenos isolados como a votação e os seus paradoxos, especificamente encontrados na literatura para as votações de agentes públicos. O procedimento de análise de redes sociais (*social network analysis*), por outro lado, permite estudar as relações entre os agentes visando entender como se comportam e como essas conexões influenciam esse comportamento.

Nesse sentido, a essência da análise de rede social encontra-se nas relações mantidas entre os elementos da rede, e no padrão e implicação das mesmas. Sendo assim, um conjunto de métodos específicos, baseados nos conceitos de teoria dos grafos, probabilidade e modelos

algébricos, foi desenvolvido de maneira a possibilitar a implementação desta idéia (WASSERMAN e FAUST, 1994).

Uma rede social, então, consiste de elementos ou atores que estabelecem uma relação qualquer entre si que, segundo Bollobás (1998), pode ser representada por um grafo, no qual os atores são denotados por pontos (vértices ou nodos) e os laços sociais são por linhas (arcos ou *edges*), podendo ser orientadas ou não. Um grafo orientado representa uma rede cujas relações possuem uma direção específica que indica o sentido do relacionamento entre os atores. Por outro lado, redes em que existe simetria na relação entre os atores são representadas por um grafo não orientado.

Segundo Carrington, Scott e Wasserman (2005), um dos principais objetivos da análise de redes sociais é identificar estruturas fundamentais da rede, de modo que nos permita conhecer sua estrutura e facilitar a compreensão dos fenômenos da rede. Uma das ferramentas utilizadas para fazer isso é o modelo de blocos, o qual representa uma coleção de métodos de divisão das redes de acordo com critérios bem definidos.

Os modelos de blocos, de acordo com Snijders e Nowicki (2004), representam estruturas de relacionamento entre grupos de atores, os quais são agentes cujas interações são representadas por conexões em uma rede. O presente trabalho apresenta três conjuntos de blocos de atores, a saber:

- (i) bloco dos Deputados Federais eleitos nos anos de 2002 e 2006;
- (ii) bloco dos Senadores eleitos nos pleitos de 2002 e 2006;
- (iii) setores de atividade econômica que fizeram contribuições de campanha para os candidatos eleitos com as suas relações interindustriais baseadas nos dados do IBGE para as matrizes de relações interindustriais dos anos de 2001 e 2005, respectivamente.

Cada ator, em seu respectivo grupo pode ser chamado de vértice. Nos casos aqui tratados, para os anos de 2002 e 2006 foram considerados 629 e 604 atores, respectivamente. A equivalência estrutural dos atores é aqui tratada como aqueles que pertencem ao mesmo bloco, no caso em estudo, o bloco dos deputados, o bloco dos senadores e, ainda, o bloco dos setores de atividade econômica.

Dentro de cada bloco, ainda, tem-se os atributos. Para o bloco dos deputados os atributos referem-se ao partido a que estão filiados e a região que representam. Da mesma sorte, os senadores possuem os mesmos atributos dos deputados. Para o caso dos setores de atividade econômica, os dados da matriz de insumo-produto, coeficientes da matriz de Leontief, representam a estrutura inicial para que atributos sejam identificados.

No caso dos setores, então, a equivalência de subgrupos, internos ao grupo deverão ser identificados a partir de relações diretas e indiretas observadas nas matrizes de insumo-produto. A dificuldade de se identificar os grupos de interesse é baseada na ausência de uma clara relação *a priori* que não seja as relações interindustriais. Tal procedimento, segundo Nowicki e Snijders (2001) é denominado *a posteriori blockmodeling*.

A equivalência entre os setores será obtida a partir de simulação estocástica e o procedimento inferirá sobre a probabilidade de cada setor pertencer a um mesmo bloco.

Para exemplificar o procedimento, Nowicki e Snijders (2001) consideram três tipos de atores, A, B, e C, respectivamente. Os atores dos tipos A e B são relacionados bilateralmente com probabilidade 0.5, mas não em um grupo próprio com probabilidade 0.1. Já os atores do tipo C são interrelacionados com probabilidade 0.5 e em conexões unilaterais com os atores dos tipos A e B, com probabilidade 0.2. Identificar cada tipo como um grupo, em função da aleatoriedade observada, pode ser obtida a partir das informações observadas, no caso os atributos e as contribuições, que serão utilizadas como dados em um procedimento de simulação.

O modelo de blocos, então, possibilitará a identificação de relações entre os vários grupos, bem como a sua identificação enquanto bloco. Atributos não-observáveis serão identificados com cores diferenciadas.

As simulações são obtidas pelo processo de amostragem de Gibbs, que é uma abordagem de simulação de Monte Carlo de Cadeias de Markov.

Embora a reciprocidade seja um fenômeno comum em redes sociais, o uso do método diádico é considerado apenas em função da interatividade entre os agentes. No caso estudado a mesma seria verificada ao longo do processo legislativo, o que constituiria outro trabalho de pesquisa.

Os resultados básicos da simulação indicarão se dois ou mais agentes pertencem ao mesmo grupo e, ainda, a probabilidade do mesmo, possibilitando, assim, a identificação dos principais grupos de interesse no processo de financiamento das campanhas eleitorais dos anos de 2002 e 2006.

O procedimento de modelagem é um método de estatística Bayesiana em que toda a incerteza se circunscreve às inferências em termos de probabilidades sobre os parâmetros do modelo de blocos nos quais, tais parâmetros são designados como cores nas estruturas de blocos.

A idéia é simples com uma estrutura encontrada indaga-se qual seria a probabilidade daquela classe latente existir dada uma rede especificada. O procedimento para a determinação do número e da composição das classes latentes baseia-se na amostragem ou sequência de Gibbs. Esta, conforme Gelfand (2000), é uma ferramenta de simulação usada para obter amostras de uma função densidade conjunta não-normalizada. Com as amostras marginalizadas, as distribuições marginais e as respectivas probabilidades *a priori* e *a posteriori*, associadas à densidade conjunta, poderão ser obtidas.

Seja  $f$  uma função não-normalizada da densidade conjunta para o vetor  $\Theta$ .

$$\int f(\Theta) d\Theta \quad (57)$$

Com relação à medida de Lebesgue,  $\Theta = (\Theta_1, \dots, \Theta_p)$ , a marginalização de  $f(\Theta)$  para cada uma das  $i$ -ésimas variáveis,  $i = 1, \dots, p$ , dada por:

$$h(\Theta_i) = \frac{\int f(\Theta) d\Theta_i}{\int f(\Theta) d\Theta} \quad (58)$$

A coloração ou classe latente é uma *prior* desconhecida e o procedimento permite o seu conhecimento. Através de uma distribuição posterior, estimada pela sequência de Gibbs, dado um ponto de partida, uma sequência convergente é construída.

O procedimento é derivado dos Métodos Iterativos de Monte Carlo. Como um vetor de ordem  $p$ , sendo  $p$  um número inteiro elevado, o problema da dimensionalidade das amostras ocorre. Para contornar o problema, o Método de Monte Carlo é aplicado e a dimensionalidade é contornada ao se trabalhar com os subconjuntos de  $\Theta$  convertendo um problema de elevada dimensionalidade para um problema de baixa.

A idéia básica é criar um processo de Markov cuja distribuição estacionária é  $h(\Theta)$ . Logo, a expressão para o procedimento é o seguinte:

$$P(\Theta \rightarrow A), P(\Theta^{t+1}) \in A, \Theta^t = \Theta, \quad (59)$$

$h^{(0)}(\Theta)$  é a densidade que fornece os valores iniciais para a cadeia de Markov.

A densidade de transição da cadeia de Markov é  $p(\eta|\Theta)$  e, com relação à medida de Lebesgue, obtém-se:

$$\int \pi(\Theta) p(\eta|\Theta) d\Theta = \pi(\eta) \quad (60)$$

em que

$\pi$  = densidade invariante para  $p$ .

A distribuição limite para  $p$ , baseada na hipótese de que a cadeia de Markov convirja, é dada por:

$$\lim_{t \rightarrow \infty} P(\Theta^{(t)} \in A | \Theta^{(0)} = \Theta) = \Gamma(A), \Theta^t \sim \pi \text{ e } \Theta^{t+1} \sim \pi \quad (61)$$

Ao particionar  $\Theta$  em  $r$  blocos,  $\Theta = (\Theta_1, \dots, \Theta_r)$ . Dado o estado corrente de  $\Theta$  ser igual a  $\Theta^t = (\Theta_1^t, \dots, \Theta_r^t)$ , a transição ocorrerá a partir das seguintes iterações:

$$\begin{aligned} \Theta_1^{t+1} & \text{ de } h(\Theta_1 | \Theta_2^t, \dots, \Theta_r^t) \\ \Theta_2^{t+1} & \text{ de } h(\Theta_2 | \Theta_1^{t+1}, \Theta_3^t, \dots, \Theta_r^t) \\ & \vdots \\ \Theta_r^{t+1} & \text{ de } h(\Theta_r | \Theta_1^{t+1}, \dots, \Theta_{r-1}^{t+1}) \end{aligned} \quad (62)$$

As distribuições  $h(\Theta_i | \Theta_1, \dots, \Theta_{i-1}, \Theta_{i+1}, \dots, \Theta_r)$  são as distribuições condicionais e o processo de atualização que conduz à completa iteração é chamado de amostragem de Gibbs. Assim, os parâmetros da distribuição posterior são estimados como médias das iterações pós-convergência; no caso aplicado, 10000 iterações foram consideradas.

O número de classes latentes é determinado após várias amostragens de Gibbs com 10000 iterações cada. Para cada uma dessas classes, várias amostragens de Gibbs podem ser construídas, sendo que as sequências obtidas para determinada classe são replicações uma da outra; se elas fornecem resultados aproximadamente iguais, isto dá segurança aos resultados (SNIJDERS e NOWICK, 2007).

No procedimento utilizado no presente trabalho, como em cada uma das duas redes, 2002 e 2006, são estruturados três grupos (deputados, senadores e setores) seguindo a ordem alfabética dos candidatos. O grupo de deputados foi subdividido em quatro blocos de 128 componentes no ano de 2002, e três blocos de 128 componentes e um bloco com 129 componentes no ano de 2006, devido à limitação dos softwares de rede quanto à dimensão do número de colunas. Objetivou-se maximizar o número de classes factíveis visando a determinação do número máximo de agentes (deputados e senadores) e o número máximo de principais (setores).

A escolha do número de classes latentes é baseada em alguns indicadores, bem como a determinação das probabilidades de conexões entre tais classes. Duas estatísticas são referenciadas na literatura, (Nowicki e Snijders, 2001), a saber:

- (i) estatística de informação; e
- (ii) estatística de concentração.

A estatística de informação é definida por:

$$I_x = -\frac{2}{\#(\mathcal{N})} \sum_{(i,j) \in \mathcal{N}, i < j} \log \left( \eta_{y_{ij}}(X_i, X_j) \right) \quad (63)$$

em que:  $\mathcal{N}$  é o conjunto de pares para as quais a relação é observada;  $\eta_{y_{ij}}(X_i, X_j)$  é a probabilidade de que a relação entre os atores  $i$  e  $j$  seja de determinado tipo, dadas as classes. Esta estatística é zero se a relação entre qualquer par de vértices é totalmente determinada pelas duas classes a que pertencem. Assim, quanto menor a estatística de informação, mais as cores informam sobre as relações entre os vértices.

Já a estatística de concentração é definida por:

$$H_x = \frac{4}{n(n-1)} \sum_{i,j=1}^n \pi_{ij} (1 - \pi_{ij}) \quad (64)$$

em que:  $n$  é o número de vértices considerados, e  $\pi_{ij}$  é a matriz de probabilidades de dois vértices ter a mesma cor. A estatística  $H_x$  mensura a extensão a qual a distribuição  $X$  representa uma partição de um conjunto de vértices em classes. A fórmula mostra que quando a probabilidade  $\pi_{ij}$  é próximo de 0,9, o que sugere que o par de vértices tem a mesma cor, a estatística  $H_x$  é próxima de zero. Por outro lado, se cada par de vértices tem uma probabilidade de 0,5 para ter a mesma cor,  $H_x$  tende a 1, o que significa que não há realmente nenhuma estrutura de blocos podendo cada um dos vértices pertencer a classes diferentes. Assim, quanto mais a estatística  $H_x$  estiver próximo de zero, maior a tendência de que os vértices pertençam à mesma classe.

Nas estatísticas verificadas são indicados os vértices excluídos e os números de relações diádicas, determinados conforme a estrutura a seguir: para uma relação simétrica tem-se: (0,0) e (1,1). Para uma relação assimétrica (0,1) e (1,0).

Com base nas probabilidades estimadas das relações entre os blocos definem-se as possibilidades de iterações entre os blocos.

### 3.4. Fonte e Tratamento de Dados

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos através das prestações de contas realizadas pelos partidos para as eleições de 2002 e 2006, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. No entanto, deve-se observar que a amostra estudada é composta somente das doações declaradas pelos candidatos a Senador e Deputado Federal eleitos.

Destes, considerou-se apenas os candidatos eleitos seguindo em conformidade com o modelo agente principal proposto por Laffont, descrito anteriormente. De acordo com esse modelo, os agentes eficientes, no caso em estudo os candidatos eleitos, recebem incentivos para revelar seu verdadeiro tipo; e os agentes ineficientes, por já terem seu tipo conhecido, não necessitam de qualquer tipo de incentivos.

Assim, com o objetivo de identificar os grupos de interesse, os doadores foram classificados de acordo com a sua atividade econômica e, posteriormente, agregados respeitando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas<sup>39</sup> – CNAE, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ressaltando os setores econômicos relacionados no Anexo 1. Foram criados, ainda, outros dois agrupamentos, denominados Doadores Pessoais e Partidos Políticos/Comitê. No primeiro estão inseridas as doações recebidas de pessoas físicas e recursos próprios, e no outro grupo estão contidas as doações feitas pelos próprios partidos e aquelas recebidas de outros candidatos políticos e seus respectivos Comitês Financeiros.

As doações obtidas de aplicações financeiras, comercialização de bens e de origens não identificadas foram desconsideradas no estudo por não estarem associadas a nenhum grupo específico capaz de influenciar as decisões políticas.

Posteriormente, foi realizado o seguinte procedimento com base na *social network analysis*: inicialmente construiu-se uma matriz adjacência no software *Matlab* que identifica a relação entre os atores que receberam contribuições do mesmo setor. Assim, foi inserido 1 para aqueles casos em que os candidatos receberam contribuição de determinado setor, e 0 para os casos em que as contribuições não foram efetuadas. Tal estruturação permite identificar uma possível relação entre os receptores de contribuições de determinado setor, no sentido de defenderem os interesses do mesmo.

Para os senadores e deputados, foram construídas ainda duas outras matrizes (vetor coluna), denominadas matrizes de atributos. Uma considera os partidos a que os candidatos

---

<sup>39</sup> Para os doadores descritos como pessoa jurídica, foi utilizado o código da CNAE registrado na Receita Federal no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ como subsídio para a classificação.

pertencem, construída a partir de uma ordenação aleatória dos partidos associado a número. Assim, se um candidato pertence a um determinado partido, insere-se na célula da matriz o número correspondente ao seu partido. A outra matriz (vetor coluna) se refere às regiões em que os candidatos concorreram às eleições: nordeste, sudeste, centro-oeste, sul, norte, às quais foi associado um número. Cada um desses números foi inserido na matriz quando o candidato pertencesse à região correspondente.

No caso dos setores, a matriz de atributos foi construída a partir da matriz-insumo produto, que permitiu extrair as conexões existentes entre os setores. Considerou-se um intervalo de amplitude 0,1 para os coeficientes de cada setor associado a um número, e cujas linhas do vetor coluna foram preenchidas pelo algarismo correspondente ao valor do coeficiente do setor identificado.

Considerando isso, estimou-se o modelo em blocos com o auxílio do software *Stocknet*, o que permitiu identificar o número de agentes e principais a serem considerados no modelo analítico exposto anteriormente.

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O presente capítulo apresenta os principais resultados obtidos a partir da metodologia especificada no capítulo anterior. Inicialmente apresenta-se uma análise descritiva dos dados das contribuições de campanha nos pleitos de 2002 e 2006, o que permite inferências sobre características estatísticas simples daqueles pleitos. Na segunda parte são apresentados os resultados obtidos com o modelo em blocos, no qual são consideradas as frequências diáticas dos setores de atividade econômica, dos deputados e senadores eleitos e as estatísticas de informação e de concentração obtidas pelo procedimento de simulação estocástica de cadeias de Markov para cada uma das classes identificadas. Além disso, as probabilidades de conexões entre as classes ou blocos gerados e as médias sobre os vértices em outras classes. Com base em tais informações é possível inferir sobre a estrutura de redes geradas nos pleitos de 2002 e 2006.

### **4.1. Análise Descritiva**

Como mencionado anteriormente, o custo das eleições tem se tornado cada vez mais elevado, o que pode ser percebido quando o total das contribuições recebidas durante o processo eleitoral é analisado. Nas eleições de 2002, o montante de recursos declarados foi de mais de R\$ 670 milhões, e em 2006 esse total ultrapassou R\$ 1,5 bilhões, um crescimento de 131,7%. A distribuição desse total entre os cargos pleiteados pode ser vistos na Tabela 3. Nesta, observa-se claramente que em ambos os anos as eleições para presidente foram, em média, mais custosas que as demais. Além disso, verifica-se que os candidatos a deputado estadual obtiveram a maior parte dos recursos doados nas eleições de 2002 e 2006.

**Tabela 3. Contribuições de Campanha por Cargo**

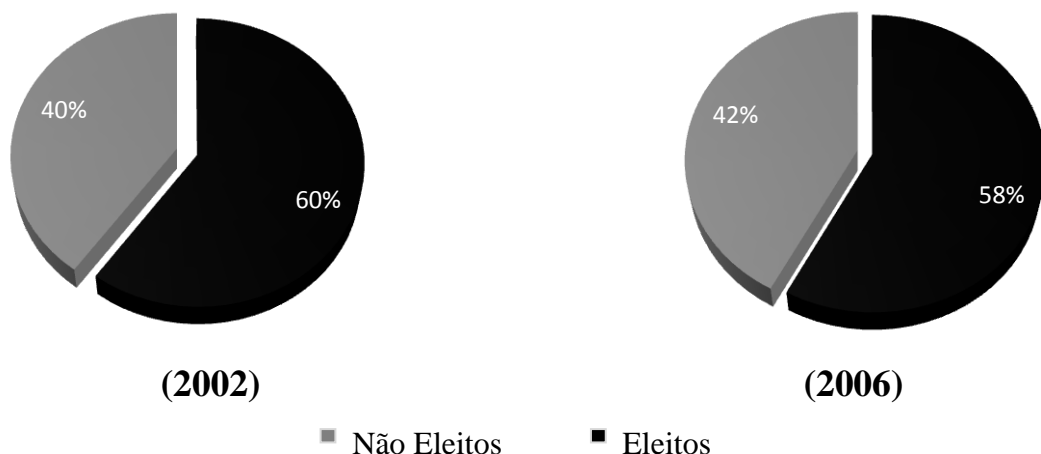
Cargos	2002			2006		
	em R\$	(%)	Média*	em R\$	(%)	Média*
<b>Presidente</b>	21.080.688,52	3,11	10.540.344,26	83.401.982,76	5,84	16.680.396,55
<b>Governador</b>	179.289.430,55	26,43	1.219.655,99	375.244.658,92	26,26	2.302.114,47
<b>Senador</b>	71.278.793,89	10,51	296.994,97	91.324.668,37	6,39	567.233,97
<b>Deputado Federal</b>	190.809.910,69	28,13	72.249,11	424.323.533,65	29,69	117.998,76
<b>Deputado Estadual</b>	215.914.103,26	31,83	32.039,49	454.681.543,43	31,82	53.751,22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

\* Média por candidato em R\$

As contribuições recebidas pelos candidatos a senador e deputado federal são relativamente significativas no total arrecadado, representando em 2002 10,51% e 28,13% desse total, respectivamente. Em 2006, esse valor diminuiu para 10,53% para candidatos a senador e aumenta para 29,69% para deputado federal.

Quando se considera somente os candidatos eleitos, verifica-se que a maior parte das doações foi recebida por eles, tanto em 2002 como em 2006 (Figura 7), o que aumenta a probabilidade de existir possíveis relações de trocas entre financiadores e candidatos financiados eleitos. Em média, foram doados R\$ 241.126,07 para esses candidatos nas eleições de 2002 e R\$ 544.294,42 em 2006. Também, nota-se que mais de 1/3 dos recursos doados foram destinados a candidatos não-eleitos.



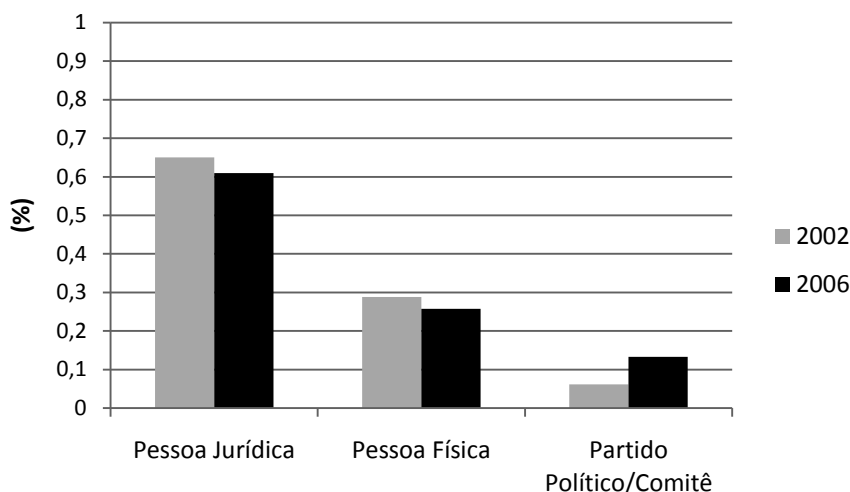
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

**Figura 7 – Distribuições das Receitas por Situação do Candidato nas Eleições de 2002 e 2006**

A análise seguinte considera apenas as receitas dos candidatos eleitos para o Senado e Câmara Federal, por se constituírem na base para a identificação dos grupos de agentes do

modelo considerado. A análise é iniciada com a descrição das fontes financiadoras, destacando-se os principais setores financiadores e, posteriormente, evidenciando-se os receptores dessas contribuições, em nível de candidato eleito.

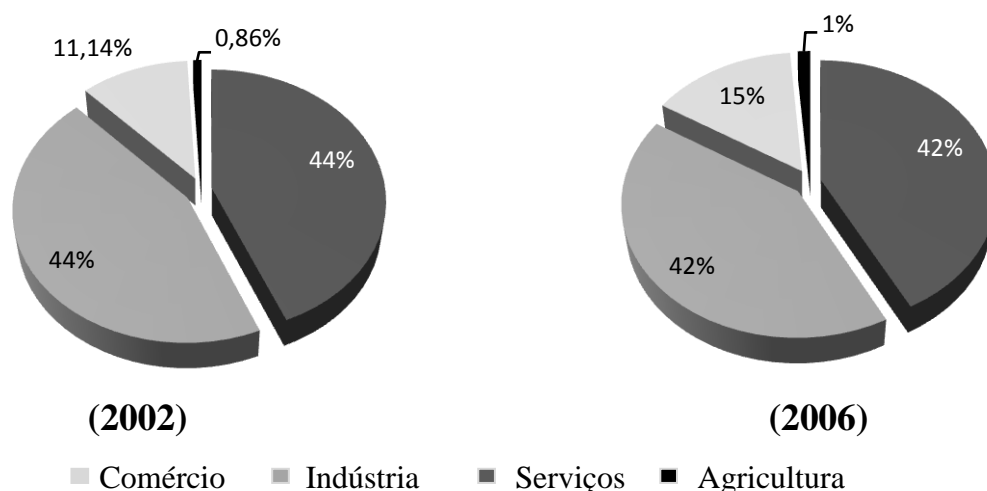
Em geral, a disputa para os cargos de senador e deputado federal são custeadas por doações de pessoas jurídicas (Figura 8), que corresponderam a 64,9% e 61% do total em 2002 e 2006, respectivamente. É interessante observar que as doações dos partidos políticos apesar de serem relativamente pequenas, tiveram sua participação sobre o total geral das doações aumentada de 6,17%, em 2002, para 13,27% em 2006. Tal crescimento deveu-se quase que exclusivamente em virtude de doações de outros candidatos e de seus comitês financeiros.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

**Figura 8 - Distribuição das Doações por Tipo de Doador nas Eleições de 2002 e 2006**

Adicionalmente, pode-se constatar pela Figura 9 que nos períodos analisados, a maior parte das doações recebidas pelos candidatos é financiada pelo setor de serviços e comércio, cujos subsetores prevaletentes são comércio atacadista, construção e instituições financeiras. Vale ressaltar que estes dois últimos são relativamente suscetíveis à intervenção e regulação do governo, o que pode justificar sua predominância. Em 2002, somente esses três subsetores possuíam participações superiores a 10% do total financiado pelo setor (construção – 27,16%, intermediação financeira – 20,26% e comércio por atacado e intermediários do comércio – 10,19%). Em 2006, esse número subiu para quatro, destacando-se, novamente os subsetores construção (25,90%), intermediários financeiros (13,35%) e comércio atacadista (11,11%), acrescidos de comércio varejista (14,81%).



Fonte: Elaboração própria a Partir de Dados do TSE

**Figura 9 - Distribuição das Doações por Setor de Atividade nas Eleições de 2002 e 2006**

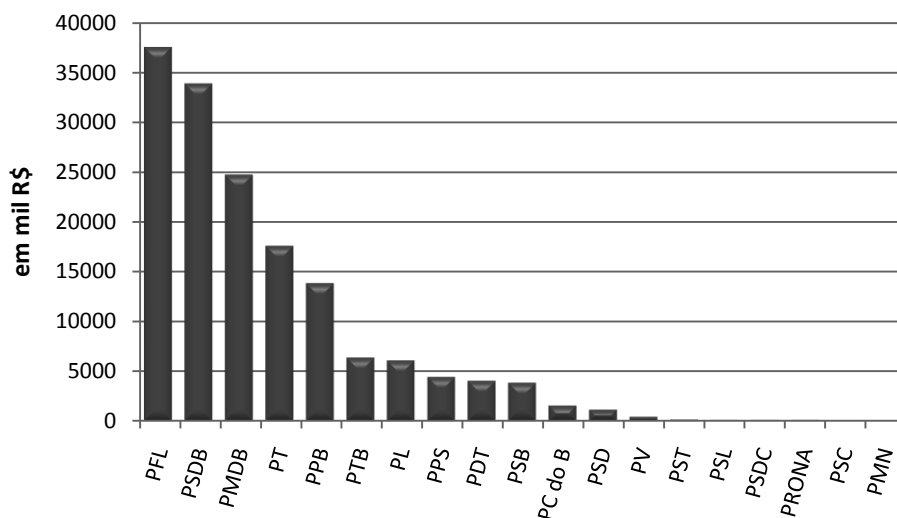
No setor industrial, em 2002 destacaram-se como principais fontes de doação os setores de alimentos e bebidas (representando 25,96% do total financiado pela indústria), metalurgia (17,15%), produtos químicos (11,23%) e papel e celulose (11,13%). Em 2006, os setores de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (29,75%) e metalurgia (24,52%) permaneceram como mais expressivos no financiamento de campanhas eleitorais. Anteriormente, eram quatro setores com valores superiores a 10% de participação, e em 2006 esse número cai para dois.

Embora a participação dos fluxos do segmento da agropecuária e extração mineral em relação ao total tenha permanecido quase que constante nos dois períodos eleitorais (variando de 0,86% para 1,27%), o que pode ser explicado pela falta de organização política ou baixo grau de organização desse setor, algumas mudanças intra-setoriais são verificadas, dentre elas, uma maior participação do segmento produtor de animais (bovinos, suínos e aves).

Quando analisada a recepção dos recursos, a maior parte das contribuições está concentrada em alguns poucos partidos. Em 2002, os partidos que mais receberam financiamento de campanha foram PFL, seguido pelo PSDB, PMDB e PT, como mostra a Figura 10. Juntos receberam mais de 72% do total das doações. E em 2006, a composição dos principais receptores não muda muito. Permanecem os mesmos partidos nas quatro primeiras posições, porém, PSDB, PMDB e PFL alteram suas posições, com o PSDB sendo o partido mais financiado (Figura 11). Vale destacar que estes partidos estão entre os maiores, no que se refere ao número de filiados, com mais de um milhão de correligionários<sup>40</sup>. Além disso,

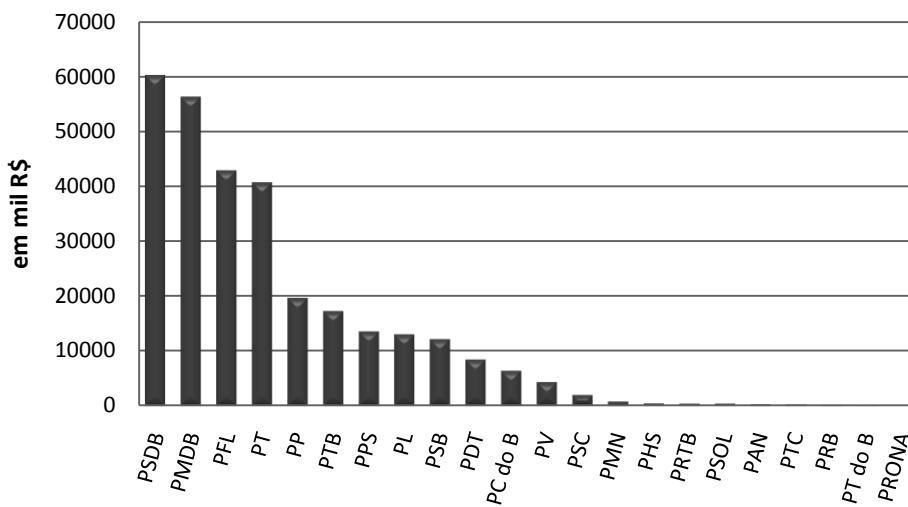
<sup>40</sup> De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, para o ano de 2008.

observa-se que, dentre eles, o PT é o único partido de esquerda que obteve financiamento considerável.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

**Figura 10 - Distribuição das Receitas por Partido nas Eleições de 2002**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

**Figura 11 - Distribuição das Receitas por Partido nas Eleições de 2006**

É importante destacar que quanto menos concentrada a origem e menor a variância das contribuições, menos vulnerável o candidato/partido se expõe à pressão de seus doadores. Nessa perspectiva, a seção seguinte identifica os padrões de relações mantidas entre os setores de atividade econômica que fizeram doações e senadores e deputados a partir do modelo de blocos.

## 4.2. Modelo Empírico: *Social Network* e Modelo de Blocos

A fim de se identificar o número de agentes e de principais no modelo, bem como a definição das relações mantidas entre eles, foi utilizado o modelo de blocos. A estrutura relacional com  $R = 4$  nos dá as possíveis relações de um vértice com outro, a saber: (0,0) ausência de relações; (1,1) relações recíprocas; (0,1) e (1,0) relações não recíprocas.

Os principais resultados referem-se às classes ou blocos obtidos em cada grupo, baseados nos atributos considerados. Tem-se ainda, as conexões entre as classes ou blocos gerados, que darão informações relevantes para inferências sobre a estrutura relacional do modelo agente-principal.

### 4.2.1. Modelo Empírico para o ano de 2002

O número total de relações diáticas obtidas, evidenciado na Tabela 4, foi de  $\binom{64}{2} = 2.016 = 1628 + 346 + 42$ , cuja maioria é simétrica e sem relação aparente.

**Tabela 4. Frequência das Relações Diáticas dos Setores Financiadores nas Eleições de 2002.**

$a_t$	$a_p$	
	0	1
0	1628	42
1	42	346

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Para cada classe  $c$ , três amostras independentes de Gibbs foram executadas, para as quais foram obtidos resultados similares, que confirmam o alcance da convergência (NOWICKI e SNIJDERS, 2001).

A estrutura de blocos resultante desse procedimento apresenta vários números de classes, cujos valores de informação  $I_y$  e o parâmetro de concentração  $H_x$  são dados na Tabela 5. O parâmetro  $I_y$  diminui quando  $c$  aumenta de  $c = 2$  para  $c = 3$ , e atinge certa estabilidade a partir de  $c = 4$ , com valores em torno de 0,104. O parâmetro  $H_x$  apresenta valor igual a zero, em todas as classes e sequências, com exceção da sequência 1 de  $c = 8$ . Isto demonstra que nas diversas classes estimadas, certamente, a estrutura de blocos formada contém vértices com características relacionais bastante similares. A escolha da melhor estrutura foi realizada no sentido de obter o maior número de classes possível (que corresponde aos principais). Dentre as sequências estimadas, optou-se pela escolha da sequência de Gibbs 2 seguindo o critério de menor valor convergente dos parâmetros  $I_y$  e  $H_x$ .

**Tabela 5. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Setores Financiadores nas Eleições de 2002.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.2858	0.0000
	Gibbs 2	0.2859	0.0000
	Gibbs 3	0.2859	0.0000
3	Gibbs 1	0.2307	0.0000
	Gibbs 2	0.2307	0.0000
	Gibbs 3	0.1580	0.0000
4	Gibbs 1	0.1044	0.0000
	Gibbs 2	0.1042	0.0000
	Gibbs 3	0.1043	0.0000
5	Gibbs 1	0.1044	0.0000
	Gibbs 2	0.1043	0.0000
	Gibbs 3	0.1043	0.0000
6	Gibbs 1	0.1042	0.0000
	Gibbs 2	0.1043	0.0000
	Gibbs 3	0.1042	0.0000
7	Gibbs 1	0.1044	0.0000
	Gibbs 2	0.1042	0.0000
	Gibbs 3	0.1043	0.0000
8	Gibbs 1	0.1043	0.0000
	Gibbs 2	0.1044	0.0000
	Gibbs 3	0.0922	0.0630

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

A Tabela 6 representa as relações entre as classes especificadas<sup>41</sup> considerando a média posterior de probabilidades entre os vértices contidos nessas classes. Através dessa matriz, os tipos de relações intra e entre classes e as principais distinções entre as classes podem ser visualizados. Dentro das classes, as maiores probabilidades de relação são dos tipos simétricos (0,0) ou (1,1), o que demonstra a existência de relações estruturalmente equivalentes dentro da mesma classe. Contudo, grande parte delas apresenta um padrão de ausência de relação entre os vértices (setores) que compõem as diversas classes, com exceção para aqueles pertencentes à classe 2 e 3 que tendem a manter relações recíprocas.

Entre as classes, a tendência também é de ausência de relações, o que significa que os setores quando agrupados não mantêm relações entre si, com cada um traçando suas estratégias de atuação separadamente. As relações mantidas pela classe 1 e 3 com as demais tendem a ser predominantemente (0,0); a classe 2 apresenta elevadas probabilidades de manter relações do tipo (0,0) e tende a manter relações não recíprocas com a classe 4 e recíprocas com a classe 2, com probabilidade de 0,84 e 0,99, respectivamente.

<sup>41</sup> A relação dos setores que compõem cada uma das sete classes é mostrada no Anexo 3 – Tabela 1. Alguns foram excluídos devido aos mesmos assumirem probabilidade de pertencer a dois grupos simultaneamente. Com a exclusão destes vértices, o modelo apresenta um melhor ajuste.

**Tabela 6. Probabilidades Estimadas das Relações dos Setores Doadores nas Eleições de 2002.**

A	H	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4
(0,0)	1	0.85	0.99	0.99	0.95
	2	0.99	0.01	0.99	0.02
	3	0.99	0.99	0.01	0.91
	4	0.95	0.02	0.91	0.51
(1,1)	1	0.14	0.00	0.00	0.02
	2	0.00	0.99	0.00	0.11
	3	0.00	0.00	0.98	0.03
	4	0.02	0.11	0.03	0.25
(0,1)	1	0.01	0.00	0.00	0.02
	2	0.00	0.00	0.00	0.02
	3	0.01	0.00	0.00	0.03
	4	0.02	0.84	0.03	0.12
(1,0)	1	0.01	0.00	0.01	0.02
	2	0.00	0.00	0.00	0.84
	3	0.00	0.00	0.00	0.03
	4	0.02	0.02	0.03	0.12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

O mesmo procedimento foi realizado com os dados dos senadores e deputados, para obter o número de agentes a ser considerado no modelo. No caso dos senadores, a Tabela 7 mostra que o total de díades verificado para os 53 vértices foi de  $\binom{53}{2} = 1378 = 522 + 776 + 80$ , dentre os quais a maior parte das díades é simétrica. Destas, 776 díades possuem relação recíproca, e em 522 casos não existe correspondência na relação.

**Tabela 7. Frequência das Relações Diáticas dos Senadores nas Eleições de 2002.**

$a_t$	$a_p$	
	0	1
0	522	80
1	80	776

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Os parâmetros  $I_y$  e  $H_x$  produzidos para as várias classes são mostrados na Tabela 8, onde se verifica que  $I_y$  diminui à medida que  $c$  aumenta, e o parâmetro  $H_x$  que expressa a concentração da estrutura de classe, tem seu menor valor em  $c = 2$ . A escolha do melhor número de classes, contudo, foi feita de modo a atender a necessidade de prever o número máximo de classes possíveis, isto é, identificar o número máximo de agentes. Assim, optou-se pela escolha de  $c = 7$ , e dentre suas sequências estimadas, a sequência de Gibbs 3 foi selecionada conforme os parâmetros  $I_y$  e  $H_x$  (SNIJDERS e NOWICKI, 2007).

**Tabela 8. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Senadores nas Eleições de 2002.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.5115	0.0693
	Gibbs 2	0.5116	0.0684
	Gibbs 3	0.5116	0.0702
3	Gibbs 1	0.4379	0.0571
	Gibbs 2	0.4374	0.0766
	Gibbs 3	0.4371	0.0933
4	Gibbs 1	0.4060	0.3162
	Gibbs 2	0.4091	0.2291
	Gibbs 3	0.4063	0.3180
5	Gibbs 1	0.3829	0.2637
	Gibbs 2	0.3829	0.2570
	Gibbs 3	0.3832	0.2661
6	Gibbs 1	0.3697	0.2737
	Gibbs 2	0.3696	0.2694
	Gibbs 3	0.3696	0.2739
7	Gibbs 1	0.3695	0.2718
	Gibbs 2	0.3655	0.2957
	Gibbs 3	0.3695	0.2639
8	Gibbs 1	0.3622	0.2851
	Gibbs 2	0.3627	0.2916
	Gibbs 3	0.3642	0.2955

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

As relações dentro e entre as sete classes consideradas<sup>42</sup> podem ser verificadas através da probabilidade posterior estimada mostrada na Tabela 9. Dentro da classe 1 a probabilidade posterior é de 0,78 para as relações do tipo (1,1), o que demonstra uma tendência de relação mútua entre seus integrantes. O mesmo pode ser verificado para a classe 2, que apresenta probabilidade de 0,98 para as relações deste tipo. Nas classes 3 e 5, por outro lado, seus integrantes tendem a não manter relações entre si, dadas as probabilidades de 0,92 e 0,78, respectivamente, para as relações do tipo (0,0). As classes 4 e 6 são compostas por um único vértice cada uma, o que impede que o mesmo mantenha qualquer tipo de relação intra grupo e, assim, tenham probabilidade posterior igual a zero.

Nas relações entre grupos, verifica-se que algumas classes tendem a não manter relações com as demais. A classe 3, por exemplo, apresenta elevadas probabilidades de não se relacionar e não formar coalizões com todas as outras. Essa mesma tendência pode ser verificada para as classes 1 e 2 em suas respectivas relações com as classes 3, 4, 5 e 6. Em alguns casos, como por exemplo as classe 2 e 6, a probabilidade de relação assimétrica é relativamente significativa.

<sup>42</sup> Os senadores que constituem cada classe obtida estão descritos na Tabela 2 do Anexo 3.

**Tabela 9. Probabilidades Estimadas das Relações dos Senadores nas Eleições de 2002.**

a	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6
(0,0)	1	0.11	0.02	0.97	0.39	0.63	0.55
	2	0.02	0.01	0.96	0.30	0.44	0.44
	3	0.97	0.96	0.92	0.73	0.92	0.73
	4	0.39	0.30	0.73	0.0	0.67	0.41
	5	0.63	0.44	0.92	0.67	0.78	0.67
	6	0.55	0.44	0.73	0.41	0.67	0.00
(1,1)	1	0.78	0.94	0.01	0.19	0.28	0.05
	2	0.94	0.98	0.02	0.24	0.49	0.04
	3	0.01	0.02	0.04	0.09	0.03	0.09
	4	0.19	0.24	0.09	0.00	0.11	0.20
	5	0.28	0.49	0.03	0.11	0.15	0.11
	6	0.05	0.04	0.09	0.20	0.11	0.00
(0,1)	1	0.06	0.02	0.01	0.05	0.05	0.36
	2	0.02	0.00	0.01	0.08	0.05	0.48
	3	0.01	0.01	0.02	0.09	0.03	0.09
	4	0.37	0.39	0.09	0.0	0.11	0.20
	5	0.04	0.02	0.03	0.11	0.04	0.11
	6	0.05	0.04	0.09	0.19	0.11	0.00
(1,0)	1	0.06	0.02	0.01	0.37	0.04	0.05
	2	0.02	0.00	0.01	0.39	0.02	0.04
	3	0.01	0.01	0.02	0.09	0.03	0.09
	4	0.05	0.08	0.09	0.0	0.11	0.19
	5	0.05	0.05	0.03	0.11	0.04	0.11
	6	0.36	0.48	0.09	0.20	0.11	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Para os deputados, a frequência das relações diáticas para os quatro blocos subdivididos inicialmente são apresentados na Tabela 10. Cada bloco, composto por 128 vértices, mantém um total de 8.128 díades. No bloco A, essas relações são expressas sob a forma de  $R = 4$  tipos, sendo a maior parte delas desprovidas de correspondência. Além disso, outras 2.505 díades bidirecionais existentes sugerem a presença de relações recíprocas entre alguns deputados. E em número menor, as relações não recíprocas também podem ser verificadas.

Nos blocos B, C e D são verificadas apenas relações mútuas de ausência ou presença de ligações entre os vértices, não existindo qualquer tipo de relação assimétrica. As relações do tipo (0,0), que implicam em não correspondência entre os vértices, são maioria nos referidos blocos, mas as bidirecionais (1,1) também apresentam número significativo.

**Tabela 10. Frequência das relações Diáticas dos Deputados Federais nas Eleições de 2002.**

$a_t$	$a_y$							
	Bloco A		Bloco B		Bloco C		Bloco D	
	0	1	0	1	0	1	0	1
0	5510	113	5304	0	4371	0	4371	0
1	113	2505	0	2824	0	3757	0	3757

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Os valores dos parâmetros  $I_y$  e  $H_x$  estimados para cada bloco, apresentados nas Tabelas 11, 12, 13 e 14, mostram que o ajuste do modelo melhora à medida que o número de classe aumenta. Essa tendência é verificada para ambos os parâmetros, o que reforça a escolha de um número maior de agentes. Assim, o número de classes escolhido nos blocos considerados foi  $c = 7$ , adotando-se os parâmetros  $I_y$  e  $H_x$  para escolha da sequência de Gibbs. Disto, foram escolhidas as sequências 2 para os blocos A e B; e 1 para os blocos C e D<sup>43</sup>.

**Tabela 11. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2002.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.6523	0.5616
	Gibbs 2	0.6519	0.8807
	Gibbs 3	0.6518	0.8808
3	Gibbs 1	0.6206	0.7838
	Gibbs 2	0.6203	0.7822
	Gibbs 3	0.6197	0.7826
4	Gibbs 1	0.5993	0.6642
	Gibbs 2	0.5985	0.6631
	Gibbs 3	0.5987	0.6636
5	Gibbs 1	0.5818	0.5703
	Gibbs 2	0.5817	0.5670
	Gibbs 3	0.5821	0.5702
6	Gibbs 1	0.5689	0.4950
	Gibbs 2	0.5697	0.4986
	Gibbs 3	0.5681	0.4965
7	Gibbs 1	0.5589	0.4391
	Gibbs 2	0.5586	0.4344
	Gibbs 3	0.5600	0.4409
8	Gibbs 1	0.5505	0.3897
	Gibbs 2	0.5497	0.3915
	Gibbs 3	0.5500	0.3922

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

<sup>43</sup> Na estimação do modelo para os blocos B, C e D foram consideradas apenas duas amostragens de Gibbs, em função da impossibilidade da execução da estimação com três amostras pelo programa.

**Tabela 12. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2002.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.5848	0.8872
	Gibbs 2	0.5899	0.8899
3	Gibbs 1	0.4313	0.4078
	Gibbs 2	0.4315	0.4077
4	Gibbs 1	0.3836	0.2888
	Gibbs 2	0.3848	0.2892
5	Gibbs 1	0.3025	0.1274
	Gibbs 2	0.3028	0.1247
6	Gibbs 1	0.2846	0.0994
	Gibbs 2	0.2835	0.0976
7	Gibbs 1	0.2599	0.0902
	Gibbs 2	0.2612	0.0855
8	Gibbs 1	0.2533	0.0911
	Gibbs 2	0.2526	0.0933

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 13. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2002.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.6146	0.9237
	Gibbs 2	0.6860	0.9987
3	Gibbs 1	0.4711	0.4521
	Gibbs 2	0.4716	0.4538
4	Gibbs 1	0.4504	0.3820
	Gibbs 2	0.4493	0.3830
5	Gibbs 1	0.3512	0.2323
	Gibbs 2	0.3504	0.2305
6	Gibbs 1	0.3266	0.1991
	Gibbs 2	0.3285	0.1989
7	Gibbs 1	0.3164	0.1962
	Gibbs 2	0.3176	0.1963
8	Gibbs 1	0.3062	0.1985
	Gibbs 2	0.3041	0.1804

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 14. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2002.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.6732	0.9961
	Gibbs 2	0.6611	0.9893
3	Gibbs 1	0.4709	0.4526
	Gibbs 2	0.4713	0.4505
4	Gibbs 1	0.4498	0.3803
	Gibbs 2	0.4500	0.3798
5	Gibbs 1	0.3507	0.2317
	Gibbs 2	0.3508	0.2332
6	Gibbs 1	0.3269	0.1953
	Gibbs 2	0.3262	0.2002
7	Gibbs 1	0.3176	0.1946
	Gibbs 2	0.3172	0.1949
8	Gibbs 1	0.3075	0.2105
	Gibbs 2	0.3051	0.1707

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

As probabilidades de relações dentro e entre classes obtidas<sup>44</sup> para as citadas sequências podem ser visualizadas nas Tabelas 15, 16, 17 e 18. No bloco A, os vínculos intraclasse são verificadas apenas na classe 2, sob a forma de relações do tipo (0,0), que implica que os vértices que a compõe não se correspondem entre si. Nas demais classes, a probabilidade nula sugere que cada uma delas é formada por um único vértice e, deste modo, não podem compartilhar qualquer tipo de ligação. Por outro lado, a maioria das relações entre as classes obtidas nesse bloco apresentam probabilidades significativas para as relações recíprocas, com exceção da classe 2 que não se corresponde com as demais. Esta exibe probabilidades significativas para o tipo (0,0).

No bloco B, os vértices contidos nas classes 3 e 6 tendem a não apresentar correspondência nas relações mantidas com os demais pertencentes à mesma classe. De modo contrário, as relações intraclasse dos agrupamentos restantes são bidirecionais, isto é, são relações recíprocas. Entre as classes, as relações são em sua maioria do tipo (0,0), com destaque para a classe 3 cujas relações com as demais são exclusivamente deste tipo. Isto significa dizer, que a relação dos vértices pertencentes a esse agrupamento com aqueles das demais classes tende a não formar qualquer tipo de coalizão com as demais. Observa-se, ainda, que as relações mantidas pelos vértices da classe 1 com as demais são basicamente do tipo (1,1), o que implica em uma relação bilateral entre elas.

À semelhança do bloco anterior, no bloco C verifica-se, conforme as probabilidades estimadas, que as relações entre os vértices dentro das classes tendem a possuir alguma reciprocidade. Dentro das classes 1, 2, 4 e 5, como se nota, predominam as relações do tipo (1,1), diferentemente daquelas da classe 3 que são do tipo (0,0). Estas últimas se destacam quando se considera as relações entre classes, principalmente para as relações mantidas pela classe 3 com as demais, o que indica que grande parte das relações mantidas pelas classes desse agrupamento são não correspondentes. A reciprocidade, contudo, pode ser verificada neste agrupamento nas relações entre as classes 1 e 5 com as demais, tendendo a formar coalizões entre si.

---

<sup>44</sup> As Tabela 3-6 do Anexo 3 mostram a composição de cada bloco obtido.

**Tabela 15. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2002.**

A	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.00	0.81	0.46	0.46	0.46	0.45	0.40	0.45
	2	0.81	0.93	0.81	0.81	0.81	0.80	0.79	0.80
	3	0.46	0.81	0.00	0.47	0.46	0.46	0.41	0.47
	4	0.46	0.81	0.47	0.00	0.46	0.46	0.40	0.46
	5	0.46	0.81	0.46	0.46	0.00	0.46	0.41	0.46
	6	0.45	0.80	0.46	0.46	0.46	0.00	0.40	0.45
	7	0.40	0.79	0.41	0.40	0.41	0.40	0.00	0.40
	8	0.45	0.80	0.47	0.46	0.46	0.45	0.40	0.00
(1,1)	1	0.00	0.18	0.50	0.51	0.50	0.51	0.56	0.51
	2	0.18	0.07	0.18	0.18	0.18	0.19	0.20	0.19
	3	0.50	0.18	0.00	0.50	0.50	0.50	0.55	0.50
	4	0.51	0.18	0.50	0.00	0.50	0.51	0.56	0.51
	5	0.50	0.18	0.50	0.50	0.00	0.51	0.56	0.51
	6	0.51	0.19	0.50	0.51	0.51	0.00	0.56	0.51
	7	0.56	0.20	0.55	0.56	0.56	0.56	0.00	0.56
	8	0.51	0.19	0.50	0.51	0.51	0.51	0.56	0.00
(0,1)	1	0.00	0.01	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02
	2	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	3	0.02	0.01	0.00	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02
	4	0.02	0.01	0.02	0.00	0.02	0.02	0.02	0.02
	5	0.02	0.01	0.02	0.02	0.00	0.02	0.02	0.02
	6	0.02	0.01	0.02	0.02	0.02	0.00	0.02	0.02
	7	0.02	0.01	0.02	0.02	0.02	0.02	0.00	0.02
	8	0.02	0.01	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.00
(1,0)	1	0.00	0.00	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02
	2	0.01	0.00	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01
	3	0.02	0.00	0.00	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02
	4	0.02	0.00	0.02	0.00	0.02	0.02	0.02	0.02
	5	0.02	0.00	0.02	0.02	0.00	0.02	0.02	0.02
	6	0.02	0.00	0.02	0.02	0.02	0.00	0.02	0.02
	7	0.02	0.00	0.02	0.02	0.02	0.02	0.00	0.02
	8	0.02	0.00	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 16. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2002.**

A	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.01	0.44	0.65	0.43	0.02	0.98	0.19	0.41
	2	0.44	0.37	0.70	0.78	0.92	0.98	0.27	0.63
	3	0.65	0.70	0.85	0.83	0.94	0.99	0.59	0.78
	4	0.43	0.78	0.83	0.28	0.92	0.98	0.18	0.62
	5	0.02	0.92	0.94	0.92	0.04	0.98	0.86	0.70
	6	0.98	0.98	0.99	0.98	0.98	0.99	0.96	0.98
	7	0.19	0.27	0.59	0.18	0.86	0.96	0.07	0.44
	8	0.41	0.63	0.78	0.62	0.70	0.98	0.44	0.0
(1,1)	1	0.99	0.56	0.35	0.57	0.98	0.02	0.81	0.59
	2	0.56	0.63	0.30	0.22	0.08	0.02	0.73	0.37
	3	0.35	0.30	0.15	0.17	0.06	0.01	0.41	0.22
	4	0.57	0.22	0.17	0.72	0.08	0.02	0.82	0.38
	5	0.98	0.08	0.06	0.08	0.96	0.02	0.14	0.30
	6	0.02	0.02	0.01	0.02	0.02	0.01	0.04	0.02
	7	0.81	0.73	0.41	0.82	0.14	0.04	0.93	0.56
	8	0.59	0.37	0.22	0.38	0.30	0.02	0.56	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 17. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2002.**

A	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.14	0.32	0.93	0.62	0.15	0.50	0.38	0.35
	2	0.32	0.45	0.97	0.84	0.37	0.82	0.64	0.65
	3	0.93	0.97	0.98	0.96	0.93	0.98	0.95	0.96
	4	0.62	0.84	0.96	0.06	0.04	0.82	0.58	0.61
	5	0.15	0.37	0.93	0.04	0.03	0.49	0.30	0.30
	6	0.50	0.82	0.98	0.82	0.49	0.75	0.66	0.61
	7	0.38	0.64	0.95	0.58	0.30	0.66	0.0	0.52
	8	0.35	0.65	0.96	0.61	0.30	0.61	0.52	0.00
(1,1)	1	0.86	0.68	0.07	0.38	0.85	0.50	0.62	0.65
	2	0.68	0.55	0.03	0.16	0.63	0.18	0.36	0.35
	3	0.07	0.03	0.02	0.04	0.07	0.02	0.05	0.04
	4	0.38	0.16	0.04	0.94	0.96	0.18	0.42	0.39
	5	0.85	0.63	0.07	0.96	0.97	0.51	0.70	0.70
	6	0.50	0.18	0.02	0.18	0.51	0.25	0.34	0.39
	7	0.62	0.36	0.05	0.42	0.70	0.34	0.0	0.48
	8	0.65	0.35	0.04	0.39	0.70	0.39	0.48	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 18. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2002.**

A	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.16	0.32	0.93	0.63	0.16	0.39	0.43	0.46
	2	0.32	0.42	0.97	0.85	0.36	0.63	0.65	0.66
	3	0.93	0.97	0.98	0.96	0.92	0.95	0.96	0.96
	4	0.63	0.85	0.96	0.06	0.04	0.58	0.59	0.59
	5	0.16	0.36	0.92	0.04	0.03	0.30	0.33	0.35
	6	0.39	0.63	0.95	0.58	0.30	0.00	0.56	0.57
	7	0.43	0.65	0.96	0.59	0.33	0.56	0.00	0.61
	8	0.46	0.66	0.96	0.59	0.35	0.57	0.61	0.0
(1,1)	1	0.84	0.68	0.07	0.37	0.84	0.61	0.57	0.54
	2	0.68	0.58	0.03	0.15	0.64	0.37	0.35	0.34
	3	0.07	0.03	0.02	0.04	0.08	0.05	0.04	0.04
	4	0.37	0.15	0.04	0.94	0.96	0.42	0.41	0.41
	5	0.84	0.64	0.08	0.96	0.97	0.70	0.67	0.65
	6	0.61	0.37	0.05	0.42	0.70	0.00	0.44	0.43
	7	0.57	0.35	0.04	0.41	0.67	0.44	0.00	0.39
	8	0.54	0.34	0.04	0.41	0.65	0.43	0.39	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

No bloco D, a maior parte das relações intra-classe também apresenta a característica de reciprocidade, isto é, existe conexão entre os vértices dentro dessas classes. Por outro lado, as ligações verificadas entre as classes tendem a ser predominantemente do tipo (0,0), sugerindo que a interação entre as mesmas não se verifica na maioria dos casos, com exceção das classes 1 e 5, cujas ligações com as demais podem ser observadas de forma correlata.

Para o ano de 2002, então, conclui-se que existem apenas 17% de conexões diádicas recíprocas entre os setores. Ainda, 80% de ausência de conexão e reciprocidade em apenas 2% das conexões. Tal característica evidencia certa independência entre os setores ou blocos/classes neles gerados. Os senadores, por sua vez, apresentam um grau de interação superior quando aproximadamente 56% das relações diádicas são recíprocas. Em, aproximadamente, 38% delas, há uma ausência de relação e, ainda, 6% de relações não-recíprocas. Para os deputados eleitos os resultados básicos foram os seguintes: (i) Bloco A: aproximadamente 68% de ausência de conexão, 1% de conexão não-recíproca e 31% de conexão recíproca; (ii) Bloco B: aproximadamente 65% de ausência de conexão e 35% de conexão recíproca; e Blocos C e D: 54% de ausência de conexão e 46% de reciprocidade.

No que concerne aos números de classes e às estatísticas de partição de conjuntos de vértices em classes e da constante que indica as relações observadas entre os nodos, nota-se que:

- (i) para os setores financiadores foram identificadas 4 classes não havendo extensão a qual a distribuição dos vértices representa uma partição de um conjunto de vértices em classes com  $H_x = 0.0000$ . Da mesma forma a constante que indica as relações observadas é de 0.1042, em uma segunda amostragem de Gibbs. O resultado, portanto, sintetiza o número de principais em quatro classes pouco correlacionadas entre si. As probabilidades estimadas para conexões entre as quatro classes, ou os quatro principais, no ano de 2002, conforme a Tabela 6, evidenciam a existência de reciprocidade apenas dentro da mesma classe. Logo, é possível separar os setores financiados em quatro grandes grupos de pressão ao caracterizar-se um modelo com muitos agentes e muitos principais;
- (ii) os senadores, representantes de parcela dos agentes, são estruturados em seis classes com uma medida de extensão para a partição do conjunto de vértices em classes em torno de 0.27. O índice de informação é de aproximadamente 0.3 para as três amostragens de Gibbs. Alguma probabilidade de reciprocidade é verificada entre as classes formadas 1 e 2. Prevalece, entretanto, a ausência de conexão.
- (iii) finalmente, no que concerne aos deputados, em função da dimensão da matriz ser limitada, foram construídos 4 blocos iniciais para a composição dos 512 deputados, com 128 deputados em cada bloco. Observou-se que, em cada bloco, foram identificadas 8 classes de agentes bem definidas, conforme as especificações seguintes:
  - (a) Bloco A – índice de informação de 0.55 e de concentração igual a 0.39;
  - (b) Bloco B – índice de informação de 0.25 e de concentração de 0.09;
  - (c) Bloco C – índice de informação de 0.3 e de concentração de 0.18; e
  - (d) Bloco D – índice de informação de 0.3 e de concentração de 0.17.

O Bloco de deputados A apresentou alguma reciprocidade entre as classes definidas, sendo predominante a ausência de conectividade entre as classes identificadas. O mesmo ocorre com os Blocos B, C e D. Ressalta-se, porém, que a reciprocidade é identificada entre as classes 1, 5 e 7; 4 e 7; 1 e 5 e 4 e 7, para o Bloco B; 1 e 5; 4 e 5; 1, 4 e 5; e, 7 e 8, para o Bloco C; e, finalmente, 1 e 5; 4 e 5; 1, 4, 5 e 6; e 5 e 6, para o Bloco D.

Com base nas informações geradas, então, é possível esperar alguma correlação entre a parcela de agentes identificada no grupo dos deputados.

#### 4.2.2. Modelo Empírico para o ano de 2006

Para as eleições de 2006, a quantidade de agentes e principais especificados pelo modelo de Blocos será descrita a seguir, discutindo o padrão de relações mantidas pelos mesmos. No que se refere aos setores, verifica-se pela Tabela 19 que a maioria das relações mantidas pelos 64 vértices considerados são simétricas e não correspondentes, indicando uma ausência de relação entre os mesmos.

**Tabela 19. Frequência das Relações Diáticas dos Setores Financiadores nas Eleições de 2006.**

$a_t$	$a_p$	
	0	1
0	1970	45
1	45	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

As estimativas dos parâmetros  $I_y$  e  $H_x$  evidencia que o número de classes a ser consideradas é  $c = 7$ , considerando sua respectiva sequência de Gibbs 1, na qual o menor valor desses parâmetros podem ser observados (Tabela 20).

**Tabela 20. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Setores nas Eleições de 2006.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.0991	0.3775
	Gibbs 2	0.0989	0.3754
	Gibbs 3	0.0991	0.3769
3	Gibbs 1	0.0985	0.4336
	Gibbs 2	0.0989	0.4045
	Gibbs 3	0.0985	0.4505
4	Gibbs 1	0.0982	0.4583
	Gibbs 2	0.0986	0.4671
	Gibbs 3	0.0985	0.4320
5	Gibbs 1	0.0979	0.5003
	Gibbs 2	0.0975	0.5185
	Gibbs 3	0.0975	0.5500
6	Gibbs 1	0.0980	0.4970
	Gibbs 2	0.0979	0.4912
	Gibbs 3	0.0982	0.5060
7	Gibbs 1	0.0975	0.5091
	Gibbs 2	0.0975	0.5342
	Gibbs 3	0.0976	0.5266
8	Gibbs 1	0.0974	0.5524
	Gibbs 2	0.0974	0.5475
	Gibbs 3	0.0985	0.4901

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Para  $c = 7$ , a Tabela 21 mostra que os padrões das relações mantidos intra e entre as classes obtidas são predominantemente do tipo (0,0) e, deste modo, não há interação entre os setores integrantes dos agrupamentos. O mesmo pode ser verificado para a relação entre os blocos, à medida que os mesmos não interagem um com o outro, adotando, provavelmente, estratégias individuais de ação<sup>45</sup>.

**Tabela 21. Probabilidades Estimadas das Relações dos Setores nas Eleições de 2006.**

A	$h$	$k = 1$	$k = 2$
(0,0)	1	0.88	1.00
	2	1.00	1.00
(1,1)	3	0.01	0.00
	4	0.00	0.00
(0,1)	7	0.05	0.00
	8	0.00	0.00
(1,0)	1	0.05	0.00
	2	0.00	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

No caso dos senadores, para os 27 vértices considerados observou-se  $R = 2$ , com um total de 351 relações diáticas simétricas e nenhuma assimétrica (Tabela 19). Dentre as ligações existentes, 245 são recíprocas (1,1), o que demonstra uma tendência dos senadores manterem algum vínculo com os demais, dado a correspondência das ligações.

**Tabela 22. Frequência das Relações Diáticas dos Senadores nas Eleições de 2006.**

$a_t$	$a_p$	
	0	1
0	106	0
1	0	245

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Os parâmetros  $I_y$  e  $H_x$  estimados para cada uma das classes, mostrados na Tabela 20, exhibe a adequação da estrutura de classes obtida. Neste caso, observa-se que o parâmetro  $I_y$  diminui à medida que o número de classes aumenta, diferentemente do que acontece com  $H_x$ , que tem seu menor valor para  $c = 2$  e atinge seu valor máximo em  $c = 6$ . Considerando  $c = 7$  e os parâmetros  $I_y$  e  $H_x$ , os menores valores destes últimos são verificados para a

<sup>45</sup> A partir das estatísticas de informação e concentração foram identificadas sete classes, dentre as quais alguns atores foram eliminados por apresentarem probabilidade de pertencer a duas classes simultaneamente. Nesse processo, algumas das classes consideradas inicialmente também foram excluídas, por não possuírem nenhum ator. Sendo assim, restaram apenas duas classes com atores que possuíam probabilidades significativas de pertencer às mesmas. A Tabela 7 do Anexo 3 mostra a que classe cada setor pertence de acordo com a estimação do modelo.

sequência de Gibbs 1, o que garante o bom ajuste da mesma e torna possível predições mais acuradas a respeito das classes consideradas.

**Tabela 23. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Senadores nas Eleições de 2006.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.3839	0.0092
	Gibbs 2	0.3840	0.0100
	Gibbs 3	0.3838	0.0110
3	Gibbs 1	0.3124	0.3270
	Gibbs 2	0.3131	0.3352
	Gibbs 3	0.3134	0.3409
4	Gibbs 1	0.3409	0.3866
	Gibbs 2	0.2847	0.3738
	Gibbs 3	0.2854	0.3876
5	Gibbs 1	0.2762	0.4110
	Gibbs 2	0.2778	0.4199
	Gibbs 3	0.2779	0.4210
6	Gibbs 1	0.2745	0.4295
	Gibbs 2	0.2749	0.4260
	Gibbs 3	0.2743	0.4258
7	Gibbs 1	0.2709	0.4154
	Gibbs 2	0.2724	0.4198
	Gibbs 3	0.2714	0.4200
8	Gibbs 1	0.2674	0.4031
	Gibbs 2	0.2694	0.4079
	Gibbs 3	0.2692	0.4134

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Neste sentido, as relações entre as classes obtidas<sup>46</sup> podem se verificadas a partir das probabilidades estimadas, apresentadas na Tabela 21. Não é possível identificar o tipo de relações mantidas no interior de nenhuma das classes, dado que, com a exclusão de alguns vértices, a maioria delas passou a ser composta de apenas um único elemento. Contudo, é possível apontar os principais tipos de relações mantidas entre as mesmas. Disto, observa-se que, dado as baixas probabilidades evidenciadas para a classe 1, esta tende não se relacionar de nenhuma maneira com as demais classes. Além disso, verifica-se a tendência de ligações recíprocas de algumas classes com as outras, como por exemplo, as classes 2, 4 e 6.

<sup>46</sup> A Tabela 8 do Anexo 3 mostra os senadores que compõem cada classe.

**Tabela 24. Probabilidades Estimadas das Relações dos Senadores nas Eleições de 2006.**

A	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2	0.00	0.00	0.90	0.23	0.30	0.65	0.42	0.48
	3	0.00	0.90	0.00	0.93	0.94	0.80	0.86	0.91
	4	0.00	0.23	0.93	0.00	0.14	0.47	0.26	0.20
	5	0.00	0.30	0.94	0.14	0.00	0.65	0.42	0.19
	6	0.00	0.65	0.80	0.47	0.65	0.00	0.51	0.50
	7	0.00	0.42	0.86	0.26	0.42	0.51	0.00	0.40
	8	0.00	0.48	0.91	0.20	0.19	0.50	0.40	0.00
(1,1)	1	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2	0.00	0.00	0.10	0.77	0.70	0.35	0.58	0.52
	3	0.00	0.10	0.00	0.07	0.06	0.20	0.14	0.09
	4	0.00	0.77	0.07	0.00	0.86	0.53	0.74	0.80
	5	0.00	0.70	0.06	0.86	0.00	0.35	0.58	0.81
	6	0.00	0.35	0.20	0.53	0.35	0.00	0.49	0.50
	7	0.00	0.58	0.14	0.74	0.58	0.49	0.00	0.60
	8	0.00	0.52	0.09	0.80	0.81	0.50	0.60	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

No que se refere aos deputados, os resultados obtidos evidenciam a existência de correspondência na maioria das relações, ou seja, os deputados mantêm ligações que afirmam a interação dos mesmos. A Tabela 22 apresenta uma síntese das relações diáticas verificadas em cada bloco, na qual se observa que os vértices tendem a conectar uns com os outros por meio de ligações do tipo (1,1). Apesar disso, não deve-se desconsiderar as relações do tipo (0,0) que apresentam valores significativos em todos os blocos. Salienta-se, ainda, a inexistência de relações assimétricas neste caso.

**Tabela 25. Frequência das Relações Diáticas dos Deputados nas Eleições de 2006.**

$a_t$	$a_v$							
	Bloco A		Bloco B		Bloco C		Bloco D	
	0	1	0	1	0	1	0	1
0	3007	-	3484	0	3015	0	2548	0
1	-	5121		4644	0	5113	0	5708

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

O número de classes a ser considerado em cada bloco é obtido a partir das estatísticas  $I_y$  e  $H_x$  descritas nas Tabelas 23, 24, 25 e 26. Em todos os blocos esses parâmetros decrescem à medida que o número de classes aumenta o que reforça a escolha de um número maior de classes. Diante disso, considerou-se  $c = 7$  em todos os casos, cujas sequências selecionadas foram: 1 para os blocos A e D, 2 para o bloco B e 3 para o bloco C.

**Tabela 26. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2006.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.4765	0.4881
3	Gibbs 1	0.4274	0.3913
4	Gibbs 1	0.4012	0.3503
5	Gibbs 1	0.3792	0.3268
6	Gibbs 1	0.3594	0.3445
7	Gibbs 1	0.3145	0.2149
8	Gibbs 1	0.3011	0.1789

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 27. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2006.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.6806	0.9990
	Gibbs 2	0.4756	0.4671
3	Gibbs 1	0.4268	0.3776
	Gibbs 2	0.4250	0.3778
4	Gibbs 1	0.3983	0.3393
	Gibbs 2	0.4004	0.3343
5	Gibbs 1	0.3445	0.2371
	Gibbs 2	0.3440	0.2318
6	Gibbs 1	0.3155	0.1634
	Gibbs 2	0.3151	0.1616
7	Gibbs 1	0.2954	0.1700
	Gibbs 2	0.2829	0.1242
8	Gibbs 1	0.2692	0.1210
	Gibbs 2	0.2702	0.1177

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 28. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2006.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.5498	0.6935
	Gibbs 2	0.5483	0.6865
	Gibbs 3	0.5488	0.6873
3	Gibbs 1	0.4675	0.4447
	Gibbs 2	0.4673	0.4480
	Gibbs 3	0.4675	0.4440
4	Gibbs 1	0.4437	0.3685
	Gibbs 2	0.4432	0.3709
	Gibbs 3	0.4429	0.3712
5	Gibbs 1	0.4274	0.3025
	Gibbs 2	0.4268	0.3070
	Gibbs 3	0.4266	0.3025
6	Gibbs 1	0.4135	0.2681
	Gibbs 2	0.4136	0.2701
	Gibbs 3	0.4138	0.2685
7	Gibbs 1	0.4031	0.2479
	Gibbs 2	0.4052	0.2480
	Gibbs 3	0.4047	0.2465
8	Gibbs 1	0.3947	0.2357
	Gibbs 2	0.3955	0.2366
	Gibbs 3	0.3960	0.2356

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 29. Parâmetros da Estrutura de Classes dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2006.**

C	Sequência	$I_y$	$H_x$
2	Gibbs 1	0.4575	0.4453
	Gibbs 2	0.4581	0.4481
3	Gibbs 1	0.4127	0.3857
	Gibbs 2	0.4107	0.3952
4	Gibbs 1	0.3705	0.3116
	Gibbs 2	0.3705	0.3132
5	Gibbs 1	0.3506	0.2740
	Gibbs 2	0.3509	0.2782
6	Gibbs 1	0.3363	0.2576
	Gibbs 2	0.3359	0.2573
7	Gibbs 1	0.3236	0.2186
	Gibbs 2	0.3243	0.2189
8	Gibbs 1	0.3111	0.2002
	Gibbs 2	0.3113	0.1998

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

As estimativas das probabilidades de relação das classes selecionadas<sup>47</sup> para cada bloco de deputados são mostradas nas Tabelas 27, 28, 29 e 30. As relações mantidas entre os vértices no interior das classes 1, 3 4 e 5 do bloco A apresentam probabilidades significativas de existir reciprocidade. Nas classes do bloco B, grande parte das relações intraclasse também é do tipo (1,1), o que garante a existência de conexão entre vértices no interior das classes 1, 2, 3, 5 e 6. Nos blocos C e D essa tendência se mantém, com os deputados das classes 1 e 3 e 1, 2 e 4, respectivamente, mantendo relações mútuas. Alguns vértices das classes desses blocos, porém, não se mostram conectados entre si, como é o caso das classes 3 do bloco A, 4 e 8 do bloco B, 4 do bloco C e 3 do bloco D.

As relações entre classes, por outro lado, mostram-se mais propícias a não ser correspondentes. No bloco A, por exemplo, vê-se que as probabilidades de relações mantidas pela classe 2 com as demais são todas elas altamente significativas para o tipo (0,0), o que indica que a mesma tende a não fazer conluio e age por conta própria. Outros casos que merecem atenção são as classes 4, 4 e 3 dos blocos B, C e D, respectivamente, cujas relações apresentam as mesmas características descritas acima. Além disso, a maioria das classes dos diversos blocos relaciona-se entre si de maneira não correlata, demonstrando uma tendência de ação particular para cada uma delas.

<sup>47</sup> A composição de cada classe pelos seus respectivos deputados pode ser verificada no Anexo 3 – Tabelas 9-12.

**Tabela 30. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco A nas Eleições de 2006.**

A	H	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.02	0.90	0.07	0.04	0.17	0.24	0.22	0.27
	2	0.90	0.99	0.94	0.94	0.96	0.95	0.95	0.96
	3	0.07	0.94	0.25	0.30	0.77	0.48	0.48	0.53
	4	0.04	0.94	0.30	0.06	0.16	0.39	0.42	0.50
	5	0.17	0.96	0.77	0.16	0.35	0.60	0.65	0.74
	6	0.24	0.95	0.48	0.39	0.60	0.00	0.59	0.64
	7	0.22	0.95	0.48	0.42	0.65	0.59	0.00	0.66
	8	0.27	0.96	0.53	0.50	0.74	0.64	0.66	0.00
(1,1)	1	0.98	0.10	0.93	0.96	0.83	0.76	0.78	0.73
	2	0.10	0.01	0.06	0.06	0.04	0.05	0.05	0.04
	3	0.93	0.06	0.75	0.70	0.23	0.52	0.52	0.47
	4	0.96	0.06	0.70	0.94	0.84	0.61	0.58	0.50
	5	0.83	0.04	0.23	0.84	0.65	0.40	0.35	0.26
	6	0.76	0.05	0.52	0.61	0.40	0.00	0.41	0.36
	7	0.78	0.05	0.52	0.58	0.35	0.41	0.00	0.34
	8	0.73	0.04	0.47	0.50	0.26	0.36	0.34	v

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

De modo contrário a essa tendência, dado as probabilidades de relação que as classes 1 e 4 do bloco A têm com as outras, com exceção da classe 2, pode-se afirmar que elas agem em conjunto com outras classes a fim de atingir objetivos que possam ser comuns a elas. Esse fato também se verifica para outras classes, como a 3 do bloco A; 1 dos blocos B e C; 2 e 4 do bloco D.

**Tabela 31. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco B nas Eleições de 2006.**

A	H	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.22	0.89	0.72	0.99	0.52	0.08	0.65	0.92
	2	0.89	0.11	0.07	0.98	0.70	0.09	0.55	0.88
	3	0.72	0.07	0.03	0.96	0.17	0.03	0.40	0.68
	4	0.99	0.98	0.96	0.99	0.96	0.95	0.97	0.98
	5	0.52	0.70	0.17	0.96	0.17	0.07	0.49	0.71
	6	0.08	0.09	0.03	0.95	0.07	0.02	0.28	0.54
	7	0.65	0.55	0.40	0.97	0.49	0.28	0.00	0.80
	8	0.92	0.88	0.68	0.98	0.71	0.54	0.80	0.86
(1,1)	1	0.78	0.11	0.28	0.01	0.48	0.92	0.35	0.08
	2	0.11	0.89	0.93	0.02	0.30	0.91	0.45	0.12
	3	0.28	0.93	0.97	0.04	0.83	0.97	0.60	0.32
	4	0.01	0.02	0.04	0.01	0.04	0.05	0.03	0.02
	5	0.48	0.30	0.83	0.04	0.83	0.93	0.51	0.29
	6	0.92	0.91	0.97	0.05	0.93	0.98	0.72	0.46
	7	0.35	0.45	0.60	0.03	0.51	0.72	0.00	0.20
	8	0.08	0.12	0.32	0.02	0.29	0.46	0.20	0.14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 32. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco C nas Eleições de 2006.**

A	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.04	0.31	0.14	0.73	0.32	0.32	0.27	0.31
	2	0.31	0.00	0.63	0.86	0.61	0.61	0.58	0.61
	3	0.14	0.63	0.29	0.92	0.63	0.64	0.72	0.63
	4	0.73	0.86	0.92	0.95	0.86	0.87	0.87	0.87
	5	0.32	0.61	0.63	0.86	0.00	0.62	0.60	0.62
	6	0.32	0.61	0.64	0.87	0.62	0.00	0.60	0.63
	7	0.27	0.58	0.72	0.87	0.60	0.60	0.00	0.60
	8	0.31	0.61	0.63	0.87	0.62	0.63	0.60	0.00
(1,1)	1	0.96	0.69	0.86	0.27	0.68	0.68	0.73	0.69
	2	0.69	0.00	0.37	0.14	0.39	0.39	0.42	0.39
	3	0.86	0.37	0.71	0.08	0.37	0.36	0.28	0.37
	4	0.27	0.14	0.08	0.05	0.14	0.13	0.13	0.13
	5	0.68	0.39	0.37	0.14	0.00	0.38	0.40	0.38
	6	0.68	0.39	0.36	0.13	0.38	0.00	0.40	0.37
	7	0.73	0.42	0.28	0.13	0.40	0.40	0.00	0.40
	8	0.69	0.39	0.37	0.13	0.38	0.37	0.40	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

**Tabela 33. Probabilidades Estimadas das Relações dos Deputados Bloco D nas Eleições de 2006.**

A	h	k = 1	k = 2	k = 3	k = 4	k = 5	k = 6	k = 7	k = 8
(0,0)	1	0.11	0.06	0.95	0.47	0.55	0.58	0.55	0.57
	2	0.06	0.03	0.85	0.08	0.28	0.31	0.30	0.28
	3	0.95	0.85	0.96	0.89	0.91	0.91	0.91	0.91
	4	0.47	0.08	0.89	0.12	0.40	0.44	0.42	0.40
	5	0.55	0.28	0.91	0.40	0.00	0.58	0.58	0.56
	6	0.58	0.31	0.91	0.44	0.58	0.00	0.57	0.59
	7	0.55	0.30	0.91	0.42	0.58	0.57	0.00	0.58
	8	0.57	0.28	0.91	0.40	0.56	0.59	0.58	0.00
(1,1)	1	0.89	0.94	0.05	0.53	0.45	0.42	0.45	0.43
	2	0.94	0.97	0.15	0.92	0.72	0.69	0.70	0.72
	3	0.05	0.15	0.04	0.11	0.09	0.09	0.09	0.09
	4	0.53	0.92	0.11	0.88	0.60	0.56	0.58	0.60
	5	0.45	0.72	0.09	0.60	0.00	0.42	0.42	0.44
	6	0.42	0.69	0.09	0.56	0.42	0.00	0.43	0.41
	7	0.45	0.70	0.09	0.58	0.42	0.43	0.00	0.42
	8	0.43	0.72	0.09	0.60	0.44	0.41	0.42	0.00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Em síntese, os resultados indicam o número de principais e agentes a ser considerados no modelo para as eleições de 2006. Para os principais são sete blocos, cujas probabilidades apontam para a existência de relações internas entre seus vértices e tendência de não formar coalizões entre os blocos de principais. Do mesmo modo, foram especificados sete blocos de

agentes para os senadores, que apresentam as características de não reciprocidade nas relações mantidas com os outros blocos identificados. E para os deputados, em cada agrupamento subdividido inicialmente, foram considerados sete blocos de agentes cada um com características específicas nas relações que mantém, totalizando 28 agentes.

Nas eleições de 2006, por sua vez, foram identificados sete agrupamentos de agentes e principais, sendo que neste último as relações existentes apresentam uma tendência de não interação. Para os agentes, especificou-se sete agrupamentos para os senadores, cujas relações bem como para cada bloco de deputados que, neste caso, totalizam 28 agentes.

Para o ano de 2006, da mesma forma, conclui-se que não existe recíproca entre os setores, o que nos possibilita isolar os principais sem alguma conexão entre eles. Ainda, aproximadamente 98% de ausência de conexão e interação em apenas 2% das conexões. Tal característica corrobora a independência entre os principais, análogo ao ocorrido no ano de 2002. Os senadores, por sua vez, apresentam um grau elevado de interação entre as classes de agentes identificadas quando aproximadamente 70% das relações diádicas são recíprocas. Em, aproximadamente, 30% delas há ausência de relação não sendo identificadas relações não-recíprocas. Para os deputados eleitos os resultados básicos foram os seguintes: (i) Bloco A: aproximadamente 37% de ausência de conexão e 63% de conexão recíproca; (ii) Bloco B: aproximadamente 43% de ausência de conexão e 57% de conexão recíproca; Bloco C: 37% de ausência de conexão e 63% de reciprocidade; e, Bloco D: 31% de ausência de conexão e 69% de reciprocidade.

No que concerne aos números de classes e as estatísticas de partição de conjuntos de vértices em classes e da constante que indica as relações observadas entre os nodos, nota-se que:

- (i) para os setores financiadores foram identificadas 7 classes ao ser observado um índice de informação convergindo para 0.097 e uma extensão a qual a distribuição dos vértices representa uma partição de um conjunto de vértices em classes com  $H_x = 0.5091$ . O resultado, portanto, sintetiza o número de principais em até sete classes pouco correlacionadas entre si. As probabilidades estimadas para conexões entre as sete classes, ou os sete principais, no ano de 2006, conforme a Tabela 21, com a reciprocidade obténível apenas entre as classes 1 e 2. Logo, é possível separar os setores financiados em sete grandes grupos de pressão, um número superior ao identificado no ano de 2002;

- (ii) os senadores, representantes de parcela dos agentes, são estruturados em seis classes com uma medida de extensão para a partição do conjunto de vértices em classes em torno de 0.27. O índice de informação é de aproximadamente 0.3 para as três amostragens de Gibbs. Alguma probabilidade de reciprocidade é verificada entre as classes formadas 1 e 2. Prevalece, entretanto, a ausência de conexão.
- (iii) finalmente, no que concerne aos deputados, em função da dimensão da matriz ser limitada, foram construídos 4 blocos iniciais para a composição dos 512 deputados, com 128 deputados nos três primeiros e 129 no último bloco. Observou-se que, em cada bloco, foram identificadas 8 classes de agentes bem definidas, conforme as especificações seguintes:
  - a. Bloco A – índice de informação de 0.5 e de concentração igual a 0.18, com apenas uma amostragem;
  - b. Bloco B – índice de informação de 0.75 e de concentração de 0.12, com até duas amostragens de Gibbs;
  - c. Bloco C – índice de informação de 0.4 e de concentração de 0.24, aproximadamente; e,
  - d. Bloco D – índice de informação de 0.31 e de concentração de 0.2, com até duas amostragens.

O Bloco de deputados A apresentou alguma reciprocidade entre a classe 1 e as demais classes e entre as classes 3, 4 e 5; No Bloco B, alguma conectividade entre as classes 6, 1, 2, 3, 4 e 5; classe 2, 3 e 6; 3, 2, 5 e 6; No Bloco C entre a classe 1 e as classes 2, 3 e 7; e, finalmente, no Bloco D, entre as classes 1, 2, 4, 5 6, 7 e 8.

Com base nas informações geradas, análogo ao ocorrido no ano de 2002, é, então, possível esperar alguma correlação entre a parcela de agentes identificada no grupo dos deputados.

Por fim, verifica-se que as características das estruturas de rede obtidas para os anos de 2002 e 2006 estão fortemente ligadas aos interesses comuns existentes entre um grupo de deputados e um grupo de setores que, por isso, encontram-se conectados entre si. Ademais, o processo de *rent seeking*, em função do tamanho dos recursos disponibilizados, cria um mercado com um custo temporário (contribuição dos setores) e uma receita continua durante o tempo de governo (mandato do deputado ou senador).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com o fito de discutir a subordinação das relações políticas às relações econômicas, em especial a relação dos deputados e senadores com grupos de interesse identificados a partir das contribuições de campanha. Mais especificamente, tratou de investigar a estrutura de rede de influência entre os grupos de interesse identificados dentro da estrutura setorial, e dentre os senadores e deputados eleitos, considerando os fatores partidos políticos e regiões, cujas conexões iniciais se referem ao recebimento de contribuições de campanha. Em outras palavras, o presente trabalho objetivou a identificação das contribuições de campanha e, conseqüentemente, da formação de blocos de agentes e principais a partir dos resultados das eleições de 2002 e 2006.

Com base em especificações propostas pela literatura empírica prévia, as motivações eleitorais são baseadas na influência sobre a plataforma dos partidos políticos, bem como dos seus candidatos. Tais resultados, portanto, segundo Grossman e Helpman (2001) apontam que os grupos atuam a partir das contribuições de campanha. As evidências apontam para uma tendência de influência das contribuições de campanha sobre as decisões políticas, especificamente nos Estados Unidos.

Do ponto de vista teórico, então, os grupos de interesses formam coalizões para influenciar a decisão sobre questões econômicas negociadas no âmbito do sistema bicameral brasileiro. Seguindo as proposições teóricas do modelo principal-agente e as questões do incentivo compreendidas por essa modelagem, estruturou-se o problema de influência política, evidenciando os candidatos eleitos e as contribuições de campanha como elementos principais dessa análise. O modelo, também, correlaciona as informações privadas dos grupos de interesses, mesmo antes da formação de coalizões. Tais coalizões entre os atores considerados foram estimadas empiricamente por meio da técnica de redes sociais.

Neste sentido, os resultados apontaram um aumento significativo do valor das contribuições de campanha nas eleições brasileiras entre os anos eleitorais analisados. Observou-se que os principais doadores são pessoas jurídicas, com destaque para os setores

regulados, e uma elevação das doações dos partidos políticos, cujos impactos são verificados sobre a conectividade entre os agentes ou principais.

Além disso, os resultados encontrados revelaram que a formação de blocos de agentes e principais segue um modelo de múltiplos agentes e principais. A estrutura final obtida para as redes dos anos de 2002 e 2006, respectivamente, indicam que, no ano de 2002, os principais seriam desagregados em apenas quatro classes e, no ano de 2006, esse número seria elevado para até sete classes. Tal aumento no número de principais explica a grande elevação nos gastos com as contribuições de campanha.

Embora o número de principais tenha quase que duplicado de um ano eleitoral para outro, o número de agentes permaneceu exatamente o mesmo. A partir disso, é possível pressupor que o aumento do número de principais e a invariabilidade da quantidade de agentes torna maior a pressão exercida sobre estes últimos.

Também constatou-se, com base na estrutura estimada, uma elevação da ausência de reciprocidade, de até 98% entre os principais, o que implicaria num aumento da pressão por interesses exercidos sobre os agentes desagregados entre senadores e deputados eleitos. Assim, embora se pudesse inferir sobre uma redução da reciprocidade, em função da elevação do número de principais, foi constatado que a elevação da conectividade seria necessária, para fins de tomada de decisões que dependem de coalizões entre as partes. A lógica reside no fato de que, com o aumento do número de principais o poder de influência sobre um grupo maior de agentes se tornarem reduzido. Isto justifica o aumento dos gastos com contribuições de campanha em 2006, em comparação com o ano de 2002. No Senado Federal, porém, onde o poder seria mais diluído e a aprovação de matérias dependeria de um esforço coalizacional entre os grupos, uma menor reciprocidade entre blocos identificados não poderia ser verificada.

Da mesma forma, para o subgrupo de deputados, bem como dos senadores, observou-se uma elevação da conectividade das classes dos blocos identificados. A justificativa é que, com um maior número de principais, houve uma maior necessidade de elevação nos gastos com contribuições, mesmo com ineficiência que corresponde ao financiamento de candidatos não eleitos.

Além disso, as conexões e a correlação entre os grupos de agentes ou de principais, representadas pela probabilidade posterior identificada, mostram que quanto maior a probabilidade maior o domínio do principal sobre os agentes. Com probabilidades baixas, a correlação também seria baixa e o mecanismo ótimo oferecido pelo principal seria

caracterizado pelas equações (48)-(50). No caso dos senadores, ano de 2002, apenas interações entre os grupos 1 e 2 pode ser identificadas. Logo, um baixo grau de correlação seria esperado. Para os deputados, alguma correlação pode ser obtida, pelas probabilidades posteriores dos Blocos A, B, C e D, indicando, portanto, uma elevada correlação entre os grupos dentro de cada bloco e, assim, uma provável correlação alta, cujo mecanismo ótimo seria descrito pelas equações (54)-(56).

Para o ano de 2006 foi identificado uma maior conexão entre os grupos identificados nos senadores e nos Blocos A, B, C e D, resultado de um dispêndio maior de recursos, o que caracteriza o maior dispêndio para o desenho de um mecanismo ótimo em que o controle dos agentes seja factível a partir da identificação das probabilidades elevadas. Conclui-se, portanto, que a baixa conectividade entre os setores no ano de 2006, respalda um maior gasto e um maior controle dos congressistas com vistas ao desenho de um mecanismo ótimo.

Ainda que de forma modesta, esta iniciativa buscou fornecer elementos adicionais na discussão sobre grupos de interesse e influência política. Embora os resultados possibilitem a estruturação de um modelo de interação estratégica com múltiplos agentes e múltiplos principais, a dinâmica da relação entre os mesmos dependeria da atuação dos agentes na Câmara Federal e no Senado Federal. Assim, estudos adicionais que considerem o trâmite dos processos legislativos, e a identificação dos benefícios deles exauridos devem ser realizados a fim de complementar e aprofundar as questões aqui investigadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, John H.. *Why Parties? The origin and transformation of political parties in America*. University of Chicago Press, 349p, 1995.

BALBINOTTO NETO, Giácomo. *Rent Seeking e crescimento econômico: teoria e evidências*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARRO, Robert J. The control of politicians: an economic model, *Public Choice*, 14, p. 19-42, 1973.

BECKER, Gary. A Theory of Competition among Pressure Groups for Political Influence. *Quarterly Journal of Economics*, 98, p. 371-400, 1983.

BECKER, Gary. Public Policies, Pressure Goups and Dead Weight Costs. In: STIGLER, George J. (org.). *Chicago Studies in Political Economy*. Chicago: university of Chicago Press, 1988.

BENTLEY, A. F. *The Process of Government*. Chicago: University of Chicago Press, 1908.

BERNHEIM, B. Douglas; WHINSTON, Michael D. Menu Auctions, Resource Allocation, and Economic Influence, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 101(1), p.1-31, February, 1986.

BERRY, Jeffrey M. *The Interest Group Society*. Boston: Scott, Foresman/Little Brown Series in Political Science, 2. ed, 260p, 1989.

BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. Group lending, repayment incentives and social collateral. *Journal of Development Econmics*, vol. 46, n. 1, p. 1-18, 1995.

BOBBIO, Norberto *et al. Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ed.,1330p, 1998.

BOLLOBÁS, Béla. *Modern Graph Theory*. Graduate Texts in Mathematics, vol. 184. New York: Springer, 394p, 1998.

BONE, Hugh A. Political Parties and Pressure Group Politics. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 319, p. 73-83, 1958.

BRASIL. Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3o, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 20 de Set. 1995.

BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1 de Out. 1997.

BRASIL. Resolução do TSE nº 22.250, de 29 de junho 2006. Dispõe sobre a arrecadação e a aplicação de recursos nas campanhas eleitorais e sobre a prestação de contas. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. , n. , 10 de Jul. 2006.

BROWNE, William P. *Groups, Interests and U.S. Public Policy*. Washington: Georgetown University Press, 276p, 1998.

BRUNELL, Thomas L. The Relationship Between Political Parties and Interest Groups: Explaining Patterns of PAC Contributions to Candidates for Congress. *Political Research Quarterly*, n.58, p. 681-688, 2005.

BUCHANAN, James M.; TOLLISON, Robert D.; TULLOCK, Gordon. *Toward a Theory of the Rent-Seeking Society*, College Station, TX: Texas A&M University Press, 367p, 1980.

CARRINGTON, Peter J.; SCOTT, John; WASSERTMAN, Stanley. *Models and Methods in Social Network Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 329p, 2005.

CHAPPELL JÚNIOR, Henry W. Campaign Contributions and Congressional Voting: A Simultaneous Probit-Tobit Model. *The Review of Economics and Statistics*, vol. 64, n. 1), pp. 77-83, Feb., 1982.

CLAWSON, Dan. *Dollars and Votes: How Business Campaign Contributions Subvert Democracy*. Philadelphia: Temple University Press, 271p, 1990.

d'ASPREMONT, Claude; GÉRARD-VARET, Louis-André. Incentives and Incomplete Information. *Journal of Public Economics*, vol. 11, n. 1, p. 25-45, 1979.

DENZAU, Arthur T. e MUNGER, Michael C. Legislators and Interest Groups: How Unorganized Interests get Represented. *The American Political Science Review*, vol. 80, n. 1 pp. 89-106, Mar., 1986.

DIXIT, Avnish. Incentives and Organizations in the Public Sector: an interpretative review. *The Journal of Human Resources*, vol. 37, n. 4, p. 696-727, 2000.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp, 333p, 1999.

EISENHARDT, Kathleen M,. Agency theory: An assessment and review. *Academy of Management Review*, vol.14, n.1, p.57-74, 1989.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os partidos Políticos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 80p, 1995.

FIGUEIREDO FILHO, Daldon B. O Elo Corporativo? Grupos de Interesse, Financiamento de Campanha e Regulação Eleitoral. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2009.

FRANCO, Afonso A. de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 3ed, 123p, 1980.

FREDREIS, John P. e WATERMAN, Richard W. Pac contributions and Legislative Behavior: Senate Voting on Trucking Deregulation. *Social Science Quarterly*, 1985

FRIEDRICH, Carl J. *Constitutional Government and Democracy - Theory and Practice in Europe and America*. New York: Gin, 3ª ed., 728p, 1950.

GELFAND, Alan E. Gibbs Sampling. *Journal of the American Statistical Association*, v.95, n.452, pp.1300-1304, Dec. 2000

GIBBONS, Robert. Incentives in Organizations. *NBER Working Paper Series*. (Working Paper 6695), 28 p, 1998.

GREEN, Jerry; LAFFONT, Jean-Jacques. Characterization of Satisfactory Mechanisms for the Revelation of Preferences for Public Goods. *Econometrika*, vol. 45, n. 2, p. 427-438, Mar. 1977.

\_\_\_\_\_. On Coalition Incentive Compatibility. *Review of Economic Studies*, vol. 46, n. 2, p. 243-254, Abr. 1979.

GRENZKE, Janet M. PACs and the Congressional Supermarket: The Currency is Complex. *American Journal of Political Science*, vol. 33, n. 1, pp. 1-24, Fev., 1989.

GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. *Special Interest Politics*. Cambridge MA and London UK: The MIT Press, 364p, 2001.

GROVES, Theodore. Incentives in Teams. *Econometrica*, vol. 41, n. 4, p. 617-631, Jul. 1973.

HOFFMAN, Adam. Buying Votes: The Impact of Campaign Contributions on State (allacademic net), 2007Nº páginas. Disponível em: Acesso em:

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Dados Eleitorais do Brasil. Disponível em: <http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>. Acesso em: 02/12/2008.

JACKSON, Matthew O. Mechanisms Theory. In: DERIGS, Ulrich. *The Encyclopedia of Life Support Systems*. Oxford: EOLSS Publishers, 2003.

KATZ, Richard S. Political Parties. In: CARAMANI, Danièle. *Comparative Politics*. New York: Oxford University Press, 786p, 2008.

KEY, Valdimer O. *Politics, Parties and Pressure Groups*. New York: Thomas Y. Crowell Co., 5ed., 738p, 1964.

KRUEGER, Ane O. The Political Economy of the Rent-Seeking Society. *The American Economic Review*, 64, 291-303, 1974.

LAFFONT, Jean-Jacques. Political Economy, Information and Incentives. *European Economic Review*, vol. 43, n. 4-6 , p. 649-669, Abr. 1999.

\_\_\_\_\_. *Incentives and Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 257p, 2000.

LAFFONT, Jean-Jacques; MARTIMORT, David. Collusion Under Asymmetric Information. *Econometria*, vol. 65, n. 4, p. 875-911, Jul. 1997.

\_\_\_\_\_. Mechanism Design with Collusion and Correlation. *Econometrica*, vol. 68, n. 2, p. 309-342, Mar. 2000.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Incentives: the principal-agent model*. Princeton: Princeton University Press, 421p, 2002.

LAFFONT, Jean-Jacques; N'GUESSAN, Tchétché. Group Lending with Adverse Selection. *European Economic Review*, vol. 44, n. 4-6, p. 773-784, Maio 2000.

\_\_\_\_\_. Group Contractin and Enforcement. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, vol. 157, n. 4, p. 487-498, Dez. 2001.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. Sao Paulo: Brasiliense, 134p, 1986.

LANGBEIN, Laura. Money and Access: Some Empirical Evidence. *The Journal of Politics*. Vol.48, nº.4, p. 1052-1062, 1986.

LIU, Zihua. PAC Campaign Contributions and Congressional Voting: Have Oil & Gas PAC Dollars bought the Drilling Rights. ANWR Midwest Conference, 2004.

MITCHELL, William C.; MUNGER, Michael C. Economic Models of Interest Groups. *American Journal of Political Science* 35 (2): 512-46, 1991.

MOLHO, Ian. *The Economics of Information: Lying and Cheating in Markets and Organizations*. Oxford: Blackwell, 262p, 1997.

MONARDI, Fred e GLANTZ, Stanton A. Are Tobacco Industry Campaign Contributions Influencing State Legislative Behavior? *American Journal of Public Health*, vol.88, n. 6, Jun. 1998.

NOWICKI, Krzysztof; SNIJDERS, Tom A. B.; Estimation and Prediction for Stochastic Blockstructures, *Journal of the American Statistical Association*, v.96, n.455, pp.1077-1087, Sept. 2001

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, Revised edition, Harvard University Press, 186p, 1965.

\_\_\_\_\_. *The Rise and Decline of Nations*. New Haven: Yale University Press, 273p, 1982.

PASQUINO, Gianfranco. Grupos de Pressão. In: BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ed.,1330p, 1998.

PELTZMAN, Sam. Toward a more general theory of regulation. *Journal of Law and Economics* 19: 211-240, 1976.

POSNER, Richard A. Theories of Economic Regulation. *NBER Working Papers* 0041, National Bureau of Economic Research, Inc., 44p, 1974.

\_\_\_\_\_. The Social Costs of Monopoly and Regulation. *Journal of Political Economy*, University of Chicago Press, vol. 83(4), pages 807-27, August, 1975.

PRENDERGAST, Canice. The Provision of Incentives in Firms. *Journal of Economic Literature*, vol. 37, n. 1, p. 7-63, Mar. 1999.

ROWLEY, Charles K., TOLLISON, Robert. D., and TULLOCK, Gordon. *The Political Economy of Rent-Seeking*, Boston, MA: Kluwer Academic Publishers, 492p, 1988.

SABATO, Larry. *PAC Power: Inside the World of Political Action Committees*. New York: W.W. Norton, 259p, 1985.

SADEK, Maria Tereza. Sistema Partidário Brasileiro: a debilidade institucional. Instituto de Estudios Económicos, Sociais e Políticos São Paulo. *Working Paper n. 72*. Barcelona, 16p, 1993.

SAMUELS, David. Money, Elections and Democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 43(2): 27–48, 2001a.

\_\_\_\_\_. Incumbents and Challengers on a level Playing field: Assessing the impact of Campaign finance in Brazil. *The Journal of Politics*. 63 (2).p.569-84, 2001b.

\_\_\_\_\_. Financiamento de Campanhas no Brasil e Propostas de Reforma. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio R. *Reforma Política-Lições da História Recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 357, 2006.

SANTOS, Hermílio. Grupos de Interesse e Redes de Políticas Públicas- uma análise da formulação de política industrial. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Ano 2, n. 1, Junho, 2002.

SANTOS, Luiz Alberto. Regulamentação das Atividades de *Lobby* e seus Impactos sobre as Relações entre Políticos, Burocratas e Grupos de Interesse no Ciclo de Políticas Públicas – análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SAPPINGTON, David E. M. Incentives in the Principal-Agente Relationship. *The Journal of Economic Perspectives*, vol.5, n.2, p. 45-66, Spring 1991.

SCHLOZMAN, Kay Lehman; TIERNEY, John. *Organized Interests and American Democracy*. New York: Harper and Row, 448p, 1986.

SNIJDERS, Tom A.B.; NOWICKI, Krzysztof. Manual for BLOCKS version 1.6, 2004. Disponível em: <http://stat.gamma.rug.nl/stocnet/content/downloads.htm>. Acesso em:

SNIJDERS, Tom A.B.; NOWICKI, Krzysztof. Manual for BLOCKS version 1.8, 2007. Disponível em: <http://stat.gamma.rug.nl/stocnet/content/downloads.htm>. Acesso em:

STIGLER, George J. The Theory of Economic Regulation. *Bell Journal of Economics*, The Rand Corporation, vol. 2(1), pages 3-21, Spring, 1971.

STRATMANN, T. Can Special Interests Buy Congressional Votes? Evidence from Financial Services Legislation. *Journal of Law and Economics*, vol. 45, n. 2, p. 345-373, 2002.

TOLLISON, Robert D. Rent Seeking. In: MUELLER D. C. *Perspectives on public choice: A handbook*. New York: Cambridge University Press, 672p, 1997.

TRUMAN, David B. *The Governmental Process*. New York: Knopf, 544p, 1971.

TSE. Prestação de Contas Eleitorais 2002.

TSE. Prestação de Contas Eleitorais 2006.

TULLOCK, Gordon. *Rent-Seeking*, Brookfield, VT: The Shaftesbury Papers 2, Edward Elgar Publishing Company, 98p, 1993.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WRIGHT, John R. PACs, Contributions, and Roll Calls: An Organizational Perspective. *The American Political Science Review*, vol. 79, n. 2, p.400-414, Jun. 1985.

VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – Categorias de Classificação das Pessoas Jurídicas Fontes de Contribuições de Campanha Eleitoral

Setor 1	Agricultura, Silvicultura, Suinocultura, Piscicultura e outros similares
Setor 2	Comércio Atacadista - Combustíveis
Setor 3	Comércio Atacadista - Equipamentos e Produtos de Tecnologia da Informação
Setor 4	Comércio Atacadista - Madeira, Ferragens, Material Elétrico e de Construção
Setor 5	Comércio Atacadista - Máquinas, Aparelhos e Equipamentos
Setor 6	Comércio Atacadista - Matéria Prima agrícola e Animais Vivos
Setor 7	Comércio Atacadista - Produtos Alimentícios, Bebida e Fumo
Setor 8	Comércio Atacadista - Produtos de Consumo Não Alimentar
Setor 9	Comércio Atacadista - Veículos e Peças e Acessórios
Setor 10	Comércio Atacadista Não Especializado
Setor 11	Comércio Atacadista - Outros Produtos
Setor 12	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio
Setor 13	Comércio Varejista - Alimentício
Setor 14	Comércio Varejista - Automobilístico e outros transportes
Setor 15	Comércio Varejista - Combustíveis
Setor 16	Comércio Varejista - Eletro-Eletrônicos, Telefonia e Informática e Artigos de uso doméstico
Setor 17	Comércio Varejista - Material de Construção
Setor 18	Comércio Varejista - Peças e Acessórios Veículos
Setor 19	Comércio Varejista - Produtos Farmacêuticos e Artigos Médicos e Ortopédicos
Setor 20	Comércio Varejista - Tecidos, Vestuário e Calçados
Setor 21	Comércio Varejista Não especializado
Setor 22	Comércio Varejista - Demais Produtos
Setor 23	Indústria Automobilística
Setor 24	Indústria da Borracha
Setor 25	Indústria de Couros e Calçados
Setor 26	Indústria de Fumo
Setor 27	Indústria de Máquinas e Equipamentos
Setor 28	Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas
Setor 29	Indústria de Produtos Minerais não Metálicos
Setor 30	Indústria do Plástico
Setor 31	Indústria Eletro-Eletrônica e Comunicação
Setor 32	Indústria Extrativa Mineral
Setor 33	Indústria Farmacêutica
Setor 34	Indústria Gráfica
Setor 35	Indústria Madeira e Mobiliário
Setor 36	Indústria Material de Transporte
Setor 37	Indústria Metal-Mecânica
Setor 38	Indústria Metalúrgica
Setor 39	Indústria Papel, Papelão, Editoração
Setor 40	Indústria Petrolífera e de Biocombustíveis
Setor 41	Indústria Química
Setor 42	Indústria Têxtil e Vestuário
Setor 43	Outras Indústrias
Setor 44	Serviços de Administração de Imóveis
Setor 45	Serviços de Água e Saneamento
Setor 46	Serviços de Alimentação
Setor 47	Serviços de Alojamento
Setor 48	Serviços de Informação e Comunicação

Setor 49	Serviços de Reparação e Manutenção
Setor 50	Serviços de Tecnologia da Informação
Setor 51	Serviços de Transportes, Armazenagem e Correios
Setor 52	Serviços Médicos e Odontológicos
Setor 53	Serviços Técnicos-Profissionais
Setor 54	Outras Atividades de Serviços
Setor 55	Telecomunicações
Setor 56	Artes, cultura, esporte e recreação
Setor 57	Atividades Administrativas e Serviços Complementares
Setor 58	Construção
Setor 59	Eletricidade e Gás
Setor 60	Ensino
Setor 61	Instituições Financeiras
Setor 62	Organizações Associativas
Setor 63	Doadores Pessoais
Setor 64	Partido Político/Comitê

## ANEXO 2 – Relação dos Candidatos a Senador e Deputados Eleitos

Tabela 1. Senadores Eleitos nas Eleições de 2002

<b>Senador 1</b>	ALOIZIO MERCADANTE OLIVA	PT	SP
<b>Senador 2</b>	ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA	PT	PA
<b>Senador 3</b>	ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES	PFL	BA
<b>Senador 4</b>	ANTONIO CARLOS VALADARES	PSB	SE
<b>Senador 5</b>	ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO NETO	PSDB	AM
<b>Senador 6</b>	AUGUSTO AFFONSO BOTELHO NETO	PDT	RR
<b>Senador 7</b>	CÉSAR AUGUSTO RABELLO BORGES	PFL	BA
<b>Senador 8</b>	CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE	PT	DF
<b>Senador 9</b>	DELCIDIO AMARAL GOMEZ	PT	MS
<b>Senador 10</b>	DEMOSTENES LAZARO XAVIER TORRES	PFL	GO
<b>Senador 11</b>	DUCIOMAR GOMES DA COSTA	PSD	PA
<b>Senador 12</b>	EDISON LOBAO	PFL	MA
<b>Senador 13</b>	EDUARDO BRANDÃO DE AZEREDO	PSDB	MG
<b>Senador 14</b>	EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS	PFL	PB
<b>Senador 15</b>	FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES DA SILVA	PT	RO
<b>Senador 16</b>	FLÁVIO JOSÉ ARNS	PT	PR
<b>Senador 17</b>	FRANCISCO DE ASSIS DE MORAES SOUZA	PMDB	PI
<b>Senador 18</b>	GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB	RN
<b>Senador 19</b>	GERALDO GURGEL DE MESQUITA JÚNIOR	PSB	AC
<b>Senador 20</b>	GERSON CAMATA	PMDB	ES
<b>Senador 21</b>	HÉLIO CALIXTO DA COSTA	PMDB	MG
<b>Senador 22</b>	HERACLITO DE SOUSA FORTES	PFL	PI
<b>Senador 23</b>	IDELI SALVATTI	PT	SC
<b>Senador 24</b>	JOÃO BATISTA DE JESUS RIBEIRO	PFL	TO
<b>Senador 25</b>	JOÃO BOSCO PAPALÉO PAES	PTB	AP
<b>Senador 26</b>	JONAS PINHEIRO DA SILVA	PFL	MT
<b>Senador 27</b>	JOSÉ AGRIPINO MAIA	PFL	RN
<b>Senador 28</b>	JOSÉ ALMEIDA LIMA	PDT	SE
<b>Senador 29</b>	JOSE JEFFERSON CARPINTEIRO PERES	PDT	AM
<b>Senador 30</b>	JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS	PMDB	AL
<b>Senador 31</b>	JOSE TARGINO MARANHÃO	PMDB	PB
<b>Senador 32</b>	LEOMAR DE MELO QUINTANILHA	PFL	TO
<b>Senador 33</b>	LEONEL ARCANGELO PAVAN	PSDB	SC
<b>Senador 34</b>	LUCIA VANIA ABRAO COSTA	PSDB	GO
<b>Senador 35</b>	MAGNO PEREIRA MALTA	PL	ES
<b>Senador 36</b>	MARCELO BEZERRA CRIVELLA	PL	RJ
<b>Senador 37</b>	MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL	PFL	PE
<b>Senador 38</b>	MARIA OSMARINA MARINA SILVA DE SOUZA	PT	AC
<b>Senador 39</b>	OSMAR FERNANDES DIAS	PDT	PR
<b>Senador 40</b>	PATRÍCIA LÚCIA SABOYA FERREIRA GOMES	PPS	CE
<b>Senador 41</b>	PAULO OCTAVIO ALVES PEREIRA	PFL	DF
<b>Senador 42</b>	PAULO RENATO PAIM	PT	RS
<b>Senador 43</b>	RAMEZ TEBET	PMDB	MS
<b>Senador 44</b>	ROMERO JUCÁ FILHO	PSDB	RR
<b>Senador 45</b>	ROMEU TUMA	PFL	SP
<b>Senador 46</b>	ROSEANA SARNEY MURAD	PFL	MA
<b>Senador 47</b>	SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO	PMDB	RJ
<b>Senador 48</b>	SÉRGIO PEDRO ZAMBIASI	PTB	RS
<b>Senador 49</b>	SERYS MARLY SLHESSARENKO	PT	MT

Senador 50	SEVERINO SÉRGIO ESTELITA GUERRA	PSDB	PE
Senador 51	TASSO RIBEIRO JEREISSATI	PSDB	CE
Senador 52	TEOTONIO BRANDÃO VILELA FILHO	PSDB	AL
Senador 53	VALDIR RAUPP DE MATOS	PMDB	RO

Tabela 2. Deputados Eleitos nas Eleições de 2002

<b>BLOCO A</b>			
Deputado 1	ABELARDO LUIZ LUPION MELLO	PFL	PR
Deputado 2	ADAO PRETTO	PT	RS
Deputado 3	ADAUTO PEREIRA DE LIMA	PFL	PB
Deputado 4	ADELOR FRANCISCO VIEIRA	PMDB	SC
Deputado 5	AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO	PSDB	PR
Deputado 6	AFONSO GIL CASTELO BRANCO	PC do B	PI
Deputado 7	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO
Deputado 8	AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO	PC do B	DF
Deputado 9	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
Deputado 10	ALCESTE MADEIRA DE ALMEIDA	PL	RR
Deputado 11	ALCEU DE DEUS COLLARES	PDT	RS
Deputado 12	ALEX CANZIANI SILVEIRA	PSDB	PR
Deputado 13	ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO	PSB	RJ
Deputado 14	ALEXANDRE JOSÉ DOS SANTOS	PSDB	RJ
Deputado 15	ALICE MAZZUCO PORTUGAL	PC do B	BA
Deputado 16	ALMERINDA FILGUEIRAS DE CARVALHO	PPB	RJ
Deputado 17	ALMIR OLIVEIRA MOURA	PL	RJ
Deputado 18	ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO	PSDB	SP
Deputado 19	ÁLVARO COSTA DIAS	PMDB	RN
Deputado 20	AMARILDO MARTINS DA SILVA	PPB	TO
Deputado 21	AMAURI ROBLEDO GASQUES	PRONA	SP
Deputado 22	ANDERSON ADAUTO PEREIRA	PL	MG
Deputado 23	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO	PFL	PE
Deputado 24	ANDRÉ LUIZ LOPES DA SILVA	PMDB	RJ
Deputado 25	ANDRE ZACHAROW	PDT	PR
Deputado 26	ANGELA MORAES GUADAGNIN	PT	SP
Deputado 27	ANÍBAL FERREIRA GOMES	PMDB	CE
Deputado 28	ANIVALDO JUVENIL VALE	PSDB	PA
Deputado 29	ANN CLÉLIA DE BARROS PONTES	PMDB	PA
Deputado 30	ANSELMO DE JESUS ABREU	PT	RO
Deputado 31	ANTONIA LÚCIA NAVARRO BRAGA	PSD	PB
Deputado 32	ANTONIO ADOLPHO LOBBE NETO	PSDB	SP
Deputado 33	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
Deputado 34	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME	PSDB	SP
Deputado 35	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
Deputado 36	ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO	PFL	BA
Deputado 37	ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA	PT	RJ
Deputado 38	ANTONIO DA CONCEICAO COSTA FERREIRA	PFL	MA
Deputado 39	ANTONIO DELFIM NETTO	PPB	SP
Deputado 40	ANTONIO ELBANO CAMBRAIA	PSDB	CE
Deputado 41	ANTÔNIO FERREIRA DA CRUZ FILHO	PMDB	MS
Deputado 42	ANTONIO JOAQUIM ARAUJO FILHO	PPB	MA
Deputado 43	ANTONIO JOSE DE MORAES SOUZA	PMDB	PI
Deputado 44	ANTONIO MARCELO TEIXEIRA SOUSA	PMDB	CE

Deputado 45	ARACELY DE PAULA	PFL	MG
Deputado 46	ARLINDO CHIGNALIA JUNIOR	PT	SP
Deputado 47	ARMANDO ABÍLIO VIEIRA	PSDB	PB
Deputado 48	ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO	PMDB	PE
Deputado 49	ARNALDO DE ABREU MADEIRA	PSDB	SP
Deputado 50	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP
Deputado 51	AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ
Deputado 52	AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA	PFL	BA
Deputado 53	ARY JOSÉ VANAZZI	PT	RS
Deputado 54	ASDRÚBAL MENDES BENTES	PMDB	PA
Deputado 55	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
Deputado 56	ATHOS AVELINO PEREIRA	PPS	MG
Deputado 57	ATILA FREITAS LIRA	PSDB	PI
Deputado 58	ÁTILA SIDNEY LINS ALBUQUERQUE	PFL	AM
Deputado 59	BENEDITO DE CARVALHO SA	PSDB	PI
Deputado 60	BENEDITO DE LIRA	PTB	AL
Deputado 61	BENEDITO DIAS DE CARVALHO	PPB	AP
Deputado 62	BENJAMIN GOMES MARANHÃO NETO	PMDB	PB
Deputado 63	BERNARDINO BARRETO DE OLIVEIRA	PL	PR
Deputado 64	BERNARDO RAMOS ARISTON	PSB	RJ
Deputado 65	BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA	PSDB	CE
Deputado 66	BONIFÁCIO JOSÉ TAMM DE ANDRADA	PSDB	MG
Deputado 67	CARLITO MERSS	PT	SC
Deputado 68	CARLOS ALBERTO CAVALCANTE DE SOUZA	PL	AM
Deputado 69	CARLOS ALBERTO DA SILVA	PSDB	GO
Deputado 70	CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROSADO	PFL	RN
Deputado 71	CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO	PL	RJ
Deputado 72	CARLOS AUGUSTO ABICALIL	PT	MT
Deputado 73	CARLOS AUGUSTO ALVES SANTANA	PT	RJ
Deputado 74	CARLOS CARMO ANDRADE MELLES	PFL	MG
Deputado 75	CARLOS CESAR BRANCO BANDEIRA	PFL	MA
Deputado 76	CARLOS EDUARDO CINTRA DA COSTA PEREIRA	PMDB	PE
Deputado 77	CARLOS EDUARDO GOMES TORRES	PSDB	TO
Deputado 78	CARLOS FERNANDO AGUSTINI	PDT	SC
Deputado 79	CARLOS HENRIQUE FOCESI SAMPAIO	PSDB	SP
Deputado 80	CARLOS HUMBERTO MANNATO	PDT	ES
Deputado 81	CARLOS MARQUES DUNGA	PTB	PB
Deputado 82	CARLOS WILLIAN DE SOUZA	PST	MG
Deputado 83	CELCITA ROSA PINHEIRO DA SILVA	PFL	MT
Deputado 84	CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO	PPB	SP
Deputado 85	CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI	PPS	PR
Deputado 86	CEZAR AUGUSTO SCHIRMER	PMDB	RS
Deputado 87	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	PFL	PI
Deputado 88	CLAIR DA FLORA MARTINS	PT	PR
Deputado 89	CLAUDIO ANTONIO VIGNATTI	PT	SC
Deputado 90	CLÁUDIO CAJADO SAMPAIO	PFL	BA
Deputado 91	CLAUDIO MAGRAO DE CAMARGO CRE	PPS	SP
Deputado 92	CLOVIS ANTONIO CHAVES FECURY	PFL	MA
Deputado 93	COLBERT MARTINS DA SILVA FILHO	PPS	BA
Deputado 94	CONFÚCIO AIRES MOURA	PMDB	RO
Deputado 95	CORIOLANO SOUSA SALES	PMDB	BA
Deputado 96	CUSTÓDIO ANTÔNIO DE MATTOS	PSDB	MG

Deputado 97	DANIEL GOMES DE ALMEIDA	PC do B	BA
Deputado 98	DANILO DE CASTRO	PSDB	MG
Deputado 99	DARCI MARTINS COELHO	PFL	TO
Deputado 100	DARCI POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
Deputado 101	DARCISIO PAULO PERONDI	PMDB	RS
Deputado 102	DARCY HUMBERTO MICHILES	PL	AM
Deputado 103	DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELÉM	PDT	AP
Deputado 104	DENISE FROSSARD LOSCHI	PSDB	RJ
Deputado 105	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
Deputado 106	DILCEU JOÃO SPERAFICO	PPB	PR
Deputado 107	DIMAS EDUARDO RAMALHO	PPS	SP
Deputado 108	DURVAL LOPES ORLATO	PT	SP
Deputado 109	EDILBERTO AFONSO DE MORAIS JÚNIOR	PPS	AC
Deputado 110	EDIR PEDRO DE OLIVEIRA	PTB	RS
Deputado 111	EDMAR BATISTA MOREIRA	PPB	MG
Deputado 112	EDNA BEZERRA SAMPAIO FERNANDES	PTB	SP
Deputado 113	EDSON BEZ DE OLIVEIRA	PMDB	SC
Deputado 114	EDSON EZEQUIEL DE MATOS	PSB	RJ
Deputado 115	EDSON GONÇALVES DUARTE	PV	BA
Deputado 116	EDUARDO COSENTINO DA CUNHA	PPB	RJ
Deputado 117	EDUARDO DA COSTA PAES	PFL	RJ
Deputado 118	EDUARDO FRANCISCO SCIARRA	PFL	PR
Deputado 119	EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS	PSB	PE
Deputado 120	EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA	PSDB	MG
Deputado 121	EDUARDO SEABRA DA COSTA	PTB	AP
Deputado 122	EDUARDO VALVERDE ARAUJO ALVES	PT	RO
Deputado 123	ELANI COSTA THEOPHILO	PDT	RJ
Deputado 124	ELISEU LEMOS PADILHA	PMDB	RS
Deputado 125	ELISEU RESENDE	PFL	MG
Deputado 126	ENEAS FERREIRA CARNEIRO	PRONA	SP
Deputado 127	ENIO EGON BERGMANN BACCI	PDT	RS
Deputado 128	ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB

**BLOCO B**

Deputado 1	ERICO DA SILVA RIBEIRO	PPB	RS
Deputado 2	ETIVALDO VADÃO GOMES	PPB	SP
Deputado 3	EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA	PMDB	CE
Deputado 4	EUSTAQUIO LUCIANO ZICA	PT	SP
Deputado 5	EVILASIO CAVALCANTE DE FARIAS	PSB	SP
Deputado 6	FÁBIO LOUREIRO SOUTO	PFL	BA
Deputado 7	FELIX DE ALMEIDA MENDONÇA	PTB	BA
Deputado 8	FERNANDO ALBERTO DINIZ	PMDB	MG
Deputado 9	FERNANDO DANTAS FERRO	PT	PE
Deputado 10	FERNANDO LOPES DE ALMEIDA	PSB	RJ
Deputado 11	FERNANDO LUCIO GIACOBO	PPS	PR
Deputado 12	FERNANDO PAULO NAGLE GABEIRA	PT	RJ
Deputado 13	FLORISVALDO FIER	PT	PR
Deputado 14	FRANCISCA DAS CHAGAS DA TRINDADE	PT	PI
Deputado 15	FRANCISCO ALMEIDA LIMA	PL	CE
Deputado 16	FRANCISCO ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE
Deputado 17	FRANCISCO BRÍGIDO DA COSTA	PMDB	AC
Deputado 18	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	PFL	RR
Deputado 19	FRANCISCO GARCIA RODRÍGUES	PFL	AM

Deputado 20	FRANCISCO GONÇALVES FILHO	PDT	MG
Deputado 21	FRANCISCO MARCELO ORTIZ FILHO	PV	SP
Deputado 22	FRANCISCO OCTÁVIO BECKERT	PSDB	PR
Deputado 23	FRANCISCO OLÍMPIO DA SILVA	PSB	PE
Deputado 24	FRANCISCO OSWALDO NEVES DORNELLES	PPB	RJ
Deputado 25	FRANCISCO PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE
Deputado 26	FRANCISCO RODRIGUES DE ALENCAR FILHO	PT	RJ
Deputado 27	FRANCISCO ROMMEL FEIJO DE SA	PSDB	CE
Deputado 28	FRANCISCO SÉRGIO TURRA	PPB	RS
Deputado 29	FRANKEMBERGEN GALVÃO DA COSTA	PPB	RR
Deputado 30	GASTAO DIAS VIEIRA	PMDB	MA
Deputado 31	GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA	PMDB	BA
Deputado 32	GERALDO RESENDE PEREIRA	PPS	MS
Deputado 33	GERALDO THADEU PEDREIRA DOS SANTOS	PPS	MG
Deputado 34	GERSON SILVA GABRIELLI	PFL	BA
Deputado 35	GERVÁSIO AUGUSTO DE OLIVEIRA	PDT	AP
Deputado 36	GERVÁSIO JOSÉ DA SILVA	PFL	SC
Deputado 37	GILBERTO KASSAB	PFL	SP
Deputado 38	GILBERTO NASCIMENTO SILVA	PSB	SP
Deputado 39	GILMAR ALVES MACHADO	PT	MG
Deputado 40	GIVALDO DE SÁ GOUVEIA CARIMBÃO	PSB	AL
Deputado 41	GUILHERME MENEZES DE ANDRADE	PT	BA
Deputado 42	GUSTAVO BONATO FRUET	PMDB	PR
Deputado 43	HELENO AUGUSTO DE LIMA	PSDB	RJ
Deputado 44	HÉLIO BORGES DE SOUSA ESTEVES FILHO	PT	AP
Deputado 45	HELIO DE OLIVEIRA SANTOS	PDT	SP
Deputado 46	HENRIQUE AFONSO SOARES LIMA	PT	AC
Deputado 47	HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES	PSDB	GO
Deputado 48	HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES	PMDB	RN
Deputado 49	HENRIQUE FONTANA JÚNIOR	PT	RS
Deputado 50	HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG
Deputado 51	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
Deputado 52	HIDEKAZU TAKAYAMA	PTB	PR
Deputado 53	HOMERO DA SILVA BARRETO	PFL	TO
Deputado 54	IARA BERNARDI	PT	SP
Deputado 55	IBERE PAIVA FERREIRA DE SOUZA	PTB	RN
Deputado 56	ILDEU ALVES DE ARAUJO	PRONA	SP
Deputado 57	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	PC do B	CE
Deputado 58	INOCENCIO GOMES DE OLIVEIRA	PFL	PE
Deputado 59	IRAPUAN TEIXEIRA	PRONA	SP
Deputado 60	IRINEU MARIO COLOMBO	PT	PR
Deputado 61	IRINY NICOLAU CORRES LOPES	PT	ES
Deputado 62	IRIS XAVIER SIMÕES	PTB	PR
Deputado 63	ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG
Deputado 64	IVAN CESAR RANZOLIN	PPB	SC
Deputado 65	IVAN VALENTE	PT	SP
Deputado 66	IVO JOSÉ DA SILVA	PT	MG
Deputado 67	JACKSON BARRETO DE LIMA	PMN	SE
Deputado 68	JADER FONTENELLE BARBALHO	PMDB	PA
Deputado 69	JAILDO VIEIRA REIS	PMDB	RJ
Deputado 70	JAIME MARTINS FILHO	PFL	MG
Deputado 71	JAIR MESSIAS BOLSONARO	PPB	RJ

Deputado 72	JAIRO ALFREDO OLIVEIRA CARNEIRO	PFL	BA
Deputado 73	JAMIL MURAD	PC do B	SP
Deputado 74	JANDIRA FEGHALI	PC do B	RJ
Deputado 75	JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE	PSB	AP
Deputado 76	JEFFERSON ALVES DE CAMPOS	PSB	SP
Deputado 77	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	PMDB	DF
Deputado 78	JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JUNIOR	PPB	SC
Deputado 79	JOÃO ALFREDO TELLES MELO	PT	CE
Deputado 80	JOÃO ALMEIDA DOS SANTOS	PSDB	BA
Deputado 81	JOÃO ANTONIO RODRIGUES BRONZEADO	PT	AC
Deputado 82	JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES	PPB	RS
Deputado 83	JOÃO BATISTA DOS SANTOS	PT	MS
Deputado 84	JOÃO BATISTA MATOS	PMDB	SC
Deputado 85	JOAO BATISTA OLIVEIRA DE ARAUJO	PT	PA
Deputado 86	JOÃO BATISTA RAMOS DA SILVA	PFL	SP
Deputado 87	JOÃO BOSCO DA COSTA	PSDB	SE
Deputado 88	JOÃO CALDAS DA SILVA	PL	AL
Deputado 89	JOAO CAMPOS DE ARAUJO	PSDB	GO
Deputado 90	JOAO CASTELO RIBEIRO GONCALVES	PSDB	MA
Deputado 91	JOÃO CORREIA LIMA SOBRINHO	PMDB	AC
Deputado 92	JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO	PPB	BA
Deputado 93	JOAO FONTES DE FARIA FERNANDES	PT	SE
Deputado 94	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP
Deputado 95	JOÃO JOSÉ PEREIRA DE LYRA	PTB	AL
Deputado 96	JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO	PMDB	MG
Deputado 97	JOÃO MAGNO DE MOURA	PT	MG
Deputado 98	JOAO MENDES DE JESUS	PDT	RJ
Deputado 99	JOÃO MIGUEL FEU ROSA	PSDB	ES
Deputado 100	JOAO PAULO CUNHA	PT	SP
Deputado 101	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG
Deputado 102	JOAO SANDES JUNIOR	PPB	GO
Deputado 103	JOÃO TOTA SOARES DE FIGUEIREDO	PPB	AC
Deputado 104	JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI	PFL	PE
Deputado 105	JONIVAL LUCAS DA SILVA JUNIOR	PMDB	BA
Deputado 106	JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
Deputado 107	JORGE ALBERTO TELES PRADO	PMDB	SE
Deputado 108	JORGE CATARINO LEONARDELI BOEIRA	PT	SC
Deputado 109	JORGE DO REIS PINHEIRO	PMDB	DF
Deputado 110	JORGE KHOURY HEDAYE	PFL	BA
Deputado 111	JORGE MIGUEL SAMEK	PT	PR
Deputado 112	JORGE RICARDO BITTAR	PT	RJ
Deputado 113	JOSE ALDO REBELO FIGUEIREDO	PC do B	SP
Deputado 114	JOSÉ ALVES ROCHA	PFL	BA
Deputado 115	JOSÉ ANTONIO NOGUEIRA DE SOUSA	PT	AP
Deputado 116	JOSE ARISTODEMO PINOTTI	PMDB	SP
Deputado 117	JOSE ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES	PSDB	CE
Deputado 118	JOSÉ BARROSO PIMENTEL	PT	CE
Deputado 119	JOSE BENITO PRIANTE JUNIOR	PMDB	PA
Deputado 120	JOSÉ CARLOS ALELUIA COSTA	PFL	BA
Deputado 121	JOSÉ CARLOS DE CASTRO MARTINEZ	PTB	PR
Deputado 122	JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES

Deputado 123	JOSÉ CARLOS LEÃO DE ARAUJO	PFL	BA
Deputado 124	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
Deputado 125	JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS	PT	MG
Deputado 126	JOSÉ CLEONÂNCIO DA FONSECA	PPB	SE
Deputado 127	JOSÉ DA CRUZ MARINHO	PDT	PA
Deputado 128	JOSÉ DE ARAÚJO MENDONÇA SOBRINHO	PFL	SE
<b>BLOCO C</b>			
Deputado 1	JOSE DE RIBAMAR COSTA ALVES	PSB	MA
Deputado 2	JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA	PT	SP
Deputado 3	JOSE DIVINO OLIVEIRA DE SOUZA	PMDB	RJ
Deputado 4	JOSÉ DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
Deputado 5	JOSÉ EDIMAR RONIVON SANTIAGO DE MELO	PPB	AC
Deputado 6	JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO	PT	SP
Deputado 7	JOSÉ EDUARDO VIEIRA RIBEIRO	PT	BA
Deputado 8	JOSE FRANCISCO PAES LANDIM	PFL	PI
Deputado 9	JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO	PSD	DF
Deputado 10	JOSE GERALDO TORRES DA SILVA	PT	PA
Deputado 11	JOSÉ GERARDO OLIVEIRA DE ARRUDA FILHO	PMDB	CE
Deputado 12	JOSE GUIMARAES NEIVA MOREIRA	PDT	MA
Deputado 13	JOSE HELENILDO RIBEIRO MONTEIRO	PSDB	AL
Deputado 14	JOSÉ HELENO DA SILVA	PL	SE
Deputado 15	JOSE IVO SARTORI	PMDB	RS
Deputado 16	JOSÉ LEONARDO COSTA MONTEIRO	PT	MG
Deputado 17	JOSÉ LEÔNIDAS DE MENEZES CRISTINO	PPS	CE
Deputado 18	JOSÉ LIMA DA SILVA	PPB	PA
Deputado 19	JOSÉ LINHARES PONTE	PPB	CE
Deputado 20	JOSE LUPERCIO RAMOS DE OLIVEIRA	PL	AM
Deputado 21	JOSÉ MAURÍCIO RABELO	PSD	TO
Deputado 22	JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE
Deputado 23	JOSE MENTOR GUILHERME DE MELLO NETTO	PT	SP
Deputado 24	JOSÉ MILITÃO COSTA	PTB	MG
Deputado 25	JOSÉ MOHAMED JANENE	PPB	PR
Deputado 26	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO	PSDB	PE
Deputado 27	JOSE OTAVIO GERMANO	PPB	RS
Deputado 28	JOSÉ RAFAEL GUERRA PINTO COELHO	PSDB	MG
Deputado 29	JOSE RENATO CASAGRANDE	PSB	ES
Deputado 30	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF
Deputado 31	JOSÉ RODRIGUES BORBA	PMDB	PR
Deputado 32	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS MOREIRA	PFL	MG
Deputado 33	JOSÉ SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
Deputado 34	JOSE SARNEY FILHO	PFL	MA
Deputado 35	JOSÉ SEVERIANO CHAVES	PMDB	PE
Deputado 36	JOSE THOMAZ DA SILVA NONO NETTO	PFL	AL
Deputado 37	JOSÉ WELLINGTON ROBERTO	PTB	PB
Deputado 38	JOSIAS GOMES DA SILVA	PT	BA
Deputado 39	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	PSB	RJ
Deputado 40	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
Deputado 41	JOVAIR DE OLIVEIRA ARANTES	PSDB	GO
Deputado 42	JOVINO CANDIDO DA SILVA	PV	SP
Deputado 43	JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA	PFL	PI
Deputado 44	JÚLIO CÉSAR DELGADO	PPS	MG
Deputado 45	JÚLIO CÉSAR GOMES DOS SANTOS	PST	MG

Deputado 46	JÚLIO CÉSAR REDECKER	PPB	RS
Deputado 47	JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO	PSDB	SP
Deputado 48	JULIO LUIZ BAPTISTA LOPES	PPB	RJ
Deputado 49	JUTAHY MAGALHÃES JÚNIOR	PSDB	BA
Deputado 50	KÁTIA REGINA DE ABREU	PFL	TO
Deputado 51	LAEL VIEIRA VARELLA	PFL	MG
Deputado 52	LEANDRO VILELA VELLOSO	PMDB	GO
Deputado 53	LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI	PPB	SC
Deputado 54	LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI	PMDB	RJ
Deputado 55	LEONARDO JOSÉ DE MATTOS	PV	MG
Deputado 56	LEONARDO MOURA VILELA	PPB	GO
Deputado 57	LEONARDO ROSARIO DE ALCANTARA	PSDB	CE
Deputado 58	LINCOLN DINIZ PORTELA	PSL	MG
Deputado 59	LUCI TEREZINHA CHOINACKI	PT	SC
Deputado 60	LUCIANA KREBS GENRO	PT	RS
Deputado 61	LUCIANO DE SOUZA CASTRO	PFL	RR
Deputado 62	LUCIANO FERREIRA DE SOUSA	PDT	MA
Deputado 63	LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS
Deputado 64	LUIZ ALBERTO SILVA DOS SANTOS	PT	BA
Deputado 65	LUIZ ALBUQUERQUE COUTO	PT	PB
Deputado 66	LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO	PL	SP
Deputado 67	LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO	PTB	SP
Deputado 68	LUIZ ANTONIO VASCONCELLOS CARREIRA	PFL	BA
Deputado 69	LUIZ CARLOS BASSUMA	PT	BA
Deputado 70	LUIZ CARLOS DA SILVA	PT	SP
Deputado 71	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	PFL	SP
Deputado 72	LUIZ CARLOS JORGE HAULY	PSDB	PR
Deputado 73	LUIZ CARLOS SIGMARINGA SEIXAS	PT	DF
Deputado 74	LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH	PT	SP
Deputado 75	LUIZ FERNANDES ARAÚJO LIMA	PFL	BA
Deputado 76	LUIZ GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
Deputado 77	LUIZ JOSE BITTENCOURT	PMDB	GO
Deputado 78	LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO	PT	RJ
Deputado 79	LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO	PSDB	PE
Deputado 80	LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE	PSB	RS
Deputado 81	LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA	PT	RJ
Deputado 82	LUIZA ERUNDINA DE SOUSA	PSB	SP
Deputado 83	MARCELINO AYUB FRAGA	PMDB	ES
Deputado 84	MARCELLO LIGNANI SIQUEIRA	PMDB	MG
Deputado 85	MARCELO COSTA E CASTRO	PMDB	PI
Deputado 86	MARCELO DE OLIVEIRA GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
Deputado 87	MÁRCIO REINALDO DIAS MOREIRA	PPB	MG
Deputado 88	MARCOS ANTONIO DE BARROS	PL	PE
Deputado 89	MARCOS ROBERTO ABRAMO	PFL	SP
Deputado 90	MARCUS ANTONIO VICENTE	PPB	ES
Deputado 91	MARIA DE FATIMA BEZERRA	PT	RN
Deputado 92	MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO	PT	MG
Deputado 93	MARIA DO ROSARIO NUNES	PT	RS
Deputado 94	MARIA HELENA VERONESE RODRIGUES	PST	RR
Deputado 95	MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO MANINHA	PT	DF
Deputado 96	MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO	PFL	RJ
Deputado 97	MARIA LUCIA NETTO DOS SANTOS	PMDB	RJ

Deputado 98	MARIA PERPÉTUA DE ALMEIDA	PC do B	AC
Deputado 99	MARIA SUELY SILVA CAMPOS	PFL	RR
Deputado 100	MARINHA CELIA ROCHA RAUPP DE MATOS	PMDB	RO
Deputado 101	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG
Deputado 102	MÁRIO LÚCIO HERINGER	PDT	MG
Deputado 103	MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE	PPB	BA
Deputado 104	MAURICIO QUINTELLA MALTA LESSA	PSB	AL
Deputado 105	MAURÍCIO RANDS COELHO BARROS	PT	PE
Deputado 106	MAURO GUIMARAES PASSOS	PT	SC
Deputado 107	MAURO RIBEIRO LOPES	PMDB	MG
Deputado 108	MAX ROSENMANN	PMDB	PR
Deputado 109	MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA	PMDB	SP
Deputado 110	MIGUEL ARRAES DE ALENCAR	PSB	PE
Deputado 111	MIGUEL DE SOUZA	PFL	RO
Deputado 112	MILTON ANTONIO CASQUEL MONTI	PMDB	SP
Deputado 113	MILTON JOÃO SOARES BARBOSA	PFL	BA
Deputado 114	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
Deputado 115	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
Deputado 116	MOISES SRAGOWICZ LIPNIK	PDT	RR
Deputado 117	MORONI BING TORGAN	PFL	CE
Deputado 118	MURILO ZAUITH	PFL	MS
Deputado 119	MUSSA DE JESUS DEMES	PFL	PI
Deputado 120	NARCIO RODRIGUES DA SILVEIRA	PSDB	MG
Deputado 121	NARCISO MENDES DE ASSIS	PPB	AC
Deputado 122	NEIVA TERESINHA MARQUES	PTB	RS
Deputado 123	NELIO SILVEIRA DIAS	PPB	RN
Deputado 124	NELSON LUIZ PROENÇA FERNANDES	PPS	RS
Deputado 125	NELSON MARCHEZAN JÚNIOR	PSDB	RS
Deputado 126	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
Deputado 127	NELSON MEURER	PPB	PR
Deputado 128	NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA	PL	RJ

**BLOCO D**

Deputado 1	NELSON TADEU FILIPPELLI	PMDB	DF
Deputado 2	NELSON TRAD	PTB	MS
Deputado 3	NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO	PT	BA
Deputado 4	NEUCIMAR FERREIRA FRAGA	PL	ES
Deputado 5	NEY LOPES DE SOUZA	PFL	RN
Deputado 6	NEYDE APARECIDA DA SILVA	PT	GO
Deputado 7	NICE LOBAO	PFL	MA
Deputado 8	NICIAS LOPES RIBEIRO	PSDB	PA
Deputado 9	NILSON MOURA LEITE MOURÃO	PT	AC
Deputado 10	NILSON PINTO DE OLIVEIRA	PSDB	PA
Deputado 11	NILTON BALBINO	PTB	RO
Deputado 12	NILTON GOMES DE OLIVEIRA	PPB	ES
Deputado 13	ODACIR ZONTA	PPB	SC
Deputado 14	ODAIR JOSÉ DA CUNHA	PT	MG
Deputado 15	ODELMO LEÃO CARNEIRO SOBRINHO	PPB	MG
Deputado 16	ODILIO BALBINOTTI	PSDB	PR
Deputado 17	OLAVO CALHEIROS FILHO	PMDB	AL
Deputado 18	ONYX DORNELLES LORENZONI	PFL	RS
Deputado 19	ORLANDO DESCONSI	PT	RS
Deputado 20	ORLANDO FANTAZZINI NETO	PT	SP

Deputado 21	OSMANIO PEREIRA DE OLIVEIRA	PSDB	MG
Deputado 22	OSMAR JOSÉ SERRAGLIO	PMDB	PR
Deputado 23	OSVALDO ANICETTO BIOLCHI	PMDB	RS
Deputado 24	OSVALDO DE SOUZA COELHO	PFL	PE
Deputado 25	OSVALDO DE SOUZA REIS	PMDB	TO
Deputado 26	PATRUS ANANIAS DE SOUSA	PT	MG
Deputado 27	PAUDERNEY TOMAZ AVELINO	PFL	AM
Deputado 28	PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA	PMDB	SC
Deputado 29	PAULO BERNARDO SILVA	PT	PR
Deputado 30	PAULO CELSO FONSECA MARINHO	PFL	MA
Deputado 31	PAULO CESAR BALTAZAR DA NOBREGA	PSB	RJ
Deputado 32	PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	PMDB	SP
Deputado 33	PAULO FERNANDO FEIJO TORRES	PSDB	RJ
Deputado 34	PAULO GABRIEL GODINHO DELGADO	PT	MG
Deputado 35	PAULO JOSÉ GOUVEA	PL	RS
Deputado 36	PAULO ROBERTO BAUER	PFL	SC
Deputado 37	PAULO ROBERTO GALVAO DA ROCHA	PT	PA
Deputado 38	PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA	PT	RS
Deputado 39	PAULO RUBEM SANTIAGO FERREIRA	PT	PE
Deputado 40	PAULO SÉRGIO PARANHOS DE MAGALHÃES	PFL	BA
Deputado 41	PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO	PPB	PE
Deputado 42	PEDRO FERNANDES RIBEIRO	PFL	MA
Deputado 43	PEDRO HENRY NETO	PPB	MT
Deputado 44	PEDRO IRUJO YANIZ	PFL	BA
Deputado 45	PEDRO NOVAIS LIMA	PMDB	MA
Deputado 46	PEDRO PINHEIRO CHAVES	PMDB	GO
Deputado 47	PEDRO RIBEIRO FILHO	PL	CE
Deputado 48	PHILEMON RODRIGUES DA SILVA	PL	PB
Deputado 49	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
Deputado 50	RAIMUNDO JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	PL	PA
Deputado 51	RAQUEL FIGUEIREDO ALESSANDRI TEIXEIRA	PSDB	GO
Deputado 52	RAUL BELENS JUNGMANN PINTO	PMDB	PE
Deputado 53	REGINALDO DA SILVA GERMANO	PFL	BA
Deputado 54	REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES	PT	MG
Deputado 55	REINALDO PEREIRA PINTO	PSDC	RJ
Deputado 56	REINALDO SANTOS E SILVA	PTB	RS
Deputado 57	REMI ABREU TRINTA	PL	MA
Deputado 58	RENILDO VASCONCELOS CALHEIROS	PC do B	PE
Deputado 59	RICARDO FERREIRA FIUZA	PPB	PE
Deputado 60	RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS	PPB	PR
Deputado 61	RICARDO JOSE RIBEIRO BERZOINI	PT	SP
Deputado 62	RICARDO NAGIB IZAR	PTB	SP
Deputado 63	RICARDO WAGNER DE CARVALHO LAGO	PDT	MA
Deputado 64	RICARTE DE FREITAS JUNIOR	PSDB	MT
Deputado 65	ROBÉRIO CÁSSIO RIBEIRO NUNES	PFL	BA
Deputado 66	ROBERTO EGÍDIO BALESTRA	PPB	GO
Deputado 67	ROBERTO GOUVEIA NASCIMENTO	PT	SP
Deputado 68	ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO	PTB	RJ
Deputado 69	ROBERTO JOÃO PEREIRA FREIRE	PPS	PE
Deputado 70	ROBERTO LÚCIO ROCHA BRANT	PFL	MG
Deputado 71	ROBERTO MAGALHÃES MELO	PSDB	PE

Deputado 72	ROBERTO SOARES PESSOA	PFL	CE
Deputado 73	ROBSON TUMA	PFL	SP
Deputado 74	RODOLFO PEREIRA	PDT	RR
Deputado 75	RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA	PFL	RJ
Deputado 76	ROGÉRIO AUTO TEÓFILO	PFL	AL
Deputado 77	ROGÉRIO LUCIO SOARES DA SILVA	PMDB	MT
Deputado 78	ROMEU FERREIRA DE QUEIROZ	PTB	MG
Deputado 79	RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ
Deputado 80	RONALDO DIMAS PEREIRA NOGUEIRA	PSDB	TO
Deputado 81	RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA	PSDB	PB
Deputado 82	RONALDO RAMOS CAIADO	PFL	GO
Deputado 83	RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS	PL	MG
Deputado 84	ROSILDA DE FREITAS	PSDB	ES
Deputado 85	RUBENEUTON OLIVEIRA LIMA	PFL	SP
Deputado 86	RUBENS OTONI GOMIDE	PT	GO
Deputado 87	SALVADOR ZIMBALDI FILHO	PSDB	SP
Deputado 88	SANDRA MARIA DA ESCOSSIA ROSADO	PMDB	RN
Deputado 89	SANDRO ANTÔNIO SCODRO	PFL	GO
Deputado 90	SANDRO MATOS PEREIRA	PSD	RJ
Deputado 91	SEBASTIAO AUGUSTO BARBOSA NETO	PMDB	GO
Deputado 92	SEBASTIAO TORRES MADEIRA	PSDB	MA
Deputado 93	SÉRGIO MIRANDA DE MATOS BRITO	PC do B	MG
Deputado 94	SÉRGIO SIQUEIRA DE CARVALHO	PSDB	RO
Deputado 95	SEVERIANO ALVES DE SOUZA	PDT	BA
Deputado 96	SEVERINO JOSE CAVALCANTI FERREIRA	PPB	PE
Deputado 97	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
Deputado 98	SILAS CAMARA	PTB	AM
Deputado 99	SIMÃO SESSIM	PPB	RJ
Deputado 100	TARCISIO JOÃO ZIMMERMANN	PT	RS
Deputado 101	TELMA SANDRA AUGUSTO DE SOUZA	PT	SP
Deputado 102	TEREZINHA DAS NEVES PEREIRA	PT	MA
Deputado 103	THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	PSDB	MT
Deputado 104	VALDEMAR CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
Deputado 105	VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP
Deputado 106	VANDER LUIZ DOS SANTOS LOUBET	PT	MS
Deputado 107	VANDERLEI ASSIS DE SOUZA	PRONA	SP
Deputado 108	VANDEVAL LIMA DOS SANTOS	PL	SP
Deputado 109	VANESSA GRAZZIOTIN	PC do B	AM
Deputado 110	VICENTE FERNANDES CASCIONE	PSB	SP
Deputado 111	VICENTE FERREIRA DE ARRUDA COELHO	PSDB	CE
Deputado 112	VICENTE PAULO DA SILVA	PT	SP
Deputado 113	VICTOR PIRES FRANCO NETO	PFL	PA
Deputado 114	VILMAR DA SILVA ROCHA	PFL	GO
Deputado 115	VIRGÍLIO GUIMARÃES DE PAULA	PT	MG
Deputado 116	VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG
Deputado 117	WALDEMIR MOKA MIRANDA DE BRITTO	PMDB	MS
Deputado 118	WALTER DE FREITAS PINHEIRO	PT	BA
Deputado 119	WALTER MEYER FELDMAN	PSDB	SP
Deputado 120	WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA	PV	RJ
Deputado 121	WELLINGTON ANTONIO FAGUNDES	PL	MT
Deputado 122	WELLINGTON MOREIRA FRANCO	PMDB	RJ
Deputado 123	WILSON PEREIRA DOS SANTOS	PSDB	MT

<b>Deputado 124</b>	WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO	PMDB	PA
<b>Deputado 125</b>	YEDA RORATO CRUSIUS	PSDB	RS
<b>Deputado 126</b>	ZELINDA NOVAES E SILVA JARSKE	PFL	BA
<b>Deputado 127</b>	ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR	PSDB	PA
<b>Deputado 128</b>	ZULAIE COBRA RIBEIRO	PSDB	SP

Tabela 3. Senadores Eleitos nas Eleições de 2006

<b>Senador 1</b>	ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO	PL	AM
<b>Senador 2</b>	ALVARO FERNANDES DIAS	PSDB	PR
<b>Senador 3</b>	CÍCERO DE LUCENA FILHO	PSDB	PB
<b>Senador 4</b>	EDUARDO MATARAZZO SUPLICY	PT	SP
<b>Senador 5</b>	ELISEU RESENDE	PFL	MG
<b>Senador 6</b>	EPITÁCIO CAFETEIRA AFONSO PEREIRA	PTB	MA
<b>Senador 7</b>	EXPEDITO GONÇALVES FERREIRA JUNIOR	PPS	RO
<b>Senador 8</b>	FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO	PRTB	AL
<b>Senador 9</b>	FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI	PTB	RR
<b>Senador 10</b>	FRANCISCO OSWALDO NEVES DORNELLES	PP	RJ
<b>Senador 11</b>	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	PC do B	CE
<b>Senador 12</b>	JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS	PMDB	PE
<b>Senador 13</b>	JAYME VERISSIMO DE CAMPOS	PFL	MT
<b>Senador 14</b>	JOÃO DURVAL CARNEIRO	PDT	BA
<b>Senador 15</b>	JOÃO RAIMUNDO COLOMBO	PFL	SC
<b>Senador 16</b>	JOÃO VICENTE DE MACEDO CLAUDINO	PTB	PI
<b>Senador 17</b>	JOAQUIM DOMINGOS RORIZ	PMDB	DF
<b>Senador 18</b>	JOSÉ RENATO CASAGRANDE	PSB	ES
<b>Senador 19</b>	JOSÉ SARNEY	PMDB	AP
<b>Senador 20</b>	KÁTIA REGINA DE ABREU	PFL	TO
<b>Senador 21</b>	MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR	PSDB	GO
<b>Senador 22</b>	MARIA DO CARMO DO NASCIMENTO ALVES	PFL	SE
<b>Senador 23</b>	MÁRIO COUTO FILHO	PSDB	PA
<b>Senador 24</b>	MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO	PSDB	MS
<b>Senador 25</b>	PEDRO JORGE SIMON	PMDB	RS
<b>Senador 26</b>	ROSALBA CIARLINI ROSADO	PFL	RN
<b>Senador 27</b>	SEBASTIÃO AFONSO VIANA MACEDO NEVES	PT	AC

Tabela 4. Deputados Eleitos nas Eleições de 2006

<b>BLOCO A</b>			
<b>Deputado 1</b>	ABELARDO LUIZ LUPION MELLO	PFL	PR
<b>Deputado 2</b>	ADÃO PRETTO	PT	RS
<b>Deputado 3</b>	ADEMIR CAMILO PRATES RODRIGUES	PDT	MG
<b>Deputado 4</b>	ADILSON SOARES	PL	RJ
<b>Deputado 5</b>	AELTON JOSÉ DE FREITAS	PL	MG
<b>Deputado 6</b>	AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO	PSDB	PR
<b>Deputado 7</b>	ALBANO DO PRADO PIMENTEL FRANCO	PSDB	SE
<b>Deputado 8</b>	ALBERTO TAVARES SILVA	PMDB	PI
<b>Deputado 9</b>	ALCENI ANGELO GUERRA	PFL	PR
<b>Deputado 10</b>	ALEX CANZIANI DA SILVEIRA	PTB	PR
<b>Deputado 11</b>	ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO	PSB	RJ

Deputado 12	ALEXANDRE JOSÉ DOS SANTOS	PMDB	RJ
Deputado 13	ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA	PPS	MG
Deputado 14	ALICE MAZZUCO PORTUGAL	PC do B	BA
Deputado 15	ALINE LEMOS CORREA DE OLIVEIRA ANDRADE	PP	SP
Deputado 16	ANA ISABEL MESQUITA DE OLIVEIRA	PMDB	PA
Deputado 17	ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR	PSB	PE
Deputado 18	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO	PFL	PE
Deputado 19	ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO	PT	PR
Deputado 20	ANDREIA ALMEIDA ZITO DOS SANTOS	PSDB	RJ
Deputado 21	ANGELA MARIA GOMES PORTELA	PTC	RR
Deputado 22	ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU	PP	SC
Deputado 23	ANGELO CARLOS VANHONI	PT	PR
Deputado 24	ANÍBAL FERREIRA GOMES	PMDB	CE
Deputado 25	ANSELMO DE JESUS ABREU	PT	RO
Deputado 26	ANTÔNIA MAGALHÃES DA CRUZ	PFL	BA
Deputado 27	ANTONIO ADOLPHO LOBBE NETO	PSDB	SP
Deputado 28	ANTONIO CARLOS BIFFI	PT	MS
Deputado 29	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME	PSDB	SP
Deputado 30	ANTONIO CARLOS MARTINS DE BULHÕES	PMDB	SP
Deputado 31	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
Deputado 32	ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO	PFL	BA
Deputado 33	ANTONIO CARLOS VALADARES FILHO	PSB	SE
Deputado 34	ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR	PSDB	SP
Deputado 35	ANTONIO EUDES XAVIER	PT	CE
Deputado 36	ANTONIO EUSTAQUIO ANDRADE FERREIRA	PMDB	MG
Deputado 37	ANTONIO FERREIRA DA CRUZ FILHO	PP	MS
Deputado 38	ANTONIO JOSE CASTELO BRANCO MEDEIROS	PT	PI
Deputado 39	ANTONIO MARCELO TEIXEIRA SOUSA	PSDB	CE
Deputado 40	ANTÔNIO PALOCCI FILHO	PT	SP
Deputado 41	ANTONIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	PFL	RJ
Deputado 42	ANTÔNIO ROBERTO SOARES	PV	MG
Deputado 43	ARACELY DE PAULA	PL	MG
Deputado 44	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP
Deputado 45	ARMANDO ABÍLIO VIEIRA	PSDB	PB
Deputado 46	ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO	PTB	PE
Deputado 47	ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM	PPS	SP
Deputado 48	ARNALDO DE ABREU MADEIRA	PSDB	SP
Deputado 49	ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
Deputado 50	ARNALDO FRANÇA VIANNA	PDT	RJ
Deputado 51	AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ
Deputado 52	ASDRUBAL MENDES BENTES	PMDB	PA
Deputado 53	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
Deputado 54	ATILA FREITAS LIRA	PSDB	PI
Deputado 55	ATILA SIDNEY LINS ALBUQUERQUE	PMDB	AM
Deputado 56	AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO	PPS	DF
Deputado 57	BENEDITO DE LIRA	PP	AL
Deputado 58	BERNARDO RAMOS ARISTON	PMDB	RJ
Deputado 59	BONIFÁCIO JOSÉ TAMM DE ANDRADA	PSDB	MG
Deputado 60	BRUNO CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA	PSDB	PE
Deputado 61	BRUNO CAVALCANTI DE ARAÚJO	PSDB	PE
Deputado 62	CAMILO COLA	PMDB	ES
Deputado 63	CÂNDIDO ELPIDIO DE SOUZA VACAREZZA	PT	SP

Deputado 64	CARLITO MERSS	PT	SC
Deputado 65	CARLOS ALBERTO CAVALCANTE DE SOUZA	PP	AM
Deputado 66	CARLOS ALBERTO LERÉIA DA SILVA	PSDB	GO
Deputado 67	CARLOS ALBERTO MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO	PMDB	AL
Deputado 68	CARLOS ALBERTO ROLIN ZARATTINI	PT	SP
Deputado 69	CARLOS AUGUSTO ABICALIL	PT	MT
Deputado 70	CARLOS AUGUSTO ALVES SANTANA	PT	RJ
Deputado 71	CARLOS CARMO ANDRADE MELLES	PFL	MG
Deputado 72	CARLOS DAUDT BRIZOLA	PDT	RJ
Deputado 73	CARLOS EDUARDO CINTRA DA COSTA PEREIRA	PMDB	PE
Deputado 74	CARLOS EDUARDO TORRES GOMES	PSDB	TO
Deputado 75	CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS
Deputado 76	CARLOS FERNANDO CORUJA AGUSTINI	PPS	SC
Deputado 77	CARLOS GOMES BEZERRA	PMDB	MT
Deputado 78	CARLOS HENRIQUE FOCESI SAMPAIO	PSDB	SP
Deputado 79	CARLOS HUMBERTO MANNATO	PDT	ES
Deputado 80	CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES	PMDB	CE
Deputado 81	CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR	PSDB	MA
Deputado 82	CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR	PPS	PR
Deputado 83	CARLOS WILLIAN DE SOUZA	PTC	MG
Deputado 84	CARLOS WILSON ROCHA DE QUEIROZ CAMPOS	PT	PE
Deputado 85	CÁSSIO TANIGUCHI	PFL	PR
Deputado 86	CELSO MALDANER	PMDB	SC
Deputado 87	CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO	PP	SP
Deputado 88	CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI	PPS	PR
Deputado 89	CIRO FERREIRA GOMES	PSB	CE
Deputado 90	CIRO FRANCISCO PEDROSA	PV	MG
Deputado 91	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	PP	PI
Deputado 92	CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI	PT	SC
Deputado 93	CLAUDIO CAJADO SAMPAIO	PFL	BA
Deputado 94	CLEBER CORDEIRO MENDES	PAN	MA
Deputado 95	CLODOVIL HERNANDES	PTC	SP
Deputado 96	CLÓVIS ANTONIO CHAVES FECURY	PFL	MA
Deputado 97	COLBERT MARTINS DA SILVA FILHO	PPS	BA
Deputado 98	CRISTIANO MATHEUS DA SILVA E SOUSA	PFL	AL
Deputado 99	CUSTÓDIO ANTÔNIO MATTOS	PSDB	MG
Deputado 100	DAGOBERTO NOGUEIRA FILHO	PDT	MS
Deputado 101	DAMIÃO FELICIANO DA SILVA	PL	PB
Deputado 102	DANIEL GOMES DE ALMEIDA	PC do B	BA
Deputado 103	DARCI POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
Deputado 104	DARCISIO PAULO PERONDI	PMDB	RS
Deputado 105	DAVI ALVES SILVA JUNIOR	PDT	MA
Deputado 106	DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM	PFL	AP
Deputado 107	DÉCIO NERY DE LIMA	PT	SC
Deputado 108	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
Deputado 109	DILCEU JOÃO SPERAFICO	PP	PR
Deputado 110	DIMAS EDUARDO RAMALHO	PPS	SP
Deputado 111	DJALMA VANDO BERGER	PSDB	SC
Deputado 112	DOMINGOS FRANCISCO DUTRA FILHO	PT	MA
Deputado 113	EDGAR MOURY FERNANDES SOBRINHO	PMDB	PE
Deputado 114	ÉDIO VIEIRA LOPES	PMDB	RR

Deputado 115	EDMAR BATISTA MOREIRA	PFL	MG
Deputado 116	EDMILSON JOSÉ VALENTIM DOS SANTOS	PC do B	RJ
Deputado 117	EDSON APARECIDO DOS SANTOS	PSDB	SP
Deputado 118	EDSON BEZ DE OLIVEIRA	PMDB	SC
Deputado 119	EDSON EZEQUIEL DE MATOS	PMDB	RJ
Deputado 120	EDSON GONÇALVES DUARTE	PV	BA
Deputado 121	EDSON SANTOS DE SOUZA	PT	RJ
Deputado 122	EDUARDO ALVES DO AMORIM	PSC	SE
Deputado 123	EDUARDO COSENTINO DA CUNHA	PMDB	RJ
Deputado 124	EDUARDO FRANCISCO SCIARRA	PFL	PR
Deputado 125	EDUARDO HENRIQUE DA FONTE DE ALBUQUERQUE SILVA	PP	PE
Deputado 126	EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA	PSDB	MG
Deputado 127	EDUARDO VALVERDE ARAÚJO ALVES	PT	RO
Deputado 128	EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS FILHO	PFL	PB

**BLOCO B**

Deputado 1	ELCIONE TEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO	PMDB	PA
Deputado 2	ELIENE JOSE LIMA	PP	MT
Deputado 3	ELISEU LEMOS PADILHA	PMDB	RS
Deputado 4	ELISMAR FERNANDES PRADO	PT	MG
Deputado 5	EMANUEL FERNANDES	PSDB	SP
Deputado 6	ENEAS FERREIRA CARNEIRO	PRONA	SP
Deputado 7	ENIO EGON BERGMANN BACCI	PDT	RS
Deputado 8	ERNANDES SANTOS AMORIM	PTB	RO
Deputado 9	ETIVALDO VADÃO GOMES	PP	SP
Deputado 10	EUGÊNIO RABELO	PP	CE
Deputado 11	EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA	PMDB	CE
Deputado 12	EVANDRO COSTA MILHOMEN	PC do B	AP
Deputado 13	FÁBIO AUGUSTO RAMALHO DOS SANTOS	PV	MG
Deputado 14	FÁBIO LOUREIRO SOUTO	PFL	BA
Deputado 15	FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA	PMN	RN
Deputado 16	FÁTIMA LÚCIA PELAES	PMDB	AP
Deputado 17	FELIPE CATALÃO MAIA	PFL	RN
Deputado 18	FELIPE LEONE BORNIER DE OLIVEIRA	PHS	RJ
Deputado 19	FELIX DE ALMEIDA MENDONÇA	PFL	BA
Deputado 20	FERNANDO ALBERTO DINIZ	PMDB	MG
Deputado 21	FERNANDO BARRANCOS CHUCRE	PSDB	SP
Deputado 22	FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO FILHO	PSB	PE
Deputado 23	FERNANDO DANTAS FERRO	PT	PE
Deputado 24	FERNANDO LOPES DE ALMEIDA	PMDB	RJ
Deputado 25	FERNANDO LUCIO GIACOBO	PL	PR
Deputado 26	FERNANDO MELO DA COSTA	PT	AC
Deputado 27	FERNANDO PAULO NAGLE GABEIRA	PV	RJ
Deputado 28	FILIFE DE ALMEIDA PEREIRA	PSC	RJ
Deputado 29	FLAVIANO FLÁVIO BAPTISTA DE MELO	PMDB	AC
Deputado 30	FLÁVIO BEZERRA DA SILVA	PMDB	CE
Deputado 31	FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA	PC do B	MA
Deputado 32	FLORISVALDO FIER	PT	PR
Deputado 33	FRANCINETO LUZ DE AGUIAR	PTB	SP
Deputado 34	FRANCISCO ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
Deputado 35	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	PFL	RR
Deputado 36	FRANCISCO EDNALDO PRACIANO	PT	AM

Deputado 37	FRANCISCO JOSE D'ANGELO PINTO	PT	RJ
Deputado 38	FRANCISCO LOPES DA SILVA	PC do B	CE
Deputado 39	FRANCISCO MARCELO ORTIZ FILHO	PV	SP
Deputado 40	FRANCISCO OCTAVIO BECKERT	PL	PR
Deputado 41	FRANCISCO RODRIGUES DE ALENCAR FILHO	PSOL	RJ
Deputado 42	FRANCISCO ROSSI DE ALMEIDA	PMDB	SP
Deputado 43	GASTÃO DIAS VIEIRA	PMDB	MA
Deputado 44	GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA	PMDB	BA
Deputado 45	GEORGE HILTON DOS SANTOS CECILIO	PP	MG
Deputado 46	GERALDO MAGELA PEREIRA	PT	DF
Deputado 47	GERALDO RESENDE PEREIRA	PPS	MS
Deputado 48	GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA	PMDB	RJ
Deputado 49	GERALDO SIMOES DE OLIVEIRA	PT	BA
Deputado 50	GERALDO THADEU PEDREIRA DOS SANTOS	PPS	MG
Deputado 51	GERMANO MOSTARDEIRO BONOW	PFL	RS
Deputado 52	GERONIMO CIQUEIRA DA SILVA	PFL	AL
Deputado 53	GERSON DOS SANTOS PERES	PP	PA
Deputado 54	GERVÁSIO JOSÉ DA SILVA	PFL	SC
Deputado 55	GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS	PT	RS
Deputado 56	GILMAR ALVES MACHADO	PT	MG
Deputado 57	GIOVANNI CORREA QUEIROZ	PDT	PA
Deputado 58	GIVALDO DE SÁ GOUVEIA CARIMBÃO	PSB	AL
Deputado 59	GLADSON DE LIMA CAMELI	PP	AC
Deputado 60	GUILHERME CAMPOS JUNIOR	PFL	SP
Deputado 61	GUILHERME MENEZES DE ANDRADE	PT	BA
Deputado 62	GUSTAVO BONATO FRUET	PSDB	PR
Deputado 63	HENRIQUE AFONSO SOARES LIMA	PT	AC
Deputado 64	HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES	PMDB	RN
Deputado 65	HENRIQUE FONTANA JUNIOR	PT	RS
Deputado 66	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
Deputado 67	HIDEKAZU TAKAYAMA	PMDB	PR
Deputado 68	HOMERO ALVES PEREIRA	PPS	MT
Deputado 69	HOMERO BARBOSA NETO	PDT	PR
Deputado 70	HUGO LEAL MELO DA SILVA	PSC	RJ
Deputado 71	HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO	PPS	MG
Deputado 72	IBSEN VALLS PINHEIRO	PMDB	RS
Deputado 73	ILDERLEI SOUZA RODRIGUES CORDEIRO	PPS	AC
Deputado 74	ILIOBALDO VIVAS DA SILVA	PRB	RJ
Deputado 75	INOCÊNCIO GOMES DE OLIVEIRA	PL	PE
Deputado 76	IRINY NICOLAU CORRES LOPES	PT	ES
Deputado 77	IRIS DE REZENDE ARAUJO MACHADO	PMDB	GO
Deputado 78	IVAN VALENTE	PSOL	SP
Deputado 79	JACKSON BARRETO DE LIMA	PTB	SE
Deputado 80	JACOB ALFREDO STOFFELS KAEFER	PSDB	PR
Deputado 81	JADER FONTENELLE BARBALHO	PMDB	PA
Deputado 82	JAIME MARTINS FILHO	PL	MG
Deputado 83	JAIR MESSIAS BOLSONARO	PP	RJ
Deputado 84	JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE	PSB	AP
Deputado 85	JANETE ROCHA PIETÁ	PT	SP
Deputado 86	JERONIMO DE OLIVEIRA REIS	PFL	SE
Deputado 87	JILMAR AUGUSTINHO TATTO	PT	SP
Deputado 88	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	PFL	DF

Deputado 89	JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR	PP	SC
Deputado 90	JOÃO ALMEIDA DOS SANTOS	PSDB	BA
Deputado 91	JOÃO BATISTA MATOS	PMDB	SC
Deputado 92	JOÃO BITTAR JUNIOR	PFL	MG
Deputado 93	JOÃO CAMPOS DE ARAÚJO	PSDB	GO
Deputado 94	JOÃO CARLOS PAOLILO BACELAR FILHO	PL	BA
Deputado 95	JOÃO DA SILVA MAIA	PL	RN
Deputado 96	JOÃO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO	PDT	SP
Deputado 97	JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO	PP	BA
Deputado 98	JOAO LUCIO MAGALHAES BIFANO	PMDB	MG
Deputado 99	JOÃO OLIVEIRA DE SOUSA	PFL	TO
Deputado 100	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
Deputado 101	JOÃO SANDES JÚNIOR	PP	GO
Deputado 102	JOAQUIM BELTRÃO SIQUEIRA	PMDB	AL
Deputado 103	JOAQUIM DE LIRA MAIA	PFL	PA
Deputado 104	JOFRAN FREJAT	PTB	DF
Deputado 105	JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
Deputado 106	JORGE KHOURY HEDAYE	PFL	BA
Deputado 107	JORGE RICARDO BITTAR	PT	RJ
Deputado 108	JORGE TADEU MUDALEN	PFL	SP
Deputado 109	JOSÉ ABELARDO GUIMARÃES CAMARINHA	PSB	SP
Deputado 110	JOSÉ AIRTON FELIX CIRILO DA SILVA	PT	CE
Deputado 111	JOSÉ ALDO REBELO DE FIGUEIREDO	PC do B	SP
Deputado 112	JOSÉ ALFONSO EBERT HAMM	PP	RS
Deputado 113	JOSÉ ALVES ROCHA	PFL	BA
Deputado 114	JOSÉ ANÍBAL PERES DE PONTES	PSDB	SP
Deputado 115	JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI	PFL	SP
Deputado 116	JOSE ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES	PTB	CE
Deputado 117	JOSÉ BARROSO PIMENTEL	PT	CE
Deputado 118	JOSÉ CARLOS ALELUIA COSTA	PFL	BA
Deputado 119	JOSE CARLOS LEÃO DE ARAÚJO	PL	BA
Deputado 120	JOSE CARLOS MACHADO	PFL	SE
Deputado 121	JOSÉ DA CRUZ MARINHO	PSC	PA
Deputado 122	JOSÉ DE ARAÚJO MENDONÇA SOBRINHO	PFL	SE
Deputado 123	JOSE DE RIBAMAR COSTA ALVES	PSB	MA
Deputado 124	JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO	PT	SP
Deputado 125	JOSE EDUARDO VIEIRA RIBEIRO	PT	BA
Deputado 126	JOSÉ ELEONILDO SOARES	PSDB	MA
Deputado 127	JOSE FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA	PV	MG
Deputado 128	JOSÉ FRANCISCO CERQUEIRA TENÓRIO	PMN	AL

**BLOCO C**

Deputado 1	JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM	PTB	PI
Deputado 2	JOSÉ FUSCALDI CESILIO	PTB	GO
Deputado 3	JOSÉ GENOINO NETO	PT	SP
Deputado 4	JOSÉ GERALDO TORRES DA SILVA	PT	PA
Deputado 5	JOSÉ GERARDO OLIVEIRA DE ARRUDA FILHO	PMDB	CE
Deputado 6	JOSÉ IRAN BARBOSA FILHO	PT	SE
Deputado 7	JOSÉ LEONARDO COSTA MONTEIRO	PT	MG
Deputado 8	JOSÉ LINHARES PONTE	PP	CE
Deputado 9	JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE
Deputado 10	JOSÉ MENTOR GUILHERME DE MELLO NETTO	PT	SP

Deputado 11	JOSÉ MIGUEL MARTINI	PHS	MG
Deputado 12	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO	PTB	PE
Deputado 13	JOSÉ NAZARENO CARDEAL FONTELES	PT	PI
Deputado 14	JOSÉ NOBRE GUIMARÃES	PT	CE
Deputado 15	JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP	RS
Deputado 16	JOSÉ PAULO TOFFANO	PV	SP
Deputado 17	JOSÉ RAFAEL GUERRA PINTO COELHO	PSDB	MG
Deputado 18	JOSE RICARDO ALVARENGA TRIPOLI	PSDB	SP
Deputado 19	JOSE ROBERTO OLIVEIRA FARO	PT	PA
Deputado 20	JOSÉ ROBERTO SANTIAGO GOMES	PV	SP
Deputado 21	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS MOREIRA	PL	MG
Deputado 22	JOSÉ SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
Deputado 23	JOSE SARNEY FILHO	PV	MA
Deputado 24	JOSE SEVERIANO CHAVES	PTB	PE
Deputado 25	JOSÉ WELLINGTON ROBERTO	PL	PB
Deputado 26	JOSÉ WILSON SANTIAGO	PMDB	PB
Deputado 27	JOVAIR DE OLIVEIRA ARANTES	PTB	GO
Deputado 28	JULIÃO AMIN CASTRO	PDT	MA
Deputado 29	JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA	PFL	PI
Deputado 30	JULIO CESAR DELGADO	PSB	MG
Deputado 31	JULIO CESAR REDECKER	PSDB	RS
Deputado 32	JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO	PSDB	SP
Deputado 33	JURANDIL DOS SANTOS JUAREZ	PMDB	AP
Deputado 34	JURANDYR LOUREIRO BARROSO	PSC	ES
Deputado 35	JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA	PFL	BA
Deputado 36	JUTAHY MAGALHÃES JÚNIOR	PSDB	BA
Deputado 37	JUVENIL ALVES FERREIRA FILHO	PT	MG
Deputado 38	LAEL VIEIRA VARELLA	PFL	MG
Deputado 39	LAERTE RODRIGUES DE BESSA	PMDB	DF
Deputado 40	LAUREZ DA ROCHA MOREIRA	PFL	TO
Deputado 41	LAZARO BOTELHO MARTINS	PP	TO
Deputado 42	LEANDRO JOSÉ MENDES SAMPAIO FERNANDES	PPS	RJ
Deputado 43	LEANDRO VILELA VELOSO	PMDB	GO
Deputado 44	LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI	PMDB	RJ
Deputado 45	LEONARDO LEMOS BARROS QUINTÃO	PMDB	MG
Deputado 46	LEONARDO MOURA VILELA	PSDB	GO
Deputado 47	LEONARDO ROSARIO DE ALCÂNTARA	PSDB	CE
Deputado 48	LIDICE DA MATA E SOUZA	PSB	BA
Deputado 49	LINCOLN DINIZ PORTELA	PL	MG
Deputado 50	LINDOMAR BARBOSA ALVES	PV	RO
Deputado 51	LUCIANA KREBS GENRO	PSOL	RS
Deputado 52	LUCIANO DE SOUZA CASTRO	PL	RR
Deputado 53	LÚCIO DUTRA VALE	PMDB	PA
Deputado 54	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
Deputado 55	LUIZ ALBERTO SILVA DOS SANTOS	PT	BA
Deputado 56	LUIZ ALBUQUERQUE COUTO	PT	PB
Deputado 57	LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA	PFL	BA
Deputado 58	LUIZ CARLOS BASSUMA	PT	BA
Deputado 59	LUIZ CARLOS GHIORZZI BUSATO	PTB	RS
Deputado 60	LUIZ CARLOS JORGE HAULY	PSDB	PR
Deputado 61	LUIZ CARLOS SETIM	PFL	PR
Deputado 62	LUIZ FERNANDO DE FABINHO ARAÚJO LIMA	PFL	BA

Deputado 63	LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA	PP	MG
Deputado 64	LUIZ GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
Deputado 65	LUIZ JOSÉ BITTENCOURT	PMDB	GO
Deputado 66	LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA	PT	SP
Deputado 67	LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS	PSDB	ES
Deputado 68	LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE	PSB	RS
Deputado 69	LUIZ SERGIO NOBREGA DE OLIVEIRA	PT	RJ
Deputado 70	LUIZA ERUNDINA DE SOUSA	PSB	SP
Deputado 71	MANOEL ALVES DA SILVA JUNIOR	PSB	PB
Deputado 72	MANOEL FERREIRA	PTB	RJ
Deputado 73	MANOEL SALVIANO SOBRINHO	PSDB	CE
Deputado 74	MANUELA PINTO VIEIRA D'AVILA	PC do B	RS
Deputado 75	MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORREA	PSB	AM
Deputado 76	MARCELO COSTA E CASTRO	PMDB	PI
Deputado 77	MARCELO DE ARAÚJO MELO	PMDB	GO
Deputado 78	MARCELO DE OLIVEIRA GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
Deputado 79	MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA	PMDB	RJ
Deputado 80	MÁRCIO HENRIQUE JUNQUEIRA PEREIRA	PFL	RR
Deputado 81	MARCIO LUIZ FRANÇA GOMES	PSB	SP
Deputado 82	MARCIO REINALDO DIAS MOREIRA	PP	MG
Deputado 83	MARCO AURÉLIO SPALL MAIA	PT	RS
Deputado 84	MARCO AURÉLIO UBIALI	PSB	SP
Deputado 85	MARCONDES IRAN BENEVIDES GADELHA	PSB	PB
Deputado 86	MARCOS ANTONIO MEDRADO	PDT	BA
Deputado 87	MARCOS ANTÔNIO RAMOS DA HORA	PSC	PE
Deputado 88	MARCOS MONTES CORDEIRO	PFL	MG
Deputado 89	MARIA APARECIDA DIOGO BRAGA	PT	RJ
Deputado 90	MARIA DALVA DE SOUZA FIGUEIREDO	PT	AP
Deputado 91	MARIA DE FÁTIMA BEZERRA	PT	RN
Deputado 92	MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO	PT	MG
Deputado 93	MARIA DO ROSÁRIO NUNES	PT	RS
Deputado 94	MARIA DO SOCORRO JÔ MORAES VIEIRA	PC do B	MG
Deputado 95	MARIA GORETE PEREIRA	PL	CE
Deputado 96	MARIA HELENA VERONESE RODRIGUES	PSB	RR
Deputado 97	MARIA LUCENIRA FERREIRA OLIVEIRA PIMENTEL	PPS	AP
Deputado 98	MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG
Deputado 99	MARIA PERPÉTUA ALMEIDA	PC do B	AC
Deputado 100	MARINA TERRA MAGGESSI DE SOUZA	PPS	RJ
Deputado 101	MARINHA CÉLIA ROCHA RAUPP DE MATOS	PMDB	RO
Deputado 102	MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG
Deputado 103	MÁRIO LÚCIO HERINGER	PDT	MG
Deputado 104	MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE	PP	BA
Deputado 105	MAURICIO GONÇALVES TRINDADE	PL	BA
Deputado 106	MAURÍCIO QUINTELLA MALTA LESSA	PDT	AL
Deputado 107	MAURÍCIO RANDS COELHO BARROS	PT	PE
Deputado 108	MAURO MARIANI	PMDB	SC
Deputado 109	MAURO NAZIF RASUL	PSB	RO
Deputado 110	MAURO RIBEIRO LOPES	PMDB	MG
Deputado 111	MAX ROSENMANN	PMDB	PR
Deputado 112	MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA	PMDB	SP
Deputado 113	MIGUEL CORREA DA SILVA JUNIOR	PT	MG
Deputado 114	MILTON ANTÔNIO CASQUEL MONTI	PL	SP

Deputado 115	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
Deputado 116	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
Deputado 117	MOISÉS NOGUEIRA AVELINO	PMDB	TO
Deputado 118	MUSSA DE JESUS DEMES	PFL	PI
Deputado 119	NARCIO RODRIGUES DA SILVEIRA	PSDB	MG
Deputado 120	NATAN DONADON	PMDB	RO
Deputado 121	NEILTON MULIM DA COSTA	PPS	RJ
Deputado 122	NÉLIO SILVEIRA DIAS	PP	RN
Deputado 123	NELSON GOETTEN DE LIMA	PFL	SC
Deputado 124	NELSON LUIZ PROENÇA FERNANDES	PPS	RS
Deputado 125	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
Deputado 126	NELSON MEURER	PP	PR
Deputado 127	NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA	PMDB	RJ
Deputado 128	NELSON TADEU FILIPPELLI	PMDB	DF

**BLOCO D**

Deputado 1	NELSON TRAD	PMDB	MS
Deputado 2	NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO	PT	BA
Deputado 3	NEUCIMAR FERREIRA FRAGA	PL	ES
Deputado 4	NEUDO RIBEIRO CAMPOS	PP	RR
Deputado 5	NICE LOBÃO	PFL	MA
Deputado 6	NILMAR GAVINO RUIZ	PFL	TO
Deputado 7	NILSON MOURA LEITE MOURÃO	PT	AC
Deputado 8	NILSON PINTO DE OLIVEIRA	PSDB	PA
Deputado 9	ODACIR ZONTA	PP	SC
Deputado 10	ODAIR JOSÉ DA CUNHA	PT	MG
Deputado 11	ODILIO BALBINOTTI	PMDB	PR
Deputado 12	OLAVO BILAC PINTO NETO	PL	MG
Deputado 13	OLAVO CALHEIROS FILHO	PMDB	AL
Deputado 14	ONYX DORNELLES LORENZONI	PFL	RS
Deputado 15	OSMAR GASPARINI TERRA	PMDB	RS
Deputado 16	OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JUNIOR	PC do B	PI
Deputado 17	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
Deputado 18	OSVALDO DE SOUZA REIS	PMDB	TO
Deputado 19	OTAVIO SANTOS SILVA LEITE	PSDB	RJ
Deputado 20	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
Deputado 21	PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA	PMDB	CE
Deputado 22	PAULO PEREIRA DA SILVA	PDT	SP
Deputado 23	PAULO PIAU NOGUEIRA	PPS	MG
Deputado 24	PAULO RENATO COSTA DE SOUZA	PSDB	SP
Deputado 25	PAULO ROBERTO BARRETO BORNHAUSEN	PFL	SC
Deputado 26	PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA	PT	PA
Deputado 27	PAULO ROBERTO GOMES MANSUR	PP	SP
Deputado 28	PAULO ROBERTO MANOEL PEREIRA	PTB	RS
Deputado 29	PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA	PT	RS
Deputado 30	PAULO RUBEM SANTIAGO FERREIRA	PT	PE
Deputado 31	PAULO SALIM MALUF	PP	SP
Deputado 32	PAULO SÉRGIO PARANHOS DE MAGALHAES	PFL	BA
Deputado 33	PEDRO EUGÊNIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL	PT	PE
Deputado 34	PEDRO FERNANDES RIBEIRO	PTB	MA
Deputado 35	PEDRO HENRY NETO	PP	MT
Deputado 36	PEDRO NOVAIS LIMA	PMDB	MA
Deputado 37	PEDRO PINHEIRO CHAVES	PMDB	GO

Deputado 38	PEDRO WILSON GUIMARAES	PT	GO
Deputado 39	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
Deputado 40	RAIMUNDO SABINO CASTELO BRANCO MAUES	PFL	AM
Deputado 41	RAQUEL FIGUEIREDO ALESSANDRI TEIXEIRA	PSDB	GO
Deputado 42	RAUL BELENS JUNGMANN PINTO	PPS	PE
Deputado 43	RAUL JEAN LOUIS HENRY JUNIOR	PMDB	PE
Deputado 44	RAYMUNDO VELOSO SILVA	PPS	BA
Deputado 45	REBECCA MARTINS GARCIA	PP	AM
Deputado 46	REGINALDO LAZARO DE OLIVEIRA LOPES	PT	MG
Deputado 47	REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	PSC	SP
Deputado 48	REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ	PDT	SP
Deputado 49	REINHOLD STEPHANES	PMDB	PR
Deputado 50	RENATO DELMAR MOLLING	PP	RS
Deputado 51	RENATO FAUVEL AMARY	PSDB	SP
Deputado 52	RENILDO VASCONCELOS CALHEIROS	PC do B	PE
Deputado 53	RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS	PP	PR
Deputado 54	RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI	PT	SP
Deputado 55	RICARDO NAGIB IZAR	PTB	SP
Deputado 56	RITA DE CÁSSIA PASTE CAMATA	PMDB	ES
Deputado 57	ROBERTO COELHO ROCHA	PSDB	MA
Deputado 58	ROBERTO EGIDIO BALESTRA	PP	GO
Deputado 59	ROBERTO MAGALHAES MELO	PFL	PE
Deputado 60	ROBERTO PEREIRA DE BRITTO	PP	BA
Deputado 61	ROBSON LEMOS RODOVALHO	PFL	DF
Deputado 62	RODRIGO BATISTA DE CASTRO	PSDB	MG
Deputado 63	RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA	PFL	RJ
Deputado 64	RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES	PMDB	PR
Deputado 65	RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG	PSB	DF
Deputado 66	ROGERIO MARTINS LISBOA	PFL	RJ
Deputado 67	ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO	PSB	RN
Deputado 68	RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA	PSDB	PB
Deputado 69	RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA	PSDB	PB
Deputado 70	RONALDO RAMOS CAIADO	PFL	GO
Deputado 71	ROSILDA DE FREITAS	PMDB	ES
Deputado 72	RUBENS MOREIRA MENDES FILHO	PPS	RO
Deputado 73	RUBENS OTONI GOMIDE	PT	GO
Deputado 74	RUY PAULETTI	PSDB	RS
Deputado 75	SANDRA MARIA DA ESCÓSSIA ROSADO	PSB	RN
Deputado 76	SANDRO ANTONIO SCODRO	PL	GO
Deputado 77	SANDRO MATOS PEREIRA	PTB	RJ
Deputado 78	SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA	PDT	AP
Deputado 79	SEBASTIÃO TORRES MADEIRA	PSDB	MA
Deputado 80	SERGIO ANTONIO NECHAR	PV	SP
Deputado 81	SERGIO BARRADAS CARNEIRO	PT	BA
Deputado 82	SERGIO DE OLIVEIRA CUNHA	PMN	AC
Deputado 83	SÉRGIO IVAN MORAES	PTB	RS
Deputado 84	SÉRGIO LUIS LACERDA BRITO	PDT	BA
Deputado 85	SÉTIMO WAQUIM	PMDB	MA
Deputado 86	SEVERIANO ALVES DE SOUZA	PDT	BA
Deputado 87	SILAS CAMARA	PTB	AM
Deputado 88	SILVIO FRANÇA TORRES	PSDB	SP
Deputado 89	SILVIO LOPES TEIXEIRA	PSDB	RJ

Deputado 90	SILVIO ROBERTO CAVALCANTI PECCIOLI	PFL	SP
Deputado 91	SIMAO SESSIM	PP	RJ
Deputado 92	SOLANGE AMARAL	PFL	RJ
Deputado 93	SOLANGE PEREIRA DE ALMEIDA	PMDB	RJ
Deputado 94	SUELI RANGEL SILVA VIDIGAL	PDT	ES
Deputado 95	SUELY SANTANA DA SILVA	PRONA	RJ
Deputado 96	TALMIR RODRIGUES	PV	SP
Deputado 97	TARCISIO JOÃO ZIMERMANN	PT	RS
Deputado 98	THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	PSDB	MT
Deputado 99	URZENI DA ROCHA FREITAS FILHO	PSDB	RR
Deputado 100	VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP
Deputado 101	VALDIR COLATTO	PMDB	SC
Deputado 102	VALTENIR LUIZ PEREIRA	PSB	MT
Deputado 103	VANDER LUIZ DOS SANTOS LOUBET	PT	MS
Deputado 104	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
Deputado 105	VANESSA GRAZZIOTIN	PC do B	AM
Deputado 106	VICENTE ALVES DE OLIVEIRA	PSDB	TO
Deputado 107	VICENTE FERREIRA DE ARRUDA COELHO	PSDB	CE
Deputado 108	VICENTE PAULO DA SILVA	PT	SP
Deputado 109	VICTOR PIRES FRANCO NETO	PFL	PA
Deputado 110	VILSON LUIZ COVATTI	PP	RS
Deputado 111	VINICIUS RAPOZO DE CARVALHO	PT do B	RJ
Deputado 112	VIRGÍLIO GUIMARÃES DE PAULA	PT	MG
Deputado 113	VITAL DO REGO FILHO	PMDB	PB
Deputado 114	VITOR PENIDO DE BARROS	PFL	MG
Deputado 115	WALDEMIR MOKA MIRANDA DE BRITTO	PMDB	MS
Deputado 116	WALDIR MARANHÃO CARDOSO	PSB	MA
Deputado 117	WALDIR NEVES BARBOSA	PSDB	MS
Deputado 118	WALTER DE FREITAS PINHEIRO	PT	BA
Deputado 119	WALTER MEYER FELDMAN	PSDB	SP
Deputado 120	WALTER SHINDI IIOSHI	PFL	SP
Deputado 121	WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES	PSDB	PA
Deputado 122	WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA	PSC	RJ
Deputado 123	WELINGTON COIMBRA	PMDB	ES
Deputado 124	WELLINGTON ANTONIO FAGUNDES	PL	MT
Deputado 125	WILLIAM BOSS WOO	PSDB	SP
Deputado 126	WILSON LEITE BRAGA	PMDB	PB
Deputado 127	WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO	PMDB	PA
Deputado 128	WOLNEY QUEIROZ MACIEL	PDT	PE
Deputado 129	ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR	PSDB	PA

### ANEXO 3 – Composição das Classes Obtidas com a Estimação do Modelo de Blocos

Tabela 1. Setores – 2002

Classes	Setores
1	1, 6, 7, 10, 11, 12, 17, 18, 22, 27, 28, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 47, 50, 52, 58, 59, 61, 63, 64.
2	2, 8, 14, 16, 21, 25, 29, 31, 32, 34, 36, 40, 42, 48, 51, 53, 55, 57, 60, 62.
3	3, 4, 5, 9, 13, 19, 20, 23, 24, 26, 43, 46, 49, 54, 56.
4	15, 30.

Tabela A2. Senadores – 2002

Classes	Senadores
1	1, 7, 9, 10, 16, 23, 30, 35, 37, 42, 45, 49.
2	2, 5, 8, 13, 20, 22, 26, 27, 33, 36, 39, 47, 48.
3	4, 6, 24, 28, 31, 51, 53.
4	12.
5	14, 19, 25, 29, 44.
6	32.

Tabela A3. Deputados Bloco A – 2002

Classes	Deputados
1	1.
2	2, 3, 4, 7, 8, 10, 15, 17, 19, 20, 21, 30, 31, 40, 41, 42, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 71, 75, 77, 81, 82, 85, 88, 92, 99, 102, 103, 105, 107, 111, 112, 114, 120, 121, 122, 123, 126.
3	5.
4	6.
5	9.
6	11.
7	12.
8	13.

Tabela A4. Deputados Bloco B – 2002

Classes	Deputados
1	12, 16, 24, 25, 28, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 49, 54, 58, 66, 73, 74, 80, 81, 83, 84, 92, 94, 96, 100, 104, 113, 119, 121, 122.
2	77, 111, 117, 127.
3	20, 35, 68, 95, 116.
4	52, 70, 126.
5	30, 31, 44, 46, 55, 85, 89, 90, 99, 102, 107, 112, 115, 124, 128.
6	14, 15, 18, 19, 21, 23, 26, 29, 32, 48, 53, 59, 63, 65, 69, 71, 75, 76, 86, 87, 91, 93, 98, 101, 103, 118.
7	37, 50, 64, 72, 78, 82, 120.
8	97.

Tabela A5. Deputados Bloco C – 2002

Classes	Deputados
1	1,59, 82, 104
2	2, 127.
3	3, 11, 16, 17, 45, 47, 56, 57, 74, 77, 79, 88, 90, 94, 101, 107, 109, 121, 126.
4	4, 6, 7, 8, 25, 37, 50, 54, 65, 75, 80, 84, 85, 87, 98, 106, 110, 123
5	5, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 29, 30, 38, 49, 60, 69, 70, 71, 73, 83, 91, 102, 105, 113, 114, 115, 119, 120, 122
6	35, 111.
7	40.
8	41.

Tabela A6. Deputados Bloco D – 2002

Classes	Deputados
1	1, 59, 82, 104, 125
2	2, 66, 127.
3	3, 11, 16, 17, 45, 47, 55, 56, 57, 74, 77, 79, 88, 90, 94, 101, 107, 109, 121, 126.
4	4, 6, 7, 8, 25, 37, 50, 54, 65, 75, 80, 84, 85, 87, 98, 106, 110, 118, 123.
5	5, 10, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 38, 49, 60, 69, 70, 71, 73, 83, 91, 102, 105, 113, 114, 115, 119, 120, 122.
6	40.
7	42.
8	46.

Tabela A7. Setores – 2006

Classes	Setores
1	23, 24, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 44, 48, 58, 60, 61.
2	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 42, 43, 45, 47, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 63, 64

Tabela A8. Senadores – 2006

Classes	Senadores
1	-
2	23
3	12
4	16
5	17
6	20
7	22
8	26

Tabela A9. Deputados Bloco A – 2006

Classes	Deputados
1	1, 10, 12, 18, 19, 29, 31, 34, 38, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 61, 64, 66, 68, 71, 73, 75, 78, 82, 88, 92, 93, 99, 100, 107, 111, 117, 124.
2	2, 8, 11, 25, 33, 37, 53, 65, 81, 94, 101, 112, 119, 122.
3	4, 6, 14, 16, 35, 39, 72, 87, 103, 104, 115, 125.
4	9, 15, 17, 20, 22, 24, 30, 36, 41, 43, 50, 56, 63, 69, 85, 89, 102, 105, 113, 116, 118, 126, 127.
5	21, 45, 55, 83, 114.
6	52.
7	59.
8	76.

Tabela A10. Deputados Bloco B – 2006

Classes	Deputados
1	1, 29, 32, 45, 71, 102, 121, 123.
2	2, 10, 12, 43, 49, 59, 66, 82, 84, 110.
3	3, 4, 14, 17, 20, 24, 33, 34, 37, 48, 50, 60, 76, 81, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 97, 116, 117, 119.
4	6, 8, 25, 30, 31, 41, 52, 67, 74, 78, 79, 83, 106, 122.
5	7, 9, 28, 36, 47, 57, 58, 63, 70, 77, 80, 88, 112, 118, 126, 128.
6	11, 21, 22, 26, 38, 42, 54, 55, 62, 65, 68, 72, 85, 98, 100, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 114, 115, 124, 125, 127.
7	16.
8	23, 39, 44, 53, 61, 94, 104, 120.

Tabela A11. Deputados Bloco C – 2006

Classes	Deputados
1	1, 5, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 27, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 43, 45, 46, 47, 52, 54, 57, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 77, 79, 82, 84, 88, 91, 94, 99, 101, 107, 110, 111, 112, 114, 117, 119, 124, 125, 128.
2	2.
3	4, 13, 26, 44, 48, 58, 59, 81, 90, 96, 97, 115, 122.
4	6, 8, 25, 28, 42, 51, 73, 83, 87, 95, 98, 102, 105, 120.
5	7.
6	19.
7	86.
8	33.

Tabela A12. Deputados Bloco D – 2006

Classes	Deputados
1	1, 18, 27, 30, 32, 34, 35, 50, 52, 57, 63, 71, 78, 81, 85, 86, 92, 94, 98, 101, 105, 124, 126.
2	2, 3, 6, 7, 8, 10, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 29, 33, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 62, 68, 69, 73, 90, 93, 104, 109, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 129.
3	4, 5, 11, 28, 36, 40, 83, 95, 99, 107, 111,
4	9, 12, 15, 31, 41, 58, 59, 61, 70, 76, 80, 84, 88, 96, 108, 110.
5	44.
6	45.
7	66.
8	72.